

Caio Navarro de Toledo (Org.) **1964: O GOLPE CONTRA
A DEMOCRACIA E AS REFORMAS**



CAIO NAVARRO DE TOLEDO
(ORGANIZADOR)

1964: O GOLPE CONTRA A DEMOCRACIA E AS REFORMAS

Autores:

Caio Navarro de Toledo

David Ribeiro

João Roberto Martins Filho

Lucilia de Almeida Neves Delgado

Luiz Alberto Moniz Bandeira

Marcelo Badaró Mattos



UFSC

Florianópolis

2014

Copyright © 2014 Caio Navarro de Toledo

Capa
Tiago Roberto da Silva

Foto da capa
<http://mercadopopular.org>

Edição e editoração eletrônica
Carmen Garcez

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da
Universidade Federal de Santa Catarina

M637 1964: o golpe contra a democracia e as reformas
/ organizador, Caio Navarro de Toledo ; autores,
Caio Navarro de Toledo... [et al.] . –
Florianópolis : Editoria Em Debate/UFSC, 2014.
138 p.

Inclui bibliografia.

1. Ditadura – Brasil. 2. Movimentos sociais.
3. Governo militar – Brasil. 4. Golpe de Estado. I.
Toledo, Caio Navarro de. II. Título.

CDU: 321.6 (81)

Todos os direitos reservados a

Editoria Em Debate
Campus Universitário da UFSC – Trindade
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Bloco anexo, sala 301
Telefone: (48) 3338-8357
Florianópolis – SC

www.editoriaemdebate.ufsc.br

www.lastro.ufsc.br

SUMÁRIO

NOTA INTRODUTÓRIA	7
-------------------------	---

MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS REFORMISTAS NO GOVERNO JOÃO GOULART

<i>Lucilia de Almeida Neves Delgado</i>	9
---	---

O CONGRESSO NACIONAL E O GOLPE DE 1964: ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E LEGITIMAÇÃO

<i>David Ribeiro</i>	29
----------------------------	----

AS LUTAS DA CLASSE TRABALHADORA E O GOLPE DE 1964

<i>Marcelo Badaró Mattos</i>	55
------------------------------------	----

1964: A CIA E O GOLPE DE ESTADO

<i>Luiz Alberto Moniz Bandeira</i>	81
--	----

O MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO E O GOLPE MILITAR DE 1964

<i>João Roberto Martins Filho</i>	97
---	----

1964: ESQUERDAS, DEMOCRACIA E GOLPISMO

<i>Caio N. de Toledo</i>	111
--------------------------------	-----

NOTA INTRODUTÓRIA

O GOLPE DE 1964: POLÍTICA, ECONOMIA E LUTAS SOCIAIS

Os seis ensaios que compõem este livro abordam diferentes aspectos da conjuntura que desembocou no golpe de Estado que pôs termo à democracia política de 1946 e impediu a realização das reformas socioeconômicas reivindicadas, nos anos 1950 e 1960, por amplos e significativos setores da sociedade brasileira.

Nesta coletânea, a conjuntura de 1964 é analisada em seus diferentes e conflitivos cenários: as contradições, impasses, dilemas e crises do capitalismo brasileiro; as mobilizações políticas e sociais dos trabalhadores no campo e nas cidades em defesa de mudanças sociais e políticas; o debate político no Congresso Nacional em torno das reformas sociais e a identificação das forças partidárias que nele se opunham; o extenso e controvertido debate ideológico que cindiu a sociedade brasileira; o empenho do governo João Goulart (1961-1964) na consecução de uma política externa soberana e independente e a vitoriosa reação desestabilizadora da diplomacia e organismos da inteligência estadunidense; a presença dos estudantes e suas organizações no contexto das mobilizações em torno das reformas estudantis e de base no país; por fim, um dos ensaios questiona algumas formulações recentes de ensaístas – amplamente difundidas pelos meios de comunicação brasileiros – que imputam responsabilidades aos setores de esquerda na derrocada da democracia em 1964.

Autores de outros trabalhos sobre o golpe de 1964, os ensaístas deste livro têm distintas inserções e especialidades acadêmicas. Embora se orientem por perspectivas teórico-metodológicas também diferenciadas no terreno das ciências humanas, todos eles revelam-se comprometidos com a busca de um conhecimento rigoroso sobre

a controvertida problemática do golpe civil-militar. Ressalte-se que esse objetivo teórico-analítico comum em nada é impugnado quando – na análise dos diferentes aspectos do golpe – todos se identificam na defesa de valores e ideais de natureza democrática.

Essas identidades políticas e ideológicas podem ser sintetizadas pela convicção comum de que o golpe de 1964 implicou um amplo e incomensurável retrocesso econômico, político e cultural da sociedade brasileira. Embora sejam reconhecidos os graves equívocos cometidos pelos atores e organizações nacional-reformistas e de esquerda – que propugnavam extensas reformas democráticas –, todos os autores deste livro estão convencidos de que, nos anos 1950-1960, o Brasil começa a ficar “irreconhecivelmente inteligente” na medida em que o país assistia a um inédito e intenso confronto de projetos político-econômicos, era palco de um rico debate e inéditas experiências culturais e via crescer a participação de novos protagonistas na vida política do país.

Na condição de organizador deste conjunto de artigos, estou convencido também de que todos os autores aqui reunidos afirmariam que reformas sociais e econômicas, urgentes e em profundidade, continuam sendo exigidas a fim de atenuar o caráter formalista de que ainda se reveste a democracia capitalista vigente no Brasil.

Caio N. de Toledo

Organizador

MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS REFORMISTAS NO GOVERNO JOÃO GOULART

Lucilia de Almeida Neves Delgado*

Dia a dia mais se fortalece em cada brasileiro a convicção de que nada سوفreará o nosso avanço e de que força alguma, interna ou externa, será capaz de conter o ímpeto criador de um povo, consciente, afinal, de suas condições de atraso e, por isso mesmo, inconformado com a ignorância e a miséria e, mais do que nunca, deliberado a progredir.

JOÃO GOULART

Dia 25 de agosto de 1961. Uma notícia bombástica ganhou eco em todo o território nacional brasileiro: Jânio Quadros renunciou à presidência da República! Proclamada como um brado, ecoou, com força avassaladora, no Congresso Nacional, na imprensa, nos partidos políticos, nas organizações da sociedade civil e no conjunto das Forças Armadas. Parecia para alguns que o inusitado tomara de assalto o cotidiano político do Brasil, gerando uma crise institucional de extrema gravidade. Para outros, o gesto drástico do presidente empossado sete meses antes era, senão esperado, ao menos cogitado, pois Quadros não tinha experiência política no âmbito nacional e, além disso, sua personalidade singular e impetuosa tornava-o individualista, voluntarista e explosivo.

* Professora aposentada de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Sobre 1964, entre outros, escreveu: *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil (1961-1964)* (Petrópolis: Vozes, 1986), e “Frente Parlamentar Nacionalista: utopia e cidadania” (*Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 14, n. 27, 1994. E-mail: lucilianeves@terra.com.br).

Diante do inexorável da renúncia, era necessário, como determinava a Constituição, dar posse ao vice-presidente, João Melchior Marques Goulart. Mas a História não é construída de forma linear e pacífica. A polarização política que já havia ganhado dimensões de crise em 1954, quando dos episódios que levaram ao suicídio do presidente Getúlio Vargas, voltou a se manifestar de forma contundente. Com a renúncia de Jânio, o conflito ideológico entre forças que tinham projetos bastante diferenciados para o Brasil encontrou terreno fértil para se manifestar de forma escancarada.

Nessa conjuntura polarizada, de um lado estavam os aliados do vice-presidente Goulart, político trabalhista que também abraçava a causa desenvolvimentista, nacionalista e reformista para o Brasil. De outro, posicionavam-se políticos civis e militares que se opunham à sua posse, pois entendiam que Jango encarnava tanto uma contraposição às formas liberais de fazer política como também à liberdade capitalista plena.

Na verdade, a década de 1960 no Brasil nasceu sob o signo de uma crise social e econômica profunda. A renúncia de Jânio e seus desdobramentos podem ser identificados como elementos constitutivos, mas não exclusivos, desse processo de crise que, germinado em longa duração, foi ganhando contornos conjunturais específicos, contundentes e polarizados. Tratava-se de uma crise pautada por fatores estruturais e conjunturais e que, no marco temporal daquela conjuntura, começou a ganhar contornos mais nítidos no decorrer do segundo mandato presidencial de Getúlio Vargas (1951-1954). Essa crise aumentou em extensão e profundidade no fim dos anos do arrojado desenvolvimentismo capitalista do governo de Juscelino Kubitschek.

A iminente posse de Goulart como presidente da República não agradava às forças políticas que se opunham ao trabalhismo. Desde 1943, vinham fazendo oposição acirrada ao projeto desenvolvimentista e trabalhista representado por Getúlio Vargas e seus aliados. Essa oposição tornou-se mais aguerrida quando de seu segundo mandato presidencial. A orientação predominante nessa última fase de governo, embora o presidente tivesse recuado algumas vezes na tentativa de tecer acordos políticos com a oposição, era um contraponto nítido e bem definido

aos preceitos liberais e de defesa de um capitalismo internacionalizado de seus opositores, representados, no campo dos partidos políticos, principalmente pela União Democrática Nacional (UDN).

Foi nesse quadrante que ganhou projeção nacional, na esfera do trabalhismo, o jovem político João Goulart, oriundo do Rio Grande do Sul. Embora vinculado umbilicalmente a Getúlio, Jango integrava uma ala mais jovem do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que propunha um reformismo social aprofundado.

Goulart teve uma carreira rápida. Eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul em 1953, foi escolhido pelo presidente Vargas para assumir o Ministério do Trabalho. Na sequência, em eleições em que os candidatos a presidente e vice-presidente não eram vinculados a uma mesma chapa, foi eleito, pelo PTB, vice-presidente da República em dois pleitos consecutivos. O de 1955, que elegeu para presidente Juscelino Kubitschek, do Partido Social Democrático (PSD), e o de 1960, que alçou Jânio Quadros ao mais elevado posto executivo da república brasileira. Quadros era filiado ao Partido Democrata Cristão e foi amplamente apoiado pela UDN.

A presença de Goulart em quadros de tão alta relevância incomodava sobremaneira os opositores do trabalhismo, incluídas aí as forças políticas que elegeram Jânio Quadros. Isso porque Jango demonstrava, sem qualquer constrangimento, vocação para o diálogo com integrantes do campo da esquerda e muita habilidade para interagir com o movimento sindical e demais organizações do movimento social.

O governo JK, orientado pelo Plano de Metas e pelo binômio energia e transporte, inaugurara uma nova fase no capitalismo brasileiro, de ousado desenvolvimentismo pautado por:

- incentivo à industrialização, em especial à indústria de bens de consumo duráveis;
- adoção de abrangente programa energético com construção de hidroelétricas;
- parceria com o capital internacional, em especial de duas maneiras: empréstimos de bancos e governos estrangeiros, o que

alimentou o aumento incontrolável da dívida externa, e incentivo ao investimento direto de empresas multinacionais no programa de industrialização, implementado como política prioritária de governo;

- pressão inflacionária, que aumentou o fluxo de capital disponível para investimentos, mas encareceu a produção, o preço das matérias-primas, o custo da mão de obra e os produtos oriundos da agricultura e da indústria;
- aumento do salário nominal, sem correlação com o aumento do salário real;
- abertura de estradas de rodagens e incentivo ao transporte rodoviário, em consonância com o binômio energia e transporte;
- forte migração populacional, com deslocamento de contingentes contínuos de milhões de pessoas originárias, principalmente, do Nordeste, em direção às regiões Centro-Oeste, no planalto central, onde se construía Brasília, a nova capital brasileira, e Sudeste, em especial para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro (em menor escala), onde proliferou a implantação de inúmeras indústrias, em especial a automotora, a química/farmacêutica e a de eletrodomésticos;
- aumento da concentração da renda, o que favoreceu o acesso de uma camada restrita da população brasileira ao consumo dos novos produtos industrializados. Esses novos produtos, produzidos em escala, chegaram às vitrines das lojas de departamentos, eletrodomésticos e automóveis, e mudaram o cotidiano dos segmentos mais abastados da população (Benevides, 1979; Toledo, 1998).

O alto custo do programa econômico de Juscelino alçou, de forma efetiva, o Brasil à categoria de um país em desenvolvimento, com aumento de seu parque industrial, de seus setores bancários e de serviços e de sua urbanização. Esse mesmo custo pressionou sobremaneira os setores mais carentes da população tanto nas cidades como nas áreas rurais, uma vez que a inflação corroía seus salários, que já eram extremamente parcos. Em outras palavras, o desenvolvimentismo dis-

tributivista propalado pelo discurso governamental não conseguiu se efetivar na realidade social brasileira, há muito assolada por problemas estruturais de desigualdade e profundas contradições; problemas estes que exigiam soluções complexas que considerassem não somente o crescimento econômico, mas também o desenvolvimento na sua dimensão social.

Ao final do mandato de Juscelino, quando da eleição de Jânio Quadros para presidente e de João Goulart para vice, os novos e os velhos paradoxos de um país complexo e desigual ganharam maior visibilidade. Naquela conjuntura, também ganharam envergadura inúmeros movimentos sociais que se estendiam das áreas urbanas ao campo.

O Brasil passava por uma fase de aguda contradição. De um lado predominava a euforia de um país otimista, aberto ao novo, e que se industrializava de forma inequívoca. Um país onde a projeção da modernidade, ainda que conservadora e periférica, qualificava a utopia da transformação. Essa dimensão de um presente transformador foi muito bem representada pela construção de uma nova capital, que era identificada como ponta de lança de um processo de interiorização que visava levar as conquistas da modernidade às áreas mais remotas do território brasileiro. Mas a dimensão de otimismo não predominava com exclusividade. Havia visíveis insatisfações em relação ao programa governamental juscelinista, que, embora se autodenominasse nacional-desenvolvimentista, escancarara as portas do país ao capital internacional. Em tempos de popularidade de ideias nacionalistas, a realidade de uma economia que se industrializava, mas que também se endividava, aguçou críticas e mobilizações contínuas de segmentos da sociedade civil e de partidos políticos que defendiam:

- melhor distribuição de renda;
- adoção pelo governo federal de efetivas políticas nacionalistas, com limitação das remessas de lucro;
- reserva de áreas estratégicas da economia brasileira para investimentos do capital nacional privado e, de preferência, público;
- valorização real, e não somente nominal, dos salários;

- reforma política, com extensão do direito de voto aos analfabetos e ao pessoal do baixo escalão das Forças Armadas;
- legalização do Partido Comunista Brasileiro;
- reformas estruturais, destacando-se as reformas agrária, fiscal, urbana e educacional.

Aliás, a defesa de postulados nacionalistas e das chamadas reformas de base, em especial a reforma agrária, manifestou-se em um brado que reverberou em diferentes regiões e cidades do Brasil pelas vozes de diferentes organizações, como:

- União Nacional dos Estudantes (UNE)¹, que, além de participar do coro das reivindicações políticas e sociais, atuava na esfera cultural com os Centros Populares de Cultura (CPC), que apoiavam manifestações culturais orientadas pela crítica social (Hollanda, 1980; Ridenti, 2000; Santos, 2007);
- movimento sindical, que chegou a se organizar em um Comando Geral dos Trabalhadores (CGT)² (Neves, 1986);

¹ A UNE foi fundada em 1938 e ganhou maior envergadura quando da campanha “O petróleo é nosso”, na primeira metade da década de 1950 e nos primeiros anos da década de 1960, organizada em diretórios centrais dos estudantes (DCEs) e diretórios acadêmicos (DAs). Em 1961, apoiou a campanha pela legalidade, que defendia a posse de João Goulart na presidência da República. Defendeu também, naqueles anos, as reformas de base, em especial as reformas agrária e universitária. Seus presidentes de 1961 a 1964 foram, pela ordem: Aldo Arantes, Vinicius Caldeira Brant e José Serra. Os Centros de Cultura Popular (CPC) foram organizados pela UNE para promover manifestações culturais engajadas, nacionalistas e reformistas.

² O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil foi fundado como desdobramento da participação do movimento sindical na campanha pela legalidade, em 1961. Defendia as reformas de base, o controle das remessas de lucros, o direito de voto para analfabetos, em pessoal do baixo escalão das Forças Armadas, sindicalização rural, aumento de salários compatível com as perdas inflacionárias, participação de trabalhadores na administração dos órgãos de previdência social, direito pleno de greve e nacionalização de empresas estrangeiras, em especial as que atuavam em áreas estratégicas, como mineração e eletricidade. O presidente do CGT entre 1961 e 1964 foi o eletricista Clodesmidt Riani, vinculado ao PTB.

- Ligas Camponesas³, que proliferaram em diferentes regiões do Brasil (Martins, 1983; Medeiros, 1989; Montenegro, 2003; Camargo, 2007).
- movimentos culturais como o Teatro de Arena e o Cinema Novo, que, além de críticas sociais e de costumes, propunham uma renovação estética nas artes cênicas⁴ (Bernardet, 1983, 2007; Ridenti, 2000; Almeida, 2004).

Todos foram protagonistas de mobilizações sociais e de críticas culturais politizadas de grande envergadura e repercussão. A pauta de reivindicações dos movimentos sociais influenciou de forma decisiva a adoção de políticas públicas reformistas e nacionalistas pelo governo de João Goulart.

Essas organizações formaram uma rede pluralista que abraçou a causa das reformas de base e do nacionalismo econômico. Encontraram forte resistência e oposição de políticos conservadores, empresários, grandes proprietários de terra, segmentos da Igreja católica, setores das Forças Armadas contrários às heranças do trabalhismo e também da classe média, como mulheres mais tradicionais. Todavia, contaram também com a adesão de importantes organizações políticas e da sociedade civil, que, embora tivessem projetos e estratégias nem

³ As Ligas Camponesas foram fundadas em 1945 pelo PCB, mas não progrediram naquela ocasião, pois o Partido Comunista foi colocado na ilegalidade em 1947. Posteriormente, ressurgiram na segunda metade da década de 1950, a partir de uma mobilização camponesa no Engenho de Galileia, no estado de Pernambuco. Seu objetivo principal era a luta pela reforma agrária e pela posse da terra pelos despossuídos. Seu principal líder na segunda fase foi o advogado Francisco Julião, que também era filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). Nos primeiros anos da década de 1960, as ligas chegaram a contar com cerca de 80 mil militantes.

⁴ O Teatro de Arena foi fundado em 1953. Propunha apresentação de peças engajadas, críticas e de baixo custo. Destacam-se, entre suas inúmeras montagens, *Eles não usam black-tie* e *Arena conta Zumbi*. José Renato Pécora, Augusto Boal e Gianfrancesco Guarnieri integram o elenco de seus principais dramaturgos. O Cinema Novo foi um movimento cinematográfico iniciado na década de 1950 com o filme *Rio 40 graus*. Propunha um cinema engajado, barato e crítico. Influenciado pelo realismo italiano, teve como seus principais cineastas Cacá Diegues, Glauber Rocha, Nelson Pereira dos Santos e Joaquim Pedro de Andrade.

sempre sintonizados em sua definição mais precisa, caminharam juntas na defesa do reformismo social. Esses apoiadores eram formados pela militância e direção do Partido Comunista Brasileiro (PCB), por políticos e militância mais à esquerda do PTB e por setores progressistas da Igreja, que se reuniam na Ação Católica, movimento leigo que se desdobrava em quatro braços de atuação: Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Agrária Católica e Juventude Independente Católica (JIC), que agregava jovens não vinculados às outras categorias discriminadas.

Os católicos também engrossaram, a partir de 1961, o Movimento de Educação de Base (MEB)⁵, organismo vinculado à CNBB criado naquele ano. Dedicava-se, sobretudo, à alfabetização de adultos. Afinado com o método Paulo Freire, era também sintonizado com os objetivos dos movimentos sociais de então, pois vinculava alfabetização com conscientização social.⁶

Esse amplo leque de organizações que atuavam em diferentes campos formava uma frente não institucionalizada e heterogênea, que ampliou, de forma imediata no Brasil, a dimensão da cidadania política. Embora divergissem em muitas de suas propostas e formas de ação, tinham como objetivos comuns a defesa das reformas de base e de políticas públicas de caráter nacionalista e social. Nesse sentido, conforme afirmamos em outro texto, a conjuntura do final dos anos 1950 e início dos 1960 foi marcada pela expansão inédita de práticas de cidadania participativa do sujeito histórico coletivo;

⁵ O Movimento de Educação de Base, à época de sua fundação, propunha a criação de escolas radiofônicas em todo o território nacional. Adotou uma pedagogia orientada pelo tripé “ver, julgar e agir” e se dedicava à alfabetização da população carente, em especial de adultos.

⁶ O método Paulo Freire contrapunha-se às metodologias clássicas de alfabetização. Era vinculado a um movimento educacional, muito disseminado nas décadas de 1950 e 1960, denominado pedagogia crítica. Considerava que o processo de alfabetização deveria estar relacionado à realidade social do aluno, que, ao se alfabetizar, também adquiria capacidade de problematizar e, como desdobramento, conscientizava-se. Partia de palavras-chave e temas afeitos ao cotidiano das pessoas que estavam sendo alfabetizadas.

práticas estas orientadas por uma esperança reformista e transformadora (Neves, 1997, p. 58).

Os movimentos sociais que defendiam as reformas de base e a adoção de políticas nacionalistas pelo governo federal encontraram ressonância no Congresso Nacional pela atuação da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), que reuniu em seus quadros parlamentares de diferentes partidos, com hegemonia do PTB (60% de seus filiados). A FPN orientava seus membros a votarem de forma articulada em projetos de teor reformista e nacionalista. Seus documentos defendiam, por exemplo:

- controle rigoroso das remessas de lucros;
- proteção das jazidas minerais do país;
- desenvolvimento da indústria nacional, em especial as indústrias de base;
- defesa de empresas estatais já constituídas, como a Petrobras;
- estímulo ao cinema e defesa da cultura nacional;
- revisão de acordos comerciais que prejudicassem o Brasil;
- fomento à produção de alimentos;
- nacionalização do sistema bancário;
- luta contra pobreza;
- reformas de base (Pereira, 1962; Delgado, 1994, 2011; Barros, 2001).

A simpatia de Jango pelos objetivos dessas organizações que atuavam nas esferas institucional e da sociedade civil era identificada por seus opositores como uma forte ameaça à ampliação e consolidação de políticas econômicas favoráveis a um modelo capitalista modernizador, ortodoxo e internacionalizado, que consideravam uma necessidade urgente do Brasil.

1961: A CRISE DA POSSE DE JOÃO GOULART

Na sequência imediata à renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, seus ministros militares, vice-almirante Sylvio Heck (Marinha), marechal Odylo Denys (Guerra) e brigadeiro Gabriel Grum Moss (Aeronáutica), que atuavam no campo de oposição a João Goulart e à efetivação das reformas de base pleiteadas pelos movimentos sociais, decidiram vetar sua posse. Jango, naquela ocasião, estava em viagem oficial à República Popular da China. Tal fato acirrou o ânimo de seus opositores, que já haviam manifestado descontentamento quando de sua visita, também oficial, à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), no período de sua vice-presidência no governo JK.

Aquele era um tempo de guerra fria, que se exacerbou quando o socialismo bateu às portas do continente americano em decorrência da vitória da Revolução Cubana, em 1959. Nessas circunstâncias, a possibilidade de um político com o perfil de João Goulart assumir a presidência da República gerava profunda insegurança em seus opositores, que, para criticar tudo o que se relacionava a Goulart, construíram um discurso ideologizado que enfatizava o temor, caso ele chegasse a ser presidente, de se implantar de uma forma de governo vaga, por eles denominada “república sindicalista”.

Embora Goulart jamais houvesse se declarado socialista – ao contrário, sempre orientou suas ações pelos preceitos trabalhistas –, uma sólida campanha, patrocinada pelas forças de oposição, buscava identificá-lo como amigo e até aliado dos comunistas.

Em decorrência da atuação de seus adversários políticos, sua posse só aconteceu após um curto, mas intenso período marcado por duas formas de ação:

- intensas negociações no campo institucional, em especial no Congresso Nacional, conduzidas por políticos que eram seus aliados e que não queriam ver violada a Constituição Federal.
- grande mobilização popular, inaugurada pela campanha da legalidade, que, nascida no Rio Grande do Sul, sob a liderança do também trabalhista Leonel Brizola, ganhou amplitude política e atin-

giu diferentes regiões do Brasil. A cadeia da legalidade, de fato, alcançou dimensão nacional. Além de agregar inúmeras rádios que defendiam o retorno imediato de Jango ao Brasil e sua posse contígua, contou com a adesão dos movimentos sociais e sindical.

Enquanto aconteciam as negociações e as pressões populares, Jango retornava ao Brasil por um caminho tortuoso e longo, que incluiu passagens por muitos países e terminou no vizinho Uruguai. Desse país retornou ao território brasileiro para tomar posse na presidência da República, mas não com os plenos poderes garantidos pelo sistema presidencialista de governo. Ao contrário, ao ser empossado como presidente em um sistema parlamentarista criado no calor da crise política, teve limitados seus poderes de governante (Ferreira, 2003).

O parlamentarismo adotado para garantir a posse de Jango teve Tancredo Neves como primeiro-ministro em sua fase inaugural. Foi na verdade uma solução conjuntural para neutralizar a ação dos opositores a sua posse. Sua artificialidade política contribuiu para que crises sequentes de governabilidade marcassem a conjuntura do período em que vigorou. Na dinâmica dessas crises foram formados, no curto período de um ano e meio, vários gabinetes. A inadequação institucional era enorme: uma dificuldade de governabilidade incontornável, já que a Constituição federal era presidencialista, mas o aparato governamental fora improvisado ao modo de um sistema parlamentarista. Mesmo sob essas condições adversas, Jango insistiu em governar orientado por princípios concernentes ao que entendia ser um trabalho reformista.

Em seu rápido, mas expressivo discurso de posse, agradeceu a mobilização popular que o apoiara: “Subo ao poder ungido pela vontade popular que me elegeu duas vezes vice-presidente da República e que, agora, em impressionante manifestação de respeito pela legalidade e pela defesa das liberdades públicas, uniu-se, através de todas as suas forças, para impedir que a decisão soberana fosse alterada”. Também afirmou seus compromissos com as lutas por “emancipação econômica”, “contra o pauperismo” e o “subdesenvolvimento” (Goulart, 1961).

Durante o tempo em que foi somente chefe de Estado e dividiu o

poder com um chefe de governo, representado pelo primeiro-ministro, lutou arduamente pelo retorno do presidencialismo. Assim aconteceu em janeiro de 1963, quando a ampla maioria da população brasileira se manifestou, em uma consulta plebiscitária, a favor do retorno ao presidencialismo. Foram 9.457.488 votos favoráveis ao retorno ao presidencialismo, e 2.073.382 votos à manutenção do parlamentarismo (Ferreira, 2001).

AS REIVINDICAÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E AS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DE JOÃO GOULART

O governo Goulart teve duas fases: de setembro de 1961 a janeiro de 1963, sob a vigência do parlamentarismo; e de janeiro de 1963 até o golpe, em março de 1964, de volta ao presidencialismo. Mas essa divisão, não pode, contudo, ser considerada de forma linear. Cabe considerar, desse modo, uma terceira conjuntura embutida na fase do presidencialismo. Iniciada em janeiro de 1964, apresentou características específicas – não como consequência de alteração no sistema de governo, mas sim em decorrência da consolidação de mudanças na forma de Jango governar. Após frustradas tentativas de buscar a construção de um consenso político traduzido pela agregação de forças políticas do centro e da esquerda, o presidente, que governava sob pressão extremada, se voltou a seus aliados históricos e decidiu executar políticas sociais reformistas e nacionalistas, sem considerar a via parlamentar institucional.

Antes de decidir por uma guinada mais à esquerda, Goulart fez duas importantes tentativas, ambas frustradas, para proceder às reformas de base de forma paulatina e com referendo do Congresso Nacional. Para tanto, buscou o apoio simultâneo de políticos de centro e de militantes dos movimentos sociais. A forma de fazer política por meio da construção de alianças de contrários era coerente com a orientação que adotou para a composição de seus ministérios. Assim aconteceu na primeira etapa de governo, quando da adoção do parlamentarismo: juntamente com Tancredo Neves, organizou um ministério definido como de “conciliação nacional”. Nessa ocasião declarou: “Sabem os

partidos políticos, sabem os parlamentares, sabem todos que, inclusive por temperamento, inclino-me mais a unir do que a dividir: prefiro pacificar a acirrar ódios; prefiro harmonizar a estimular ressentimentos” (Goulart, 1961).

Com o retorno do presidencialismo, Jango organizou novamente um ministério de composição. Essas tentativas, todavia, não tiveram êxito e em pouco contribuíram, como almejava o presidente, para minorar a polarização política.

A primeira das iniciativas foi o Plano Trienal, elaborado por Celso Furtado no início de 1963. O plano tinha dois objetivos principais: combate à inflação, com a adoção de políticas econômicas ortodoxas, e execução gradual das reformas de base pela via parlamentar⁷. A segunda tentativa teve como patrono San Tiago Dantas, que criou a Frente Progressista de Apoio às Reformas de Base, já no início de 1964. Essa frente também buscava atender a dois objetivos: encaminhar as reformas de base pela via institucional e isolar a direita radical e as organizações esquerdistas mais intransigentes (Gomes; Ferreira, 2007).

Nenhuma delas, todavia, tinha qualquer possibilidade de vingar, pois a polarização política que marcou todo o mandato presidencial de Goulart não era compatível com qualquer forma de negociação, conciliação e construção de consensos. Nesse sentido, ao analisar as condições da posse de Jango e as articulações para sua deposição concluídas com o golpe de 1964, Caio Navarro de Toledo (1997, p. 31) afirma que “O governo Goulart nasceu, conviveu e morreu sob o signo de um golpe de Estado”.

De fato, as circunstâncias governamentais foram muito desfavoráveis ao presidente João Goulart, pois em seu mandato predominou uma radicalização contínua de posições. De um lado estavam as forças oposicionistas, que o acusavam de improbidade, ineficiência, populis-

⁷ O mais importante documento sobre o Plano Trienal é o texto de autoria do próprio Celso Furtado. Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social 1963-1965. In: MUNTEAL, Oswaldo et alii. O Brasil de João Goulart: um projeto de nação. Rio de Janeiro: PUC Editora/Contraponto, 2006.

mo e demagogia. De outro, os movimentos sociais, inclusive a Frente de Mobilização Popular (FMP)⁸, criada por Leonel Brizola em 1962 (Gomes e Ferreira, 2007). Defendiam a imediata execução de profundas reformas sociais, políticas e econômicas. Mas, mesmo “sob fogo cruzado”, Jango atuou com razoável grau de eficiência, inclusive no período parlamentarista⁹.

No decorrer dos escassos dois anos e seis meses de seu mandato, incluído os 18 meses do parlamentarismo, o governo Goulart implementou inúmeras políticas nacionalistas, desenvolvimentistas e reformistas. Tais políticas, embora nem sempre consoantes com a amplitude e dimensão de muitas das reivindicações dos movimentos sociais, buscava de alguma forma atendê-las.

Relatos oficiais detalhados das políticas executadas estão registrados em suas mensagens presidenciais enviadas ao Congresso Nacional, no início dos anos de 1962, 1963 e 1964. Nelas, como de praxe, prestava contas ao Parlamento de sua gestão presidencial. Seleccionamos nesses documentos um conjunto, a seguir apresentado, de algumas das muitas ações e medidas reformistas de seu governo em diferentes campos¹⁰.

⁸ A Frente de Mobilização Popular, criada por Leonel Brizola, reunia diferentes organizações sociais e objetivava a implementação imediata de reformas de base, com estabelecimento de um governo nacionalista e popular.

⁹ Importante produção acadêmica sobre o governo João Goulart na fase do parlamentarismo é a dissertação de mestrado de Fádua Gustin, *Parlamentarismo e superação de Dissensos: a experiência do Governo João Goulart*, defendida no Programa de Pós-graduação em História da UFMG. Baseada principalmente nas atas do Conselho de Ministros, é uma detalhada análise das dificuldades que o governo Goulart enfrentou naquela fase e das políticas que implementou. Outra fonte relevante e detalhada é a biografia João Goulart, de autoria de Jorge Ferreira, publicada em 2011 pela Civilização Brasileira. Trata-se da mais completa publicação sobre o perfil de João Goulart e sua trajetória política.

¹⁰ As mensagens presidenciais de João Goulart ao Congresso Nacional encontram-se, por ordem cronológica, nos seguintes links: <brazil.crl.edu/bsd/bsd/ul1346/>; <brazil.crl.edu/bsd/bsd/ul1345/>; <brazil.crl.edu/bsd/bsd/ul1344/>. A mensagem presidencial enviada ao Congresso Nacional também pode ser encontrada na Biblioteca da presidência da República, inclusive em versão on-line.

Trabalho:

- adoção de reajustes salariais periódicos, para cobrir as perdas geradas pela inflação;
- promulgação da lei que criou o 13º salário em 1962, de autoria de Aarão Steinbruch;
- promulgação da lei que criou o Estatuto do Trabalhador Rural, estendendo a legislação trabalhista ao campo em 1963, de autoria de Fernando Ferrari;
- extensão dos benefícios da previdência social aos trabalhadores camponeses.

Política externa:

- definição de neutralidade em relação a Cuba, inclusive com recusa a apoiar sanções propostas pelos EUA a esse país quando da Conferência de Punta Del Este, em 1961;
- adoção de uma política externa independente, orientada pelo não alinhamento. A definição do Brasil como nação não alinhada foi oficializada em 1962, em conferência sobre desarmamento realizada na Suíça;
- restabelecimento de relações com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS);
- definição de orientação favorável à soberania e autodeterminação dos povos;
- criação do Grupo de Coordenação do Comércio com Países Socialistas e com a Zona de Livre Comércio da Associação Latino-americana de Livre Comércio (Alalc);
- restabelecimento de relações comerciais com países socialistas;
- homologação, em janeiro de 1964, da Lei de Controle de Remessa de Lucros.

Desenvolvimento econômico:

- fundação da Eletrobrás em 1962;
- elaboração do projeto de Sete Quedas, que posteriormente serviu de base para a construção da hidroelétrica de Itaipu;
- inauguração da hidrelétrica de Três Marias, Minas Gerais, em 1962;
- início de operação da hidrelétrica de Furnas, em 1963;
- elaboração de um projeto para criação da Embratel, posteriormente aproveitado pelo governo militar.

Educação:

- fundação, em 1962, da Universidade de Brasília, orientada pelos projetos pedagógicos de Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira e arquitetônico de Oscar Niemeyer;
- promulgação, em 1961, da primeira Lei de Diretrizes e Bases do Brasil, que garantia 12,45% do orçamento para a educação;
- adoção de políticas de incentivo ao ensino médio profissionalizante, para atender às demandas da industrialização.

Nacionalismo:

- cancelamento das concessões de extração de jazidas de ferro feitas à Hanna Company;
- decreto-lei de Encampação das Refinarias Particulares de Petróleo, em 1964.

Reforma agrária:

- criação, no início de 1962, do Conselho Nacional de Reforma Agrária e da Superintendência de Política Agrária (Supra);
- promulgação do decreto-lei da Supra, que definia a desapropriação de áreas valorizadas por investimentos públicos às margens de rodovias, em 1964.

A agenda política de João Goulart foi interrompida, de forma drástica, pelo golpe de 1964, articulado por uma conjugação de forças capitaneada por militares. Eram elas: partidos políticos como a UDN; governadores de estados, com destaque para Magalhães Pinto, de Minas Gerais, Carlos Lacerda, da Guanabara, e Adhemar de Barros, de São Paulo; grandes proprietários rurais; empresários nacionais; capital internacional; setores conservadores da Igreja católica; grande imprensa.

Chegava ao fim um fértil período democrático da história republicana brasileira. Políticos, militares e organizações sociais comprometidas com o nacionalismo e o reformismo sentiram, de imediato, o peso das mãos fortes de um regime autoritário, que durou 21 anos. Durante sua vigência, foram cerceados, de forma crescente e com uso sistemático de violência e desrespeito aos direitos humanos, as liberdades civis, as críticas políticas e qualquer tipo de oposição mais expressiva e contundente.

Escrevo as últimas linhas deste artigo no mesmo dia e horário (14 de novembro de 2013) em que os restos mortais do ex-presidente João Goulart, após sua exumação, no cemitério de São Borja, Rio Grande do Sul, chegam a Brasília. Passaram-se quase 50 anos do golpe e 37 de sua morte no exílio. Sua recepção, com honras militares de chefe de estado, em cerimônia presidida pela presidenta Dilma Roussef, simboliza um pedido de desculpas ao único presidente brasileiro que morreu no exílio. Sua memória, no entanto, precisa ser resgatada de um urdido esquecimento. João Goulart não foi um presidente demagógico e ineficiente; foi, na verdade, um homem público que, formado na escola do trabalhismo, mesmo sob drástica pressão, não se desviou do compromisso com a necessária superação das desigualdades e das injustiças sociais no Brasil.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BARROS, Francisco Reinaldo de. Frente Parlamentar Nacionalista (FPN). In: ABREU, Alzira Alves et al. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001. V. 2.

BASTOS, Élide R. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.

BENEVIDES, Maria Vitória. **O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro – o ciclo econômico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

CAMARGO, Aspásia. A questão agrária: crise de poder e reformas de base. In: FAUSTO, Boris. **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. V. 10.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **PTB: do getulismo ao reformismo(1945-1964)**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2011.

_____. **O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil (1961-1964)**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955, 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil republicano**. O tempo da experiência democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **João Goulart**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Goulart, João, In: ABREU, Alzira Alves et al. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**. 2. ed., vol. III. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001.

FREIRE, Paulo. **Conscientização e alfabetização: uma visão crítica do processo.** Disponível em: <acervo.paulofreire.org:80/xmlvi/handle/7891/31732>.

_____. **Pedagogia da Esperança: um encontro com a pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FURTADO, Celso. Plano Trienal de desenvolvimento econômico e social 1963-1965. In: MUNTEAL et al. **O Brasil de João Goulart: um projeto de nação.** Rio de Janeiro: PUC Editora/Contraponto, 2006.

GOULART, João Belchior Marques. **Discurso de posse perante o Congresso Nacional ao assumir a presidência da República.** Brasília, 7 de setembro de 1991, Biblioteca da Presidência da República.

_____. **Mensagem presidencial ao Congresso Nacional.** Brasília, 1962. Disponível em: <brazil.crl.edu/bsd/bsd/ul1346/>. Acesso em: 10 nov. 2013.

_____. **Mensagem presidencial ao Congresso Nacional.** Brasília, 1963. Disponível em: <brazil.crl.edu/bsd/bsd/ul1345/>. Acesso em: 10 nov. 2013.

_____. **Mensagem presidencial ao Congresso Nacional.** Brasília, 1964. Disponível em: <brazil.crl.edu/bsd/bsd/ul1344/>. Acesso em: 10 nov. 2013.

GUSTIN, Fádua. **Parlamentarismo e superação de dissensos: a experiência do governo João Goulart.** Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

KUORY, Yara Aun (coord). **Igreja e movimentos sociais.** São Paulo: Com-arte/Cedic, 1991.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1983.

MEDEIROS, Leonilde. **História dos movimentos sociais no campo.** Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MONTENEGRO, Antônio. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil republicano**. O tempo de experiência democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. V. 3

FURTADO, Celso Furtado. Plano trienal de desenvolvimento econômico e social 1963-1965. In: MUNTEAL, Oswaldo et al. **O Brasil de João Goulart: um projeto de nação**. Rio de Janeiro: PUC Editora/Contraponto, 2006.

NEVES, Lucilia de Almeida. Frente Parlamentar Nacionalista: utopia e cidadania. **Revista Brasileira de História**, v. 21, n. 167. São Paulo: Anpuh, 1994.

_____. Trabalhadores na crise do populismo: utopia e cidadania. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). **1964 – visões críticas do golpe**. Democracia e reformas no populismo. Campinas: Unicamp, 1997.

PAIVA, Vanilda. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 1973.

PEREIRA, Osny Duarte. **Estudos nacionalistas**. Rio de Janeiro: Conquista, 1962.

RAPOSO, Maria Conceição Brenha. **Movimento de Educação de Base (MEB). Discurso e prática, 1961-1967**. Rio de Janeiro: FGV, 1982. Disponível em: <bibliotecacapital.fgv.br/dspace/handle/10438/91234>. Acesso: 13 nov. 2013.

TOLEDO, Caio Navarro de. A democracia populista golpeada. In: _____. **1964 – visões críticas do golpe**. Democracia e reformas no populismo. Campinas: Editora Unicamp, 1997.

_____. **Iseb: fábrica de ideologias**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1998.

O CONGRESSO NACIONAL E O GOLPE DE 1964: ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E LEGITIMAÇÃO¹

David Ribeiro*

Cinquenta anos após o golpe de 1964, permanece aberto o debate sobre os fatores responsáveis pela queda de João Goulart. A constatação de que elementos econômicos, políticos e sociais contribuíram para a ocorrência da intervenção militar é aceita pela maioria dos autores. Porém, a importância atribuída a cada um deles varia conforme as diferentes correntes interpretativas. Mesmo concordando com a tese de que o golpe civil-militar só pode ser compreendido a partir da análise correlacionada desses fatores, abordarei apenas os aspectos referentes à política e ao político², em virtude do enfoque temático escolhido. Nesse contexto, examinarei especificamente como determinados interesses de classe se expressaram politicamente no Congresso Nacional, influenciando a transição da crise política para o golpe de Estado.

Em um primeiro momento, os estudos que abordam o contexto político da crise que resultou no Golpe de 1964 estavam situados,

¹ Este artigo se apoia na dissertação de mestrado do autor, *Da crise política ao Golpe de Estado: conflitos entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo durante o governo João Goulart* (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, agosto de 2013).

² Por político se entende a “superestrutura jurídico-política do Estado” e por política, “as práticas políticas de classe (luta política de classes)” (Poulantzas, 1986).

* Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo, com a tese *Da crise política ao Golpe de Estado: conflitos entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo durante o governo João Goulart* (agosto de 2013). E-mail: david.ricardo.ribeiro@gmail.com.

principalmente, no campo da ciência política. Teses que apontam para a *paralisia decisória* (Santos, 1986) ou para a *radicalização dos atores* (Figueiredo, 1993) tornaram-se as principais chaves explicativas da crise política vigente durante o governo João Goulart. Seja analisando a inoperância do Poder Legislativo decorrente da inabilidade do Presidente frente à polarização do sistema partidário, ou avaliando as oportunidades perdidas de evitar a intervenção militar em virtude da falta de compromisso democrático de Jango e dos seus principais opositores, ambas as teses tendem a responsabilizar principalmente o Poder Executivo pela ocorrência do golpe civil-militar. Mesmo quando historiadores começaram a dedicar mais atenção ao tema, continuou prevalecendo a concepção de que um intenso *processo de radicalização política* (Ferreira, 2004) – caracterizado pela existência de projetos golpistas tanto de esquerda quanto de direita – foi responsável pela interrupção do regime democrático.

Além de responsabilizar particularmente o governo João Goulart pela derrubada do regime democrático vigente durante a República de 1946, essas análises encaram o golpe de 1964 como uma ação momentânea, destinada a solucionar um “problema pontual”, seja ele a inoperância do Poder Legislativo, a ameaça comunista, a radicalização dos movimentos sociais e frentes partidárias ou a inabilidade política do Presidente (Gaspari, 2002; Villa, 2004). Assim, elas deixam de levar em consideração o fato de a intervenção realizada pelas Forças Armadas ter sido o resultado de um longo processo conspiratório articulado por integrantes do bloco no poder³. Portanto, o Golpe de 1964 não pode ser analisado como um evento independente, isolado dos inúmeros conflitos políticos que o antecederam e das sucessivas iniciativas golpistas articuladas pelos militares e udenistas. É importante lembrar que Jango assumiu a presidência após uma forte pressão política exercida pelas Forças Armadas que resultou na instauração do parlamentarismo e, mesmo no início do seu mandato, alguns setores do Congresso Nacional já defendiam

³ Trabalho com este conceito elaborado por Nicos Poulantzas para definir a ação conjunta das duas frações da burguesia (oligarquias agrárias e burguesia industrial-financeira) a favor dos interesses industriais, financeiros e agroexportadores.

a realização de um golpe de Estado para chegar ao poder. Consequentemente, “o Presidente destituído era apenas uma das muitas figuras e situações visadas por esse plano, fazia parte dele enquanto tal, mas não era a sua determinante e, portanto, era um momento e não o objetivo da sedição” (Queiroz, 1997, p. 7).

O conceito “golpe prolongado”, elaborado por Manoel Queiroz (1997), é fundamental para destacar a relação existente entre as diversas iniciativas golpistas realizadas durante a República de 1946. Ampliando o recorte temporal, é possível identificar a relação existente entre as diferentes crises políticas ocorridas no período, bem como definir a especificidade dos conflitos que resultaram na derrubada de João Goulart. Logo, sincronizando a curta e a longa duração⁴, será possível entender porque o Poder Legislativo abandonou, em menos de três anos, a postura antigolpista adotada durante as negociações que sucederam a renúncia de Jânio Quadros.

A análise da dinâmica do Poder Legislativo durante a transição da crise política para o golpe de Estado⁵ deve levar em consideração a maneira como o intenso processo de politização da sociedade influenciou os partidos e frentes partidárias. Inclusive, não é interessante limitar a compreensão dos elementos responsáveis pela interrupção do regime democrático somente à interpretação do comportamento político de determinados atores. Isso acabaria ocultando um extenso grupo de agentes e fatores que contribuíram para a concretização do projeto golpista. Não se trata de uma simples inversão da chave analítica consagrada na ciência política ou de uma tentativa de isentar João Goulart dos equívocos de seu governo. Porém, é necessário ir além da simples responsabilização do Presidente ou do Poder Executivo, buscando uma explicação que aborde os diferentes projetos socioeconômicos em disputa durante a República de 1946, extrapolando, assim, o período em que o país foi presidido por Jango.

⁴ Não utilizo a concepção braudeliana do conceito.

⁵ Gostaria de destacar que encaro a crise política como condição necessária, porém não fundamental, para a eclosão de um golpe de Estado. Portanto, não podemos encará-la como uma causa mecânica de abril de 1964, uma vez que a existência de outras crises políticas durante a República de 1946 não resultaram em golpes de Estado.

Interpretar as crises políticas como imperfeições no funcionamento das instituições – como um momento disfuncional que se instaura subitamente – conduz a uma análise falha da dinâmica de disputa que permeia o Poder Legislativo e que influencia sua relação com o Poder Executivo. O sistema político não funciona, na maioria das vezes, de modo harmonioso, por autorregulação interna. Ou seja, as crises são elementos intrínsecos à política e, nem sempre, redutíveis às soluções institucionais; não porque os atores tenham “perdido as oportunidades”, mas porque a correlação de forças se impõe de maneira a destruir as próprias instituições. Porém, desde já, é fundamental ressaltar que não são todas as crises políticas que resultam em Golpes de Estado. Isto tende a acontecer quando elas se tornam crises estruturais, reunindo aspectos políticos e econômicos⁶.

Para analisar a formação da crise estrutural no decorrer do governo João Goulart, é necessário abordar o conflito conjuntural sistêmico entre o Poder Executivo, com tendências reformistas, e o Poder Legislativo, predominantemente conservador. Em busca das razões que expliquem por que o antigo projeto golpista se tornou possível justamente durante o mandato de João Goulart, o artigo foi estruturado a partir da hipótese de que além de potencializar os conflitos ideológicos da sociedade, as decisões políticas tomadas no Congresso Nacional, em meio aos debates sobre as Reformas de Base, foram cruciais para o desgaste e isolamento político de João Goulart. Desta maneira, destacando a relevância dos aspectos políticos vinculados a interesses de classe específicos é possível avaliar como a hegemonia conservadora existente no Poder Legislativo contribuiu para o Golpe de 1964, identificando o processo de ruptura institucional pautado por forças políticas situadas dentro do Congresso Nacional e do sistema partidário.

⁶ A relação entre elas remete diretamente às lutas de classe presentes nas relações de produção e exploração. Logo, encararemos a crise política como sendo um momento de ruptura que acaba por originar uma recomposição ou um revezamento das classes no poder.

A MEDIAÇÃO DE DIFERENTES INTERESSES DE CLASSE

Em um regime democrático, o Poder Legislativo é responsável pela representação política de diferentes interesses de classe, os quais, por sua vez, dão origem a tensões e conflitos institucionais. Desta forma, é natural que ele se torne local de disputa entre projetos políticos de diferentes setores da sociedade nele representados, ou não. Em contrapartida, o Congresso Nacional assume a função de mediação desses interesses, tendo como objetivo “diminuir os conflitos políticos e exercer a arte da conciliação” (Rego, 2008, p. 17).

Ao abordar especificamente a atuação dos congressistas durante o governo João Goulart, grande parte da bibliografia define o período como o auge da polarização do sistema partidário. Esse acaba sendo um dos quesitos que diferencia a crise política que resultou no golpe de 1964 das outras ocorridas durante a República de 1946. No entanto, João Goulart não dever ser exclusivamente responsabilizado pelo fato das instituições políticas não terem conseguido conter essa polarização, muito menos pelo seu surgimento. Sua origem está diretamente ligada aos conflitos entre diferentes interesses de classe em disputa na sociedade brasileira.

No decorrer da República de 1946, prevaleceu, tanto no Senado Federal quanto na Câmara de Deputados, a prática de políticas públicas conservadoras. A origem social dos parlamentares pode ser identificada como um dos fatores determinantes para essa situação. No caso específico do Partido Social Democrático (PSD), partido com maior número de representantes nos poderes Executivo e Legislativo, grande parte de seus integrantes era oriundo das oligarquias agrárias. Não é à toa que, quanto menos urbanizado o estado da federação, maior era sua força. Mas, eles também possuíam representantes no espaço urbano, com destaque a profissionais liberais, funcionários públicos e empresários dos ramos da indústria e comércio. Outro fator que contribuiu para que os pessedistas adotassem uma postura conservadora foi o fato de muitos de seus fundadores já dominarem a máquina estatal antes mesmo do surgimento do partido, uma vez que haviam sido nomeados por Getúlio Vargas, durante o Estado Novo, para o cargo de interventor em diversos estados brasileiros.

Já a União Democrática Nacional (UDN), partido com a segunda maior representação parlamentar até o início da década de 1960, agregou no momento de sua fundação políticos de diferentes setores da sociedade e das mais variadas tendências políticas, unidos sob a bandeira do antigetulismo. Tratava-se de uma organização partidária multifacetada, composta, basicamente, por integrantes das oligarquias estaduais destronadas pela Revolução de 1930, profissionais liberais e alguns militares que reivindicavam os votos da classe média. Porém, uma ressalva deve ser feita: por mais que o getulismo fosse um elemento decisivo na distinção dos udenistas em relação aos pessedistas no momento de formação dos novos partidos, é inegável a semelhança existente em relação à origem social de seus integrantes.

O próprio Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que durante o governo João Goulart esteve mais próximo dos interesses de classe das camadas mais pobres da sociedade, também era composto por profissionais liberais e ex-funcionários públicos. A grande maioria dos petebistas esteve ligada ao governo Vargas por meio do Ministério do Trabalho e do aparelho burocrático de controle dos sindicatos. Nesse caso, sempre é importante destacar que por mais que o PTB se dispusesse a atender a algumas reivindicações dos trabalhadores urbanos e rurais, ele acabou não os integrando em seus principais cargos de comando.

É interessante notar como os parlamentares integrantes do Poder Legislativo, a partir da República de 1946, quase não se diferenciavam dos atores políticos atuantes durante o Estado Novo. Seja pela origem varguista dos pessedistas e petebistas, ou pela via oposicionista adotada pelos udenistas, a maioria já estava vinculada à máquina de controle estatal desde o fim da Era Vargas. Ou seja, a formação do quadro partidário “significou somente um trabalho de articulação no nível nacional, de estruturas estaduais e locais já montadas” (Soares, 1973, p. 70). Trata-se do que a professora Lucília Neves define por “continuidade na transformação” ou “transformações com permanências” (Delgado, 1989). Consequentemente, a restauração democrática de 1945, marcada pelo surgimento de novos partidos, não alterou a configuração dos grupos no poder, consolidando, assim, o domínio exercido pelas oligarquias agrárias e pela burguesia urbana.

A Constituição de 1946 pode ser identificada como outro fator responsável pela exclusão dos trabalhadores rurais e urbanos das esferas de tomada de decisões políticas e, também, pela formação de uma estrutura política nacional conservadora. Elaborada essencialmente por políticos oriundos da UDN e do PSD (juntos, representavam quase 80% dos parlamentares responsáveis pela sua redação), a Carta de 1946 tinha com um de seus principais objetivos consolidar “um pacto social apto a conciliar, numa fórmula de compromisso, os interesses dominantes do capital e da propriedade com as aspirações emergentes de um proletariado que se organizava” (Saes, 1985, p. 134). Entre seus artigos, destacam-se o de n. 132, que impedia o direito de votar aos analfabetos e militares de baixa patente; e o 141, com a definição de que a indenização das terras destinadas à realização da Reforma Agrária deveria ser efetivada em dinheiro. Além disso, o conteúdo de suas leis trabalhistas consagrava o caráter tutelador característico do Estado Novo. De tal modo, a Constituição Federal contribuía para a manutenção do monopólio da terra e a perpetuação de práticas políticas clientelistas, permitindo que a elite agrária e a burguesia-industrial se perpetuassem no poder.

Por maior que fosse a proximidade em relação à origem social de seus integrantes, os principais partidos da República de 1946 possuíam perfis ideológicos nitidamente distintos. Diversidade essa que também se manifestava internamente, uma vez que todos eles eram compostos por grupos com concepções políticas divergentes. Mesmo sendo difícil identificar os elementos que compunham os diferentes perfis ideológicos – por conta, principalmente, da carência ideológica dos partidos e da inexistência de programas políticos claramente definidos –, este acaba sendo um exercício fundamental para analisarmos os diferentes projetos políticos em disputa durante a crise estrutural que resultou no Golpe de 1964.

Da mesma maneira que o getulismo foi um elemento decisivo na definição dos integrantes dos principais partidos, ele também exerceu grande influência no processo de formação dos respectivos perfis ideológicos. Composto por políticos que já estavam no poder antes mesmo do término do Estado Novo, o PSD se consolidou como um

partido de centro. O fato de ter tido durante toda a República de 1946 a maior representação tanto no Poder Legislativo quanto no Executivo, contribuiu para que os pessedistas adotassem uma postura conservadora voltada à manutenção da ordem socioeconômica vigente. Nesse contexto, promover a conciliação tornou-se o norte de conduta dos pessedistas, fazendo com que o partido se tornasse o fiel da balança do sistema partidário.

Mesmo adotando os temas do desenvolvimento, transformações sociais e modernização administrativa como suas principais bandeiras, os diferentes governos pessedistas nunca se empenharam, de fato, em promover grandes alterações estruturais voltadas para o favorecimento dos trabalhadores com menor poder aquisitivo. De tal modo, os pessedistas sempre se opuseram aos projetos que poderiam acabar com os resquícios do arcaísmo estrutural predominante em nossa sociedade: a concentração de terras e o perfil elitista do eleitorado.

Definida pelos analistas políticos da época como um partido de direita, a UDN possuía um perfil ideológico pautado pelo discurso liberal. Tratava-se, na realidade, de um liberalismo burguês voltado à manutenção dos privilégios do bloco no poder e obstinado a defender o direito à propriedade privada. No entanto, o liberalismo praticado era marcado por inúmeras contradições, uma vez que ele constantemente se atrelava ao conservadorismo intrínseco à elite brasileira. Como bem indica Maria Benevides, “as raízes da tradição liberal reivindicada pelos udenistas expõem a feição indisfarçavelmente elitista, de um liberalismo limitado, restrito, expresso nas aspirações do tributo liberal” (Benevides, 1981, p. 247).

Entre os elementos que caracterizavam o perfil ideológico udenista, destaca-se a concepção política elitista ancorada na crença inabalável da presciência das elites. Neste caso, os udenistas possuíam uma visão preconceituosa dos setores de baixa renda da sociedade pelo fato destes serem, segundo eles, incapazes de exercer conscientemente seus direitos políticos. O partido era contrário à extensão do direito de voto aos analfabetos, alegando que as elites nacionais seriam mais indicadas para governar o país, sendo este argumento também utilizado, constantemente, para questionar os resultados eleitorais.

Adotando uma ética moralista e conservadora, a UDN assumiu o papel de combate à corrupção no sistema político, intitulando-se o “partido da eterna vigilância”. Além disso, o golpismo – enquanto prática política – era outra característica marcante do seu perfil ideológico. Não foi à toa que, em diversos momentos da República de 1946, os udenistas incitaram intervenções militares no governo federal. De tal modo, algumas de suas principais lideranças acreditavam que a verdadeira democracia e a modernização do capitalismo nacional deveriam ser efetivadas por meio de um governo temporário com características autoritárias⁷, além de o anticomunismo ter sido, também, uma vertente forte na sua orientação política. Nesse caso, a intervenção direta no domínio econômico e a militarização do aparelho de Estado eram tidas como formas pertinentes para reprimir os movimentos sociais, contendo o que eles entendiam por assalto esquerdista do poder.

Seja por conta do conservadorismo ou do elitismo, é inegável que os pessedistas e udenistas representavam intensamente os interesses de classe dos integrantes do bloco no poder. Tal postura pode ser identificada, por exemplo, por meio do comportamento de seus parlamentares frente às propostas que ameaçavam o domínio político exercido pelas oligarquias agrárias. Além de se comportarem de maneira ambígua perante as propostas de extensão do direito ao voto para os analfabetos e impedirem a realização de uma Reforma Agrária efetiva, eles também foram contrários à extensão da legislação trabalhista para os trabalhadores rurais. Assim como a Reforma Política, a extensão da legislação trabalhista promoveria para um crescimento eleitoral do PTB, colocando em risco o domínio que o PSD e a UDN exerciam sobre o Poder Legislativo. Inclusive, udenistas e pessedistas também acreditavam que a regularização jurídica dos trabalhadores rurais contribuiria para o processo de proletarianização que vinha ocorrendo no país.

No outro polo do sistema partidário, o PTB apresentava um perfil ideológico oposto ao do PSD, por mais que também fosse herdeiro do legado político de Getúlio Vargas. Inicialmente, os petebistas se

⁷ Com bem define Maria Benevides (1981), a prática política udenista, fundamentada no golpismo, transparecia a crença de seus integrantes no aspecto pedagógico de um período ditatorial destinado à efetivação de uma democracia elitista.

tornaram intermediários e beneficiários da mobilização popular que o getulismo promovia. Nesse processo de aproximação junto aos trabalhadores, o anticomunismo era uma das principais referências da orientação política petebista. Sua adoção se deveu ao objetivo de promover uma mobilização popular tutelada e, principalmente, em decorrência da disputa com o PCB pelos votos do operariado urbano.

Porém, a partir de meados da década de 1950, o getulismo e o anticomunismo deixaram de ser as principais bandeiras políticas petebistas. Após a morte de Getúlio Vargas, o partido passou por um processo de reformulação que resultou no surgimento de uma linha ideológica própria, caracterizada, principalmente, pela tendência reformista. O PTB passou então a reivindicar um modelo de desenvolvimento socioeconômico nacional e autônomo, tornando o trabalhismo e o nacionalismo as principais bandeiras na luta contra o que eles identificam como interesses econômicos imperialistas. Acreditava-se que a expansão dos direitos sociais dos trabalhadores só seria garantida se o país adquirisse uma estrutura econômica independente. Tudo isso, atrelado à concepção de que o Estado deveria possuir um perfil forte e interventor. Surgia, assim, o projeto das Reformas de Base – principal instrumento de propaganda partidária do PTB – e a proposta de extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores rurais. Por mais que ambas as medidas possam ser interpretadas como maneiras de ampliar o eleitorado petebista, é inegável que elas indicavam uma identificação entre o partido e os interesses de classe dos trabalhadores. Consequentemente, todos esses fatores contribuíram para um distanciamento ideológico em relação o PSD.

Nesse contexto, o fortalecimento dos “doutrinários reformistas” fez com que o partido deixasse de ver o movimento sindical apenas como uma fonte de votos, apesar de ainda manter práticas clientelistas e fisiológicas. Em contrapartida, ao perceber a possibilidade de ampliar sua influência política sobre o sistema partidário, os sindicalistas se tornaram mais atuantes no cotidiano petebista, cobrando de maneira incisiva a efetivação das Reformas de Base. Simultaneamente, o PTB também passou a integrar em seus quadros políticos oriundos do PCB, que se encontravam na ilegalidade.

É incontestável que a inserção desses novos atores gerou transformações no perfil ideológico do partido, porém não se pode afirmar que o PTB se tornou adepto das ideias socialistas. Segundo suas lideranças, tratava-se da defesa de um “capitalismo mais solidário”, caracterizado pela cooperação entre as diferentes classes sociais, em contraposição ao lucro desmedido e às práticas egoístas que originavam a luta de classes. No entanto, é necessário destacar que traços do getulismo, como a orientação paternalista, permaneceram presentes nas fileiras do partido até a sua extinção, e que – nunca é demais lembrar – João Goulart era tido por muitos como o sucessor do legado getulista.

Constatada a diferença entre os partidos em relação aos respectivos perfis ideológicos, é necessário, ainda, destacar que essa distinção também se manifestava internamente entre seus integrantes. Tanto no PSD quanto na UDN, partidos contrários ao projeto das Reformas de Base, existiam parlamentares favoráveis às políticas nacionalistas e reformistas. Entre os pessedistas, destacavam-se os integrantes da “Ala Moça”, intensamente atuantes durante o governo Juscelino Kubitschek (JK). Já na UDN, ganhou força no início da década de 1960 o grupo da “Bossa Nova”, também defensor das políticas desenvolvimentistas. Em contrapartida, por mais que o PTB apresentasse um perfil ideológico mais coeso, a disputa interna entre os getulistas e os “doutrinários reformistas” permaneceu até o início do Regime Militar.

A heterogeneidade dos partidos pode ser entendida como um indício da dificuldade que eles possuíam de representar de maneira clara e efetiva determinados interesses de classe. Mesmo apresentando perfis ideológicos diversos, eles se tornavam incapazes de “refletir, em toda sua extensão, a correlação de forças existentes no interior da formação social [...] reproduziam com pouca fidelidade a diversidade de tendências e dos conflitos ideológicos que perpassavam a realidade social do país” (Toledo, 1983, p. 68). De tal modo, a precariedade representativa contribuiu para que alguns setores da sociedade questionassem o sistema partidário – enquanto organizador das vontades políticas dos cidadãos, como fonte efetiva de poder – vigente durante a República de 1946.

A ausência de projetos políticos claros, de uma organicidade pro-

gramática coesa, o processo de dissidências e fragmentações internas, a grande heterogeneidade ideológica existente entre os parlamentares, somados à ausência de um corpo doutrinário e ideológico nos principais partidos, acabaram se tornando fatores responsáveis pelo surgimento de frentes partidárias no Poder Legislativo. Surgimento esse que evidencia o quanto o sistema partidário passava por um processo de realinhamento, caracterizado pelo fortalecimento de alguns partidos e pelo risco de fragmentação de outros.

Foi assim que, no final da década de 1950, em um período de intensa polarização partidária, diversos parlamentares encontraram nas frentes partidárias um caminho mais coerente e consistente para defenderem seus projetos políticos. Surgia, assim, a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) e a Ação Democrática Parlamentar (ADP). Em virtude de uma maior coesão ideológica, as frentes partidárias se organizavam de maneira mais homogênea no momento das votações. Consequentemente, elas evoluíram para um quadro mais efetivo de representação dos diferentes interesses de classe no Congresso Nacional, evidenciando a existência de dois projetos de nação divergentes.

Fundada durante o governo JK, a FNP agrupou parlamentares dos mais diversos partidos, inclusive da UDN. No entanto, por mais que ela não possuísse vinculação formal com nenhum deles, é inegável a sua aproximação em relação ao programa partidário do PTB. Seus integrantes também se caracterizavam pela defesa de projetos políticos nacionalistas e reformistas, reivindicando, entre outras coisas: a reformulação das normas que regularizavam o acesso da produção brasileira aos mercados internacionais; a limitação da remessa de lucros das empresas estrangeiras ao exterior; a defesa das reservas minerais e energéticas do país; o favorecimento das empresas nacionais perante a concorrência com as indústrias estrangeiras; a realização de estímulos federais à infraestrutura da produção industrial; o estímulo à educação e a defesa da cultura brasileira. Dessa forma, tais elementos definiam o nacionalismo como a solução para os problemas que impediam o aceleração do processo de desenvolvimento econômico brasileiro.

Por sua vez, a ADP foi fundada quatro anos após a FNP, justamente em decorrência do fortalecimento da ala nacionalista e refor-

mista no Poder Legislativo. Acorados em uma visão elitista e moralista de democracia, e pautados pelo preconceito em relação às classes populares, seus integrantes adotaram o lema “anticomunistas sempre; reacionários nunca”. Em relação aos aspectos econômicos, defendiam a iniciativa privada e a abertura da economia aos investimentos estrangeiros, tornando-se, assim, o canal de representação ideológica do bloco no poder no Congresso Nacional. Consequentemente, do mesmo modo como associamos o perfil ideológico da FNP ao PTB, podemos estabelecer uma relação entre a ADP e a UDN a partir do conservadorismo intrínseco às duas organizações políticas.

Também é possível identificar a maneira como as frentes partidárias representavam determinados interesses de classe a partir da aproximação entre elas e diferentes organizações socioeconômicas, ocorridas no início da década de 1960. A ADP se vinculou a grupos conservadores como a Confederação Rural Brasileira, o Movimento Sindical Democrático e, principalmente, ao complexo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD); fazendo com que o bloco econômico dominante expressasse “suas reivindicações, traduzindo seu poder socioeconômico em autoridade ideológica e política” (Dreifuss, 1981, p. 337). Em contrapartida, a FNP estabeleceu parcerias com entidades representantes dos interesses de classe dos trabalhadores urbanos e rurais, como: a Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e as Ligas Camponesas; além da União Nacional dos Estudantes.

O Congresso Nacional, que se limitava a ser um espaço de representação dos interesses de classe do Bloco no Poder até o final da década de 1950, passou, então, a incorporar indiretamente representantes dos trabalhadores. Nesse caso, o surgimento de novas associações de classe e sua inserção no Congresso Nacional, por meio das frentes partidárias, indicava o intenso processo de politização vivenciado pela sociedade brasileira. A ampliação da participação de trabalhadores rurais e urbanos nas esferas políticas contribuía para a alteração do perfil do eleitorado nacional e para o surgimento de novas reivindicações. Destinada a resguardar seus privilégios, prontamente a elite nacional optou pelo reforço da postura conservadora no Poder Legislativo. De

tal modo, a politização resultou em uma “demonstração eloquente do aguçamento das contradições sociais e da consequente intensificação da luta ideológica de classes no seio da formação social brasileira” (Toledo, 2004, p. 71).

A formação dos blocos interpartidários contribuiu para a intensificação do processo de polarização do Poder Legislativo em torno de dois projetos político-econômicos divergentes e conflitantes. Como bem aponta Wanderley Santos (1986), esse contexto dificultou a tomada de decisões negociadas, impedindo, também, a formação da coalizão necessária para aprovar a agenda reformista proposta pelo PTB.

DA CRISE DO GOVERNO À CRISE DO REGIME

Em meio à inconstância e à decadência da capacidade operacional do Poder Legislativo – resultado de inúmeras disputas internas – diferentes projetos de Reforma Agrária foram debatidos e votados no Congresso Nacional. Vinculando questões sociais às econômicas, a proposta apresentada pelo deputado petebista Bocaiúva Cunha, em 1963, propunha uma reforma de grande amplitude ancorada no preceito constitucional de uso social da terra⁸. Os petebistas defendiam a tese de que esta seria a maneira mais adequada de solucionar a grave crise financeira nacional, além de conter as tensões sociais que alarmavam a sociedade brasileira. Porém, para garantir que o maior número de propriedades improdutivas fosse desapropriado, o projeto defendia que a Constituição fosse alterada com o intuito de permitir que as indenizações aos proprietários fossem feitas por meio de títulos da dívida pública e não em dinheiro. Só assim o governo teria recursos financeiros suficientes para promover a reforma almejada.

Prontamente, a maioria dos parlamentares udenistas e pessedistas se posicionaram contra o projeto, acusando-o de ser inconstitucional e alegando que ele representava uma afronta ao direito à propriedade privada. Nesse caso, não podemos esquecer que inúmeros integrantes do PSD e da UDN eram latifundiários e que a Constituição Federal

⁸ Artigo 147 da Constituição Federal de 1946.

era um dos principais instrumentos de dominação política do bloco no poder. Para entender a adoção dessa postura é necessário levar em consideração que, caso fosse aprovada, a Reforma Agrária petebista promoveria inúmeras mudanças na estrutura socioeconômica do país, como a extinção do monopólio da terra e a alteração da composição do poder político. Ou seja, a proposta do PTB confrontava diretamente os interesses de classe do bloco no poder, o que levou, por fim, ao veto do projeto pela Comissão Parlamentar por sete votos (PSD, UDN, PSP) a quatro (PTB e PDC).

Em contrapartida, temendo que a adoção de uma postura contrária à proposta petebista refletisse nas urnas, tanto a UDN quanto o PSD apresentaram projetos próprios de Reforma Agrária, ainda no ano de 1963. A proposta udenista não aceitava outra forma de indenização que não fosse a prevista na Constituição Federal, demonstrando, assim, seu caráter conservador. Já o projeto pessedista aceitava que parte do pagamento fosse feito com títulos da dívida pública⁹. No entanto, estabelecia inúmeras outras contrapartidas que limitavam a redistribuição das terras improdutivas. Entre elas, merecem destaque: a fórmula de cálculo do valor a ser pago pelas terras improdutivas, que acabava sobrevalorizando-as; a exigência de que a propriedade tivesse no mínimo 500 hectares, estando situada a mais de 50 km de cidades com população igual ou superior a 50 mil habitantes; a reserva de 500 hectares para o dono da terra expropriada; além do critério de definição das propriedades como improdutiva, estabelecido a partir das médias irrisórias de produção da região onde elas se situavam.

Todos esses fatores evidenciam uma maior preocupação do PSD com as questões econômicas (produtividade) em detrimento das sociais (distribuição de terras). O projeto apresentado não se contrapunha à existência de latifúndios em território nacional, desde que fossem produtivos. Nesse contexto, seus parlamentares só aceitavam negociar uma Reforma Agrária que não colocasse em risco a manutenção da ordem no campo, ou seja, que perpetuasse o monopólio da

⁹ O artigo 1º do projeto pessedista previa que de 10% a 30% do valor total fosse pago em dinheiro, e o restante em títulos da dívida pública.

terra e não alterasse a situação de domínio político dos latifundiários sobre os trabalhadores rurais. Ao recusar o caráter social intrínseco ao projeto petebista, a contraproposta pessedista demonstra seu compromisso inicial com os interesses do bloco no poder, seja resguardando suas propriedades ou promovendo uma modernização capitalista da estrutura agrária. Por mais que os pessedistas aceitassem que parte da indenização fosse feita com títulos da dívida pública, os projetos estavam estruturados a partir de concepções políticas e sociais amplamente divergentes. Portanto, é um equívoco supor que o PSD estava realmente interessado em negociar com o PTB a realização de uma Reforma Agrária “possível”.

Logo que chegou ao Congresso Nacional, o projeto pessedista foi duramente criticado pelos petebistas, que passaram a acusá-lo de promover “um negócio agrário” e a “institucionalização do latifúndio”. A intransigência no momento da negociação, perceptível tanto no comportamento dos pessedistas quanto dos petebistas, era fruto da incompatibilidade dos propósitos por trás dos projetos, da polarização do poder legislativo, e não de uma suposta falta de habilidade, ou até mesmo, de bom senso da parte de João Goulart. Consequentemente, “a inflexibilidade do PTB em não ceder às concessões pessedistas reforça de imediato a onda antirreformista, e seu empenho em levar mais adiante a redefinição do pacto social, conduz o governo a um difícil impasse, que transfere o confronto das forças políticas do campo institucional para o conflito de classes” (Camargo, 1986, p. 224).

A crise política havia chegado em seu patamar mais alto durante a República de 1946. O fato de nenhum projeto de Reforma Agrária ter chegado próximo de ser aprovado comprova o quanto o sistema político havia deixado de ser operacional, tornando-se incapaz de resolver as questões mais prementes à época. O desgaste gerado pelas negociações contribuiu para a intensificação da polarização do Poder Legislativo, estimulando o confronto de inúmeros parlamentares contra o governo (neste caso tanto os conservadores antirreformistas, quanto os setores mais à esquerda, que exigiam a imediata implantação das Reformas de Base). Consequentemente, o PSD deu uma guinada à direita, aproximando-se da UDN. Tratava-se da adoção de uma

postura combativa frente ao processo de politização pelo qual passava a sociedade brasileira. Essa transformação reforçou o caráter conservador predominante no Poder Legislativo e no sistema partidário, minando a base governista, esgotando a possibilidade de efetivação das demais reformas via Congresso Nacional e contribuindo diretamente para o fortalecimento do projeto golpista.

Nesse caso, o processo de retração e fechamento do Poder Legislativo perante as propostas oriundas do Poder Executivo pode ser entendido como uma forma de autopreservação dos setores da sociedade que nele se representavam. Ou seja, diante das questões de difícil absorção institucional, o Congresso Nacional não foi capaz de incorporar os conflitos originados por diferentes interesses de classe, optando por manter os privilégios que representava por meio da recusa de qualquer projeto reformista. De tal modo, o que até então podia ser considerado uma crise do governo, começou a ganhar o caráter de uma crise do regime.

Porém, as tentativas fracassadas de realização da Reforma Agrária não foram os únicos fatores responsáveis pelo desgaste da relação entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, durante o ano de 1963. Após demonstrações de insubordinação e enfrentamento político efetuadas por Carlos Lacerda, governador do estado da Guanabara, João Goulart realizou uma tentativa fracassada de decreto de Estado de Sítio. A proposta foi prontamente definida por seus opositores como um indício de um projeto golpista articulado pelo Presidente em aliança com os movimentos sindicais e o Partido Comunista.

Nesse contexto, integrantes da UDN e do PSD, ligados à ADP, planejaram a realização de uma Vigília Cívica no Congresso Nacional durante o mês de recesso dos parlamentares. Segundo eles, esta seria a maneira mais adequada de amenizar a grave situação política, social e econômica nacional. Os udenistas se referiam publicamente em relação ao evento como uma maneira de defender a democracia brasileira perante um possível golpe de Estado planejado pelo Poder Executivo. Tal atitude fazia parte do plano, também articulado por setores da mídia e por instituições conservadoras como o IPES e o IBAD, de legitimar a necessidade de uma intervenção militar a partir da des-

construção da imagem pública de João Goulart. Já os pessedistas adotaram um tom mais ameno, descartando o enfrentamento direto contra o Presidente. De tal modo, justificavam sua adesão como sendo uma maneira de contribuir para a votação de projetos de grande urgência que ainda tramitavam no Congresso Nacional.

Evitando o confronto direto contra a oposição, o Presidente não se pronunciou contra a Vigília Cívica. Quando questionado, Jango tentou utilizá-la a seu favor, definindo-a como mais uma chance de aprovação das Reformas de Base. Em contrapartida, os parlamentares do PTB não adotaram o mesmo tom conciliatório. Na tentativa de refutar as acusações feitas pela oposição, os petebistas condenaram a realização do evento, afirmando que ele contribuía apenas para o tensionamento da crise política. E, como os petebistas já previam, as sessões extraoficiais foram esvaziadas, não sendo realizado nenhum debate ou votação de grande importância, comprovando, assim a falsidade da justificativa apresentada pelos pessedistas. Consequentemente, a polarização do Congresso Nacional chegava ao seu auge no final de 1963.

Por mais diferente que tenham sido as justificativas de adesão à Vigília Cívica apresentadas por udenistas e pessedistas, é inegável o quanto o evento representou a aproximação entre os dois partidos, contribuindo diretamente para a formação de uma aliança conservadora no Poder Legislativo. O fato de o PSD ter abandonado sua postura centrista após romper com a base governista era o reforço esperado pelos udenistas, por setores da sociedade e das Forças Armadas para colocar em prática o projeto golpista de longa data. Nesse contexto, discordo das teorias que afirmam que o movimento de 1964 não teve chancela do PSD, ou de que o partido não teria contribuído para o rompimento da normalidade constitucional, afastando-se da ilegalidade. Por mais que os pessedistas negassem, diversos indícios comprovam a maneira como o evento representou o amadurecimento do projeto golpista em meio às fileiras do Congresso Nacional. Os pessedistas conheciam as práticas políticas udenistas calcadas no golpismo e sabiam quanto sua aproximação com os setores conservadores reforçaria este projeto. Além disso, não por coincidência, meses depois, os mesmos atores implicados na organização da Vigília Cívica, como Auro de

Moura Andrade, estiveram diretamente envolvidos com a efetivação do golpe de 1964. Logo, alguns pessedistas não passaram apenas a apoiar o Golpe de Estado, como também se tornaram coorganizadores do projeto.

Ocorreu, assim, o segundo movimento de transição do PSD no decorrer do governo João Goulart. Após ter rompido com a base governista durante as negociações da Reforma Agrária, desempenhando um papel de oposição ao governo; no evento da Vigília Cívica parte do partido rumou definitivamente da oposição para a conspiração contra o regime. Nesse caso, como bem destaca a professora Lucilia Neves (1989), a aliança entre pessedistas e petebistas foi segura enquanto o PSD possuía hegemonia absoluta sobre o PTB em âmbito federal e, também, no Congresso Nacional. Pela primeira vez, o partido da ordem estava apoiando a intervenção golpista, fazendo com que o Poder Legislativo se envolvesse cada vez mais com a elaboração do golpe de Estado. Consolidava-se, assim, a crise do regime político vigente durante a República de 1946.

Dois acontecimentos envolvendo João Goulart foram decisivos para a formação da cena política no fim do recesso parlamentar, em março de 1964. O primeiro deles foi o Comício da Central do Brasil, evento organizado pelos sindicatos e setores mais à esquerda do PTB. Discursando para um público de aproximadamente 200 mil pessoas, a maioria deles trabalhadores urbanos, o Presidente adotou uma postura mais enfática quanto à realização das Reformas de Base. Tendo em vista a grande dificuldade de formar a coalizão no Congresso Nacional necessária para aprovar seu projeto reformista, Jango encontrou na aproximação em relação às massas outra maneira de tentar efetivá-lo, utilizando a insatisfação popular para pressionar os congressistas.

O conteúdo do discurso reflete diretamente o tensionamento político que caracterizou o mês que antecedeu o golpe de Estado. Durante sua fala, João Goulart se colocou no papel de realizador dos anseios populares, ao mesmo tempo em que definia indiretamente o Congresso Nacional como um entrave à sua concretização. Nesse contexto, anunciou o decreto da SUPRA e mudanças no controle das refinarias de petróleo, comprovando a transformação da postura de seu gover-

no. Procurou, também, vincular a realização da reforma constitucional à solução dos problemas que afligiam o país. Além disso, utilizou o palanque para se defender das críticas que o acusavam de representar uma ameaça ao regime democrático brasileiro.

Vejo, na maneira como o comício foi organizado e realizado, mais um indício do processo de politização da sociedade brasileira – tão temido pelos setores da sociedade integrantes do bloco no poder. Portanto, a eminente possibilidade de ruptura dos laços entre representantes e representados pode ser entendida como um sinal de que a divergência entre diferentes interesses de classe começava a tomar conta dos aparelhos do Estado e dos partidos políticos. Nesse caso, a contraposição entre o Poder Executivo, com tendências reformistas, e o Poder Legislativo, amplamente conservador, deu origem a um cenário de confronto direto entre eles.

Ao participar do Comício da Central do Brasil, Jango demonstrou que havia abandonado a postura conciliatória adotada até então, fato que contribuiu diretamente para a intensificação do confronto direto entre os poderes Executivo e Legislativo, consolidando a aproximação do Presidente junto aos movimentos sociais e aos setores mais à esquerda do sistema partidário. Nesse caso, “a nova estratégia política adotada por João Goulart para aprovar as Reformas de Base contribuiu para o processo de transferência do confronto das forças políticas do campo institucional para o conflito de classes” (Camargo, 1986, p. 224). Porém, essa mudança de estratégia política não pode ser identificada enquanto um indício da existência de um projeto golpista tramado pelo Poder Executivo. Na realidade ela simboliza a perda de capacidade de direção política do governo, resultado da falta de apoio institucional.

O conteúdo da Mensagem Presidencial destinada à abertura do ano legislativo de 1964 pode ser considerado o segundo acontecimento responsável pela intensificação do conflito direto entre os poderes Legislativo e Executivo. Em meio ao tensionamento predominante na cena política nacional, o Presidente optou por utilizar um tom mais polido, evitando um enfretamento direto contra os congressistas, sem, no entanto, deixar de apresentar de maneira clara as intenções do seu governo. Basicamente, foram abordados os mesmos elementos trata-

dos durante o discurso da Central do Brasil. Novamente, a Reforma Constitucional e as Reformas de Base foram apontadas com as únicas formas de solucionar a grave crise econômica e social vigentes no país. Porém, João Goulart deixou de se colocar no lugar de “realizador” dos anseios populares, assumindo apenas o papel de “difusor/representante”. Desta forma, ele indicou sua aproximação em relação às massas, e transferiu ao Poder Legislativo a responsabilidade de executar as medidas necessárias para solucionar os problemas que inquietavam a população.

Tanto a mensagem presidencial quanto o discurso da Central do Brasil causaram grande agitação entre os membros da bancada oposicionista. O próprio presidente do Senado, o pessedista Auro de Moura Andrade, utilizou sua fala inaugural para reforçar as acusações de que o Poder Executivo tramava a realização de um golpe de Estado, além de responsabilizá-lo pela instauração do clima de insegurança nacional. Em um dos trechos mais exaltados do seu discurso, ele convocou setores da sociedade a ficarem de prontidão perante uma eventual necessidade de enfrentamento direto. No mesmo sentindo, o líder da bancada petebista, o senador Artur Virgílio, abordando o fato da tensão presente entre os congressistas ter ganhado as ruas, salientou: “não sou homem de fincar na defensiva nesta hora. A melhor arma de defesa que gosto de manejar é o ataque”¹⁰. Este era o sinal de que os desentendimentos presentes no Poder Legislativo haviam extrapolado o espaço do Congresso Nacional, acirrando a luta de classe.

A partir daquele momento, diversos parlamentares, com base no argumento de que o Poder Executivo tramava a realização de um golpe de Estado com tendências comunistas, passaram a utilizar a tribuna para clamar por uma ação intervencionista das Forças Armadas. A atitude deles também foi influenciada pela crença de que a intervenção militar seria temporária, sendo o poder devolvido aos civis nas eleições de 1965. Nesse contexto, a maneira como João Goulart lidou com a da revolta dos marinheiros, e sua fala na comemoração dos 40 anos da Associação de Subtenentes da Polícia Militar, acabaram sendo

¹⁰ *Diário do Senado Federal*, 16/03/1964. p. 531.

decisivas para que a crise do regime desse origem ao golpe de Estado. Ambos os eventos foram interpretados pelos militares e pela ala conservadora do Congresso Nacional como um desrespeito do Presidente em relação à hierarquia e disciplina militar. Seja clamando pela sua realização, ou omitindo-se perante os sinais evidentes de que uma intervenção golpista estava prestes a ser realizada, o Poder Legislativo teve responsabilidade direta sobre a execução do Golpe de 1964.

Foi assim que, no dia 31 de março de 1964, as tropas do 1º Exército, lideradas pelo general Olímpio Mourão Filho, partiram de Juiz de Fora rumo à cidade do Rio de Janeiro para derrubar o Presidente. Levando em consideração as manifestações feitas no Congresso Nacional e a campanha intervencionista realizada pela grande mídia, o Golpe de 1964 não pode ser considerado um fato inesperado. Mas, para surpresa de todos, não houve atos efetivos de resistência da parte dos movimentos sociais de esquerda que apoiavam a realização das Reformas de Base. Isolado, João Goulart rumou para Porto Alegre em uma última tentativa de salvar o seu governo.

CONCLUSÃO

Diversos fatores diferenciam a crise política vigente durante o governo João Goulart das outras ocorridas durante a República de 1946, explicando, assim, porque justamente ela deu origem a um golpe de Estado. Entre eles, destaco a incapacidade do Congresso Nacional em gerir sua diversidade interna, fato que dificultou a resolução das crises políticas que emergiam da sociedade. Nesse caso, a fragmentação política nacional, em meio à polarização do Poder Legislativo em torno de dois projetos político-econômicos divergentes, acabou contribuindo para a ruptura institucional entre os poderes Executivo e Legislativo. Porém, é necessário destacar que o processo de transformação estrutural do sistema político foi anterior à ascensão de João Goulart à presidência, tornando questionáveis as teorias que atribuem a ele a responsabilidade pela instauração do Regime Militar.

Isto posto, a polarização partidária deve ser entendida como o

resultado da crescente divergência entre os interesses de classe representados no Poder Legislativo. Consequentemente, a disputa política decorrente desta fragmentação colaborou para o tensionamento das posições políticas no Brasil. Logo, as decisões tomadas no Congresso Nacional, em meio aos debates sobre as Reformas de Base, contribuíram tanto para a potencialização dos conflitos ideológicos na sociedade quanto para o fortalecimento do antigo projeto golpista.

Em meio ao tensionamento das posições políticas na sociedade, a intensificação do processo de politização dos trabalhadores, vinculado à crescente insatisfação deles face às relações capitalistas de trabalho e ao monopólio da terra, também pode ser entendida como um diferencial desta crise política. A multiplicação do número de sindicatos e greves gerou certo desconforto entre os integrantes do bloco no poder, contribuindo diretamente para um tensionamento das contradições sociais.

Além disso, a politização também foi responsável por transformações no sistema político. Enquanto o governo João Goulart se aproximou dos setores mais à esquerda do PTB e das massas, validando suas reivindicações, os representantes dos interesses de classe do bloco no poder se empenharam em impedir a realização das Reformas de Base, pois entendiam que elas contribuíam ainda mais para a politização dos trabalhadores. Ambas as posturas agravaram a relação entre as classes sociais. Portanto, o confronto das forças políticas que durante o período da República de 1946 se restringiu ao campo institucional, ganhou contornos de um cenário de luta de classes.

Por mais que o golpe de 1964 também tenha sido o resultado do crescimento dos conflitos entre diferentes classes sociais, é necessário enfatizar que a luta de classes só se converte em golpe de Estado quando a mediação histórica é expressa por meio de um processo paulatino de crise institucional. Sendo justamente isto o que ocorreu durante o governo João Goulart, quando o Poder Legislativo se retraiu e fechou com o intuito de resguardar os interesses de classe do bloco no poder. Para a maioria dos congressistas, a intervenção militar era preferível à politização das classes trabalhadoras e ao estabelecimento de uma democracia de massas. Nessa conjuntura, os setores golpistas optaram pelo golpe de Estado enquanto uma ação preventiva frente

ao acirramento da luta de classes. Pela primeira vez, durante toda a República de 1946, formou-se uma maioria no Poder Legislativo a favor da intervenção militar; por conta, principalmente, da transição do PSD da base governista para a oposição, em um primeiro momento e, posteriormente, da oposição para a conspiração.

Convém destacar que a atuação dos congressistas não se limitou à elaboração e execução do Golpe de 1964. Após a derrubada de João Goulart, o Poder Legislativo ainda foi decisivo no processo de legitimação da intervenção realizada pelas Forças Armadas. O primeiro passo para tornar o Golpe de Estado legal perante a Constituição Federal, ocultando a ação golpista, foi dado logo no dia 2 de abril. Em meio a inúmeras manifestações parabenizando a atitude tomada pelos militares, e algumas tentativas de resistência, foi realizada, por volta das 23h, uma esvaziada sessão extraordinária. Conduzindo os trabalhos, Auro de Moura Andrade declarou que João Goulart havia se afastado da presidência, descumprindo com suas obrigações constitucionais, não restando ao Poder Legislativo outra atitude senão a de declarar vago o cargo presidencial. Sua atitude pode ser inserida no contexto golpista, pois, naquele momento o Presidente ainda se encontrava em território nacional, além do fato de não ter havido uma votação para aprovar o Decreto de Vacância.

Em seguida, pressionados pelos altos escalões das Forças Armadas, os setores conservadores do Congresso Nacional ainda se empenharam em atribuir um caráter democrático à ascensão dos militares à presidência. Foi assim que os pessedistas tomaram a frente do processo alterando a Constituição Federal a fim de antecipar a realização das novas eleições. Enquanto isso, a liderança do partido costurou a candidatura do General Castello Branco, barganhando o cargo de vice-presidente para o pessedista José Maria Alkmin. Portanto, o processo de legitimação do Golpe de 1964 não se tratava somente de “dominar as classes exploradas por meio do Estado, através do simples emprego da violência, da força física. Esta violência deve sempre se apresentar como legítima, por uma atuação, por meio do Estado, da ideologia dominante capaz de provocar um certo consenso da parte de algumas classes e frações dominadas” (Poulantzas, 1977, p. 28). Evidencia-se,

assim, o quanto o bloco no poder enxergava no Congresso Nacional uma importante esfera legitimadora do discurso intervencionista.

Logo, concluo que o Poder Legislativo desenvolveu um papel protagonista no processo de elaboração, execução e legitimação do golpe de 1964. Isto posto, destaco a utilização do conceito Golpe Político Militar, proposto por Caio Toledo (1983), para se referir a este acontecimento. Não se trata da substituição dos conceitos de golpe de Estado ou golpe civil-militar, mas sim da possibilidade de utilização de mais uma nomenclatura para caracterizar os atores e mecanismos envolvidos na instauração do Regime Militar. Além de destacar a influência exercida pelo Poder Legislativo nesse processo, o conceito contribuiu para a superação da ideia de golpe militar – que tende a responsabilizar somente as Forças Armadas pela exclusão do Presidente democraticamente eleito.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Maria Victória. **UDN e o udenismo**: ambiguidade do liberalismo brasileiro 1945-1965. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

CAMARGO, Aspásia. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930 a 1964). In: FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil Republicano, v. 3, t. III. São Paulo: Difel, 1986.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **PTB**: do Getulismo ao Reformismo. São Paulo: Marco Zero, 1989.

DREIFUSS, René Armand. 1964: **A conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, Jorge. O trabalhismo radical e o colapso da democracia no Brasil. In: **1964/2004**: 40 anos do golpe. Rio de Janeiro: Faperj/7 Letras, 2004.

FICO, Carlos. **Além do Golpe**. Versões e Controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FIGUEIREDO, Argelina. **Democracia ou reformas?** Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

GASPARI, Élio. **A ditadura envergonhada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HIPPÓLITO, Lucia. **De raposas e reformistas** – o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado em crise.** Rio de Janeiro: Graal, 1977.

_____. **Poder político e classes sociais do Estado capitalista.** São Paulo: Martins Fontes, 1986.

QUEIROZ, Manoel Virgílio de. **A elaboração de uma crise: a inculpação e o alarmismo no golpe contra Goulart (1961-1964).** Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

REGO, Antônio Carlos Pojo do. **O Congresso Brasileiro e o regime militar (1964-1985).** Rio de Janeiro: FGV, 2008.

SAES, Décio. **Classe média e sistema político no Brasil.** São Paulo: T. A. Queiroz, Editor, 1985.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Sessenta e quatro: anatomia da crise.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1986.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Sociedade e política no Brasil.** Desenvolvimento, classe e política durante a Segunda República. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O Governo Goulart e o golpe de 64.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 24, n. 47, 2004.

VILLA, Marco Antonio. **Jango: um perfil (1945-1964).** São Paulo: Globo, 2004.

AS LUTAS DA CLASSE TRABALHADORA E O GOLPE DE 1964

Marcelo Badaró Mattos*

A classe trabalhadora no Brasil viveu ciclos de lutas significativos desde as primeiras décadas do século XX. A cada ciclo de mobilizações, entretanto, seguiu-se uma onda repressiva de maior ou menor intensidade, movida pelos braços do Estado, em acordo com os interesses das classes dominantes. Até então, nenhum ciclo de lutas foi tão amplo e teve impacto social tão expressivo quanto o que se iniciou no fim dos anos 1950. Por isso mesmo, a vaga repressiva desencadeada a partir do golpe de 1964 foi tão intensa. O próprio golpe e a ditadura que com ele se instalou, em grande medida, podem ser explicados como uma resposta da classe dominante à capacidade de mobilização demonstrada pelos trabalhadores naqueles anos.

Este texto propõe-se a apresentar uma abordagem das lutas da classe trabalhadora no Brasil, durante aquela quadra histórica, mobilizando para tanto argumentos empíricos, sem descuidar, entretanto, da recuperação do debate historiográfico, de forma a compor um painel sintético, mas com pretensões analíticas, sobre o tema. Seu limite é o do urbano. Embora as lutas sociais naquele período tivessem uma forte componente rural, representada tanto na luta dos trabalhadores rurais pela posse da terra quanto na sua

* Professor de História Social na Universidade Federal Fluminense. Sobre 1964, entre outros, escreveu: *Trabalhadores e sindicatos no Brasil* (São Paulo: Expressão Popular, 2009) e “Os trabalhadores e o golpe de 1964: um balanço da historiografia sobre o golpe” (*História & Luta de Classes*, Rio de Janeiro, n. 1, 2005). E-mail: marcelobadaromattos@gmail.com.

organização em instrumentos sindicais, o foco do artigo, por seus limites de dimensões e pelo caráter das pesquisas de seu autor, está nos trabalhadores urbanos.

O DEBATE ACADÊMICO E AS RESPONSABILIDADES DA CLASSE

Os anos que se seguiram ao golpe de 1964 coincidiram com o momento em que os primeiros estudos produzidos por especialistas universitários sobre a classe trabalhadora urbana brasileira começaram a ser consolidados e publicados¹. Podemos explicar, em grande medida, o impulso para que tais estudos fossem desenvolvidos a partir da própria presença pública crescente do movimento organizado dos trabalhadores e suas lutas, desde o fim dos anos 1950, forçando a produção das Ciências Sociais na Universidade a dar-lhe devida atenção. Porém, se as pesquisas começaram antes, o fato de que tais estudos tenham sido consolidados e publicados no período que se segue ao golpe parece explicar o tom pessimista, ou em alguns casos mesmo re-criminatório, com que a classe trabalhadora e seus movimentos foram tratados nas análises. Um reflexo, em grande medida, da decepção dos analistas com a queda sem maiores resistências do regime político que parecia cada vez mais lastreado nas organizações da classe.

Assim, numa mirada generalizante, pode-se dizer que a síntese daí derivada caracterizou o movimento da classe trabalhadora no período anterior ao golpe a partir de uma série de fatores negativos, como: a) inconsistência organizatória (organizações de cúpula – oficiais ou paralelas – seriam privilegiadas em relação às Organizações por Local de Trabalho); b) falta de questionamento à estrutura sindical, inclusive por parte da direção comunista; c) falta de sintonia entre lideranças (com discurso e reivindicações nacionais e politizadas) e suas bases (mobilizadas apenas por questões salariais); d) poder de mobilização concentrado nos trabalhadores do Estado e escasso entre

¹ Sobre a primeira geração da sociologia do trabalho acadêmica no Brasil, ver Leite Lopes, Pessanha & Ramalho (2012).

os empregados do setor privado, em especial nos setores de ponta da grande indústria; e) privilégio ao Estado como interlocutor principal dos sindicatos, subordinação aos políticos populistas e secundarização do conflito capital e trabalho².

Como os estudiosos daquele processo compartilhavam da referência ao conceito de populismo para caracterizar o regime político que ruína com a queda de Goulart, derivou-se uma definição do movimento dos trabalhadores sob aquele regime como “sindicalismo populista”. Na definição mais conhecida, de Francisco Weffort, o sindicalismo populista:

No plano da orientação, subordina-se à ideologia nacionalista e se volta para uma política de reformas e de colaboração de classes; no plano da organização, caracteriza-se por uma estrutura dual em que as chamadas “organizações paralelas”, formadas por iniciativa da esquerda, passam a servir de complemento à estrutura sindical oficial, inspirada no corporativismo fascista como um apêndice da estrutura do Estado; no plano político, subordina-se às vicissitudes da aliança formada pela esquerda com Goulart e outros políticos fiéis à tradição de Vargas (Weffort, 1973, p. 67).

Deste tipo de caracterização no negativo do sindicalismo da época, para uma responsabilização, em maior ou menor grau, das organizações dos trabalhadores pelo golpe de 1964, a distância não seria muito grande. O próprio Weffort, comentando o “fracasso” da greve convocada em 31 de março/primeiro de abril de 1964 pelo CGT para apoiar Goulart, tratou-a como exemplo claro da fragilidade do sindicalismo populista.

O teste de força para o sindicalismo populista, que alguns acreditavam ser o “quarto poder” da República, veio em 31 de março de 1964. A experiência do CGT em greves políticas feitas, quase todas, para apoiar jogadas do governo, de nada lhe valeu quando, de fato,

² Para dois exemplos deste tipo de uso da noção de sindicalismo populista, ver Rodrigues (1970) e Weffort (1973). Considero as caracterizações feitas pelos autores convergentes, mesmo trabalhando o primeiro com explicações para o comportamento sindical baseadas na origem de classe dos operários e o segundo centrando sua argumentação nas opções políticas das direções.

se tornou necessário ir à greve para sustentar o governo ameaçado de uma derrubada iminente. As bases sindicais lhe faltaram e a greve fr cassou completamente. O governo caiu e, com ele, o “quarto poder” vem abaixo praticamente sem luta. Desmoronou como um castelo de cartas (Weffort, 1978, p. 4).

Os historiadores, que num primeiro momento haviam concentrado suas pesquisas sobre o período da chamada Primeira República, mas que desde a década de 1990 estão avançando em seus recortes cronológicos para o pós-1930 e o período 1945-1964, apresentaram em alguns estudos críticas bem sustentadas à caracterização do sindicalismo populista. Em vários trabalhos produzidos a partir do fim dos anos 1990, tal modelo começou a ser questionado, a partir de evidências que indicavam uma complexidade muito maior do quadro sindical³. Assim, foi possível constatar que algumas organizações sindicais possuíam “índices elevados de sindicalização, variadas e ativas organizações por local de trabalho, diversidade de áreas de atuação [...] e sólidos laços de representatividade entre dirigentes e bases”. Foram observadas também “greves participativas, organizadas a partir do local de trabalho e com uma integração viável entre demandas políticas gerais e bem sucedidos encaminhamentos de reivindicações econômicas” (Mattos, 1998, p. 218-219).

Isto não significa que a estrutura sindical não impusesse limites, como as intervenções feitas pela ditadura logo em seus primeiros dias deixavam claro. Porém, apesar desses limites, havia ação sindical orientada pelos interesses da classe, com impacto efetivo na conjuntura. Ou seja, os trabalhadores agiam para si e com força.

Como vimos, a produção acadêmica pautada pelo modelo do sindicalismo populista chegou a questionar a resistência dos trabalhadores a tal ponto que negou até mesmo a concretização da greve geral convocada pelo CGT para o dia do golpe. Porém, tanto no Rio de Janeiro, como em Santos, ou Porto Alegre⁴ (outros exemplos depen-

³ Ver, por exemplo, Fortes et al. (1999); Mattos (1998); Silva (1995); Costa (1995); Leal (2011); Melo (2013), entre outros.

⁴ Entre outros, consultar Mattos (1998); Silva (1995) e Jakoby (2008).

dem de novas pesquisas), os estudos vêm constatando que a greve ocorreu e foi tão ou mais ampla que as anteriormente convocadas pela intersindical, que de fato encontrava maiores dificuldades em suas convocatórias para greves gerais (não só nesta última) na cidade de São Paulo. Mas, de fato, a greve não foi suficiente para conter o golpe, e nem poderia ser o instrumento decisivo para isso. Até porque, como destacou um dos principais líderes do sindicalismo brasileiro à época – o dirigente ferroviário Demisthóclides Batista, o “Batistinha” – os trabalhadores aguardaram a resistência militar, que não aconteceu:

Não tinha por que o trabalhador, que nunca pegou em arma, pegar [...]. Não havia trabalho de resistência armada dos trabalhadores. Havia aí ilusão de que as Forças Armadas iriam funcionar democraticamente e impedir o golpe [...]. A classe operária fez o seu papel, parou o Brasil (Figueiredo, 1994, p. 45).

A crítica à noção de sindicalismo populista não necessariamente deriva em uma rejeição em bloco ao conceito de populismo. John French (1995), por exemplo, é crítico ácido do modelo de análise centrado na ideia do sindicalismo populista, mas reconhece a existência de um “sistema político populista”, em que atores com recursos sociais e políticos muito distintos envolvem-se em alianças e disputas. Na mesma linha, Fernando Teixeira da Silva e Hélio da Costa (2001) contestam as definições do sindicalismo populista, porém, apoiando-se teoricamente em E. P. Thompson, procuram caracterizar o populismo como uma relação de hegemonia, definida como um “campo de forças”, complexo e dinâmico, que comportava ambiguidades e espaços para lutas dos trabalhadores⁵.

Houve, no entanto, quem fosse além da crítica ao conceito de sindicalismo populista e questionasse o conceito de populismo em seu todo. Centrando a crítica na ideia de que o conceito de populismo se baseava numa definição da relação entre Estado e trabalhadores pautada pela “manipulação” destes por aquele, autores como Jorge Ferreira

⁵ Um rico balanço dessa discussão foi feito no segundo capítulo de Melo (2013).

e Daniel Aarão Reis Filho propuseram seu abandono e substituição pela noção de “trabalhismo”. Para Reis Filho, populismo seria um rótulo imposto pelos conservadores para apagar a “tradição trabalhista”, que acabou sendo incorporado por acadêmicos de esquerda no período posterior ao golpe, em sua análise crítica do regime que ruína. Definida como nacionalista, estatista e popular, a tradição trabalhista é associada por Reis Filho a uma “cornucópia”, envolvendo elementos como a política externa independente, o intervencionismo desenvolvimentista do Estado, justiça do trabalho, direitos trabalhistas e previdenciários, entre outros elementos (Reis Filho, 2001, p. 345-347).

Em perspectiva muito similar, Jorge Ferreira rejeita não apenas o conceito de populismo, pela alegada centralidade da noção de “manipulação das massas” em sua constituição, mas qualquer referência ao regime político vigente que possa ser associada a um sentido político de dominação de classes. Por isso, qualquer menção não apenas ao conceito de populismo, mas a toda perspectiva que encare a “assimetria”, ou a dominação, no sentido das relações entre Estado e classe trabalhadora naquela quadra histórica é rejeitada em nome de um “trabalhismo” igualado na análise à própria consciência de classe dos trabalhadores. Para o autor, o trabalhismo, “compreendido como um conjunto de experiências políticas, econômicas, sociais, ideológicas e culturais [...] expressou uma consciência de classe, legítima porque histórica” (Ferreira, 2001, p. 103).

Retirado o conteúdo de classe do regime derrubado, o passo seguinte dessa vertente historiográfica seria esvaziar o sentido de classe do próprio golpe. Para tanto, não apenas as teses que demonstraram o elevado grau de articulação entre os representantes do grande capital multinacional e associado e os militares que estiveram à frente da deposição de Goulart são rejeitadas e desqualificadas como “teorias conspiratórias”⁶, como também perdem sentido as referências às lutas políticas das forças organizadas da classe trabalhadora no interior de uma dinâmica de conflito de classes. A luta de classes é substituída nessas análises por um confronto entre “esquerdas” e “direitas”, em

⁶ O alvo nítido da crítica desses autores é Dreifuss (1981).

que ambas compartilhariam valores antidemocráticos e teriam concorrido para o desfecho trágico do governo Goulart. Em algumas análises, inclusive, o peso da explicação sobre o golpe recai sobre o “radicalismo das esquerdas”. Já a ditadura é apresentada como uma resultante de tal “consenso” autoritário “da sociedade brasileira”, apresentada de forma homogênea como se manifestando da apatia ao apoio explícito aos governos militares.

A tese de que “os grupos esquerdistas e pró-reformas buscavam essas reformas ainda que ao custo da democracia”, apareceu originalmente na obra de Argelina Figueiredo (1993, p. 202) e foi mais tarde retomada em diversos trabalhos produzidos em torno de 2004 pelos mesmos críticos do conceito de populismo. Jorge Ferreira, por exemplo, referenciando-se diretamente em Figueiredo, assim caracteriza o momento do golpe:

A questão central era a tomada do poder e a imposição de projetos. Os partidários da direita tentariam impedir as alterações econômicas e sociais, sem preocupações de respeitar as instituições democráticas. Os grupos de esquerda exigiam as reformas, mas também sem valorizar a democracia (Ferreira, 2004).

Reis Filho também defende a tese de que as esquerdas durante o governo Goulart, “inebriadas pela vitória de agosto de 1961, passaram à ofensiva política, e desafiavam abertamente a legalidade existente” (2004, p. 38-39)⁷. Assim, pela via da responsabilização de “esquerdas” inconsequentes que, pela radicalização antidemocrática, contribuiriam para a derrubada de Goulart, curiosamente, tais teses acabam retomando, por caminho inverso, o aspecto da visão no negativo sobre a classe trabalhadora e suas organizações na conjuntura dos primeiros anos da década de 1960 que aparecia nas análises sobre o chamado sindicalismo populista de autores como Francisco Weffort, que Reis Filho e Ferreira apresentam como antagonista historiográfico. Se em Weffort

⁷ Diversas críticas já foram formuladas a essas teses, acentuando, particularmente, a coincidência entre seus argumentos e os dos setores que efetivamente deram o golpe de 1964. Ver por exemplo, Toledo (2004), Ridenti (2004), Mattos (2004).

as organizações da classe trabalhadora são responsabilizadas por não resistirem ao golpe, em seus críticos elas carregam a culpa de terem sido “ofensivas” demais⁸.

Há, no entanto, uma diferença de fato significativa de trabalhos como os de Ferreira e Reis Filho em relação aos estudos mais gerais sobre o populismo e sua crise no Brasil. Afinal, aquelas teses giravam em torno de dois pontos fundamentais. De um lado, o estabelecimento da relação entre a crise política e a dimensão mais propriamente econômica da crise de acumulação. O modelo econômico dependente, montado principalmente com Juscelino Kubitschek, vivia uma crise, cuja superação exigiria do Estado uma intervenção que garantisse maior abertura para o capital estrangeiro e uma política dirigida a privilegiar ainda mais o grande capital, que passava, até mesmo, por garantir total controle sobre as organizações e lutas dos trabalhadores, de forma a viabilizar o arrocho salarial. Quase sempre apresentado de forma combinada a este primeiro ponto, encontra-se o segundo, através da tese que derivava o golpe da crise do populismo. Este era entendido como a base da dominação de classes naquela fase, sustentada no equilíbrio instável que garantiu a incorporação das massas à política pela via controlada do pacto populista. Tal pacto entrara em crise, pois as massas queriam ir além dos limites estabelecidos pelas classes dominantes para suas concessões.

Na análise de Octávio Ianni, o populismo envolvia diversas dimensões daquela etapa da trajetória brasileira, associadas em especial às contradições do desenvolvimento capitalista urbano-industrial e à entrada das massas no plano das disputas de poder. Segundo sua análise,

pode-se afirmar que a entrada das massas no quadro das estruturas de poder é legitimada por intermédio dos movimentos populistas. Inicialmente, esse populismo é exclusivamente getulista. Depois adquire outras conotações e também denominações. [...] No conjunto, entretanto,

⁸ Demian Melo (2013, p. 91) notou que, ao tratar das greves e da base social do sindicalismo do período, Reis Filho retoma as caracterizações das teses clássicas do sindicalismo populista, como as de Leôncio Martins Rodrigues.

trata-se de uma política de massas específica de uma etapa das transformações econômico-sociais e políticas no Brasil. Trata-se de um movimento político, antes do que um partido político. Corresponde a uma parte fundamental das manifestações políticas que ocorrem numa fase determinada das transformações verificadas nos setores industrial e, em menor escala, agrário. Além disto, está em relação dinâmica com a urbanização e os desenvolvimentos do setor terciário da economia brasileira. Mais ainda, o populismo está relacionado tanto com o consumo em massa como com o aparecimento da cultura de massa. Em poucas palavras, o populismo brasileiro é a forma política assumida pela sociedade de massas no país (Ianni, 1978, p. 207).

A crise do populismo seria então derivada da exacerbação das contradições do regime, no governo Goulart, com a ampliação da participação popular. Segundo Ianni, Goulart “traz consigo todos os compromissos e ambiguidades da política de massas. Governa sempre sob as várias pressões que caracterizam a história do populismo. Agora essas pressões estão concentradas, em força e profundidade”. Por isso mesmo, foram os conflitos sociais que desnudaram aquelas ambiguidades. “O populismo terá sido apenas uma etapa na história das relações entre as classes sociais. Nesse sentido é que se pode dizer que no limite do populismo está a luta de classes” (Ianni, 1978, p. 209-213).

São pertinentes algumas das críticas à amplitude e ao grau elevado de generalização envolvidos muitas vezes na utilização da categoria de populismo, assim como a certa subestimação do papel de sujeito social ativo da classe trabalhadora naquela quadra histórica, especialmente quando da sobrevalorização da ideia de manipulação de massas. Porém, fica evidente pelas poucas citações aqui reproduzidas que a matriz de análise desenvolvida por autores como Ianni era bem mais complexa, envolvendo fundamentalmente uma interconexão entre as várias dimensões da vida social que não autonomiza completamente a dinâmica política e relaciona-a diretamente aos conflitos sociais.

Também estimulante é a tese de que as formas de dominação que possibilitaram a incorporação dos trabalhadores ao jogo político

(especialmente eleitoral) entraram em crise, e foram alteradas pela via da intervenção militar, justamente no momento em que os trabalhadores atuaram de forma mais autônoma e colocaram em pauta projetos mais amplos, indo além do papel que lhes estava reservado no roteiro traçado pelos dirigentes do Estado.

Essa afirmação da centralidade do papel dos trabalhadores organizados na conjuntura não precisa ser acompanhada de nenhuma responsabilização – quer por passividade, quer por radicalismo – da classe e de suas organizações pela efetivação de um golpe de Estado que afinal foi movido por interesses e forças sociais que lhes eram opostos. Entender melhor as formas organizativas, as dimensões da luta coletiva e os projetos políticos da classe trabalhadoras naquele contexto é, portanto, fundamental.

ORGANIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO

O acúmulo atual de estudos sobre as formas organizativas, especialmente no plano sindical, e as lutas coletivas da classe trabalhadora urbana no período 1945-1964 nos permite esboços sintéticos, ainda que restritos pela necessidade de ampliar o conhecimento sobre as especificidades das diferentes regiões do país. A seguir serão apresentados alguns elementos que contribuam para essa mirada de síntese da trajetória das mobilizações sindicais de fins dos anos 1950 e princípios da década de 1960, começando por uma localização bastante rápida do quadro geral em que se deram tais mobilizações.

Na segunda metade dos anos 1950 o país vivenciava uma profunda transformação econômica, que se acelerou por meio de instrumentos de planejamento econômico centralizado, envolvidos no projeto desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitschek.⁹ Entre 1920 e 1960, o número de operários industriais saltou de 275 mil para cerca de 3 milhões. Os trabalhadores industriais passaram a representar, em 1960, cerca de 13% da População Economicamente Ativa (PEA) do

⁹ Uma visão geral da política econômica do período pode ser encontrada em Mendonça (1985). A maior parte dos dados apresentados a seguir veio de Santos (1990).

país. Embora a agricultura ainda empregasse mais da metade dessa população, seu percentual de participação na renda interna (22,6%) já era inferior ao do setor industrial (25,2%). Os anos JK foram decisivos para essa virada, pois os subsídios governamentais para setores estratégicos da economia e a abertura ampla para os investimentos estrangeiros criaram condições para incrementos extraordinários em alguns setores. O chamado ao capital estrangeiro resultou em um incremento da produção de bens de consumo duráveis, com destaque para o setor automobilístico.

No entanto, as contradições desse modelo de desenvolvimento se fizeram sentir ainda antes do final da década. O salário mínimo, que nos primeiros anos do governo JK atingiria o mais alto patamar de sua história, chegava em queda a 1960, com valor próximo ao de 1954, e cairia ainda mais nos anos seguintes. A principal causa das perdas salariais era a inflação decorrente do aumento das emissões e do endividamento do Estado (interno e externo) necessário à sustentação dos altos investimentos públicos previstos pelo “Plano de Metas” do governo Juscelino. A taxa anual de inflação que, em 1955, era de 19,1%, em 1959 atingiu 52,1%. Nos anos seguintes, apesar de uma pequena queda em 1960, a taxa inflacionária continuaria a subir, atingindo 79% em 1963. O ritmo do crescimento também sofreu uma forte desaceleração. A taxa de crescimento anual do PIB brasileiro, que alcançara mais de 10% em 1958, cairia para 6,6% em 1962 e, queda ainda mais dramática, alcançaria 0,6% em 1963. Mas, os dados da época demonstram também que crescimento econômico e superação das desigualdades sociais não eram sinônimos, pois, em 1960, após uma sequência de anos de crescimento extraordinário da economia, os 70% mais pobres da população brasileira detinham 20% da renda nacional, contra os 40% apropriados pelos 6% mais ricos.

Quando Jango assume a presidência da república, em 1961 – inicialmente com os limites impostos pelo regime parlamentarista –, é com esse quadro de crise econômica que terá que lidar. O diferencial maior daquela conjuntura é que a classe trabalhadora urbana, em seu rápido ritmo de crescimento numérico, encontrava-se agora também mais ativa no que diz respeito à capacidade de intervenção no jogo

político. Do ponto de vista eleitoral, a blindagem do sistema político brasileiro à participação social dos subalternos continuava forte, através principalmente da proibição do voto aos analfabetos, mas também da restrição à organização partidária (pois o PCB continuava sem registro eleitoral, apesar de todos os esforços para reverter tal situação que movera desde o governo JK). Mesmo assim, crescia o peso da classe trabalhadora no jogo eleitoral. Em 1945, 15% dos brasileiros eram eleitores; em 1964, esse contingente já alcançava 25% da população. O PTB, que buscava os votos dos trabalhadores urbanos, ocupou 8% das cadeiras do Congresso em 1946 e, nas últimas eleições antes do golpe, em 1962, já contava com 28% dos congressistas, um ponto percentual a menos que o PSD, que possuía a maior bancada e várias cadeiras acima da UDN, que passou, então, a terceiro partido no Congresso.

Para além do plano eleitoral, era através do movimento sindical que a força política dos trabalhadores urbanos (e a partir de 1962 em grande medida também dos rurais) se expressava de forma mais evidente no cenário social brasileiro daquela conjuntura. No que tange à organização sindical, é fora de dúvida que a permanência da estrutura sindical corporativista, criada e implantada durante o primeiro Governo Vargas, mantinha sobre as lutas da classe trabalhadora o constante fantasma da intervenção estatal, além de favorecer o surgimento de entidades não representativas, burocratizadas e fiéis aos desígnios das “autoridades” e de limitar o escopo dos representados pelo instrumento sindicato (com barreiras à sindicalização dos trabalhadores rurais, derrubadas somente em 1962, e do funcionalismo público, que persistiriam até 1988, por exemplo). E o fantasma intervencionista ganhou vida em vários momentos no período, com ênfase no governo Dutra, quando a onda de mobilizações sindicais que acompanhou o fim do Estado Novo foi combatida com mais de 140 intervenções do Ministério do Trabalho, afastando diretorias sindicais eleitas e substituindo-as por “juntas governativas” nomeadas pelo ministério, prendendo dirigentes, proibindo eleições nos sindicatos e exigindo os “nada consta” da polícia política (“atestados de ideologia”) para os candidatos a cargos sindicais. A efetividade da gestão repressiva da estrutura sindical

seria novamente demonstrada logo após o golpe de 1964, quando 383 sindicatos, 45 federações e 4 confederações sofreram intervenções do Ministério do Trabalho com base na mesma legislação sindical (Figueiredo, 1978).

Ainda assim, não foi desprezível a capacidade de mobilização sindical alcançada pela classe trabalhadora naquele período. Isso dependia da representatividade dos sindicatos. O número de sindicatos de empregados existentes no país mais do que dobrou entre o fim da ditadura de Vargas, em 1945, quando totalizavam 873, e o ano de 1963, quando chegaram a somar 1.883, segundo o IBGE. Ainda assim, é preciso reconhecer que as taxas de sindicalização brasileiras eram relativamente baixas. Em 1960, o percentual de sindicalizados na População Economicamente Ativa era de 6,11%, embora em algumas regiões o percentual de sindicalização fosse mais elevado, alcançando 14,45% dos trabalhadores urbanos no Estado de São Paulo e 27,99% na Guanabara (antes Distrito Federal). No entanto, em algumas categorias com papel destacado nas mobilizações do período, as taxas de sindicalização eram muito elevadas. Na Guanabara do início da década de 1960, o sindicato dos Bancários apresentava um quadro de cerca de 75% de sua base sindicalizada, os metalúrgicos possuíam um índice de 50% de sindicalização, enquanto os ferroviários chegaram a 85% (Mattos, 1998, p. 123).

Um dos fatores a explicar a maior representatividade de sindicatos como estes era sua capacidade de transcender, ao menos parcialmente, os limites impostos pela estrutura sindical para estabelecerem uma relação mais direta com as bases, o que era possível através da organização por local de trabalho. Comissões de empresa, comissões salariais, comissões de fábrica, vários termos foram empregados para definir essas formas de enraizamento da luta sindical nos locais de trabalho, que em muitas categorias tinham uma história que remetia aos anos 1930. Sua institucionalização costumava ser pequena, visto que não estavam previstas na legislação sindical, podendo funcionar por períodos específicos (uma campanha salarial, por exemplo), ou possuir maior perenidade. Em muitos episódios, quando as direções sindicais freavam as lutas, atuavam com maior autonomia e chegaram

a dirigir confrontos grevistas de grandes proporções. Hélio da Costa chama a atenção para como, já na greve dos 300 mil, de 1953, em São Paulo, “as comissões foram as grandes referências para os trabalhadores. Elas conduziram de fato o movimento grevista política e organizativamente” (Costa, 1999, p. 111).

Quando diretorias mais combativas assumiram a direção dos sindicatos, muitas vezes integraram as comissões sindicais à gestão cotidiana das lutas das categorias. Na cidade do Rio de Janeiro, os metalúrgicos, por exemplo, estavam organizados em 140 “conselhos sindicais” no ano de 1961, abrangendo cerca de 50% da categoria. As eleições para os conselhos eram realizadas ao mesmo tempo em que as das diretorias, demonstrando seu papel de instância complementar na gestão sindical. Já entre os bancários cariocas, as “comissões sindicais” existiam em quase todas as agências bancárias no início dos anos 1960 e eram eleitas autonomamente pelos trabalhadores, sindicalizados ou não, tendo papel de destaque na organização das muitas greves que a categoria realizou naquele período (Mattos, 1998, p. 126-128). Murilo Leal, em seu estudo centrado nos dois principais sindicatos operários de São Paulo nos anos 1950 e 1960 – metalúrgicos e têxteis –, constatou que em “*todas* as campanhas salariais, até 1964, de ambas as categorias, foram eleitas nas assembleias comissões de salário para ‘apoiar’ as diretorias.” Segundo ele, o papel dessas comissões era de mão dupla, pois além de “apoiarem” as diretorias nas negociações, “exerciam um controle das bases sobre os próprios diretores e canalizavam, de maneira provavelmente mais ágil e efetiva, as inúmeras iniciativas surgidas no decorrer das lutas” (Leal, 2011, p. 323).

As organizações por local de trabalho eram elementos dinamizadores das lutas nas bases, podendo ser decisivas em greves por empresas, mas também atuando nos momentos de lutas mais amplas da categoria, ou mesmo em lutas reunindo diversas categorias, com um sentido de classe mais amplo. Para tanto, em algum momento, seu papel “paralelo” ao das instâncias reconhecidas pela legislação sindical oficial foi reforçado por outras “organizações paralelas”, de natureza intersindical. Assim, da mencionada ação das comissões na greve dos 300 mil, surgiu o Pacto de Unidade (mais tarde Pacto de Unidade Intersindical

– PUI), que dirigiria outros movimentos significativos em São Paulo nos anos seguintes. Várias outras organizações de caráter local ou regional surgiram e tiveram vida bastante ativa naquela conjuntura, como o Fórum Sindical de Debates de Santos, criado em 1957, e a Comissão Permanente das Organizações Sindicais do Distrito Federal (depois de 1960, da Guanabara). Demian Melo nos dá a dimensão nacional desse impulso de construção de organizações paralelas intersindicais, mencionando o Conselho Sindical do Estado do Rio, o Conselho Sindical de Belo Horizonte, o Pacto Sindical do Ceará, o Conselho Sindical dos Trabalhadores (Consintra) de Pernambuco, a Comissão Permanente de Organizações Sindicais (CPOS) da Bahia, o Comando Sindical de Porto Alegre, entre outras (Melo, 2013, p. 94).

Na esteira desse processo, surgiram também organizações paralelas de caráter nacional, como o Pacto de Unidade e Ação (PUA), organizado pelos trabalhadores em transportes após a “greve da paridade”, movimento nacional organizado por seus sindicatos em 1960. Essa rede de organizações intersindicais se entrelaçaria de forma mais orgânica quando os setores mais combativos começaram a conquistar a direção das entidades de cúpula da estrutura sindical oficial – as federações e confederações – no início dos anos 1960. É o processo que abre espaço para a criação, em 1962, do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), embrião de central sindical nacional, à margem da estrutura sindical oficial, mas dirigido por vários dos que estavam à frente das entidades de cúpula dessa mesma estrutura.

O CGT foi proposto em Encontros Sindicais nacionais do início dos anos 1960, mas foi efetivamente organizado sob o impulso da primeira greve geral nacional, ocorrida em 5 de julho de 1962. A ela se seguiria outra greve geral em setembro do mesmo ano, convocada pelo CGT, da mesma forma que a já mencionada greve geral contra o golpe em 31 de março/primeiro de abril de 1964. As greves gerais podem ser vistas como resultados de um elevado grau de articulação das organizações sindicais – oficiais e paralelas. Porém, seria impossível chegar a tal patamar de lutas sem um acúmulo anterior de movimentos grevistas de larga dimensão.

Salvador Sandoval (1994) produziu um amplo estudo sobre as

greves no Brasil entre os anos 1940 e 1980. Embora para o período em foco sua pesquisa apresente dados muito subestimados para o conjunto do país (por trabalhar com uma única fonte paulista, o diário *Folha de S.Paulo*), dela é possível retirar conclusões sobre as dimensões dos ciclos grevistas entre 1945 e 1964. Segundo seu estudo, após o biênio 1945/46, em que levantou 101 greves no país (que motivaram a onda repressiva do governo Dutra), tal patamar de paralisações só seria ultrapassado em 1959/60, quando localizou 132 greves. O número de greves continuou a crescer nos anos seguintes, tendo Sandoval localizado 192 greves em 1961/62 e 215 paredes em 1963/64 (neste último ano concentradas quase todas nos três primeiros meses) (Sandoval, 1994, p. 36).

Em estudo restrito à cidade do Rio de Janeiro, a partir de jornais e documentação da polícia política, encontramos um número bem maior de greves do que os registrados pelas fontes de Sandoval para a antiga capital federal. 32 greves em 1959, 35 em 1960, 56 em 1961, 61 em 1962, 77 em 1963 e 38 apenas nos primeiros meses de 1964. Praticamente 300 greves naquele intervalo de cerca de 5 anos na antiga capital federal, constituindo um evidente ciclo crescente de mobilizações (Mattos et al., 2003, p. 45). Em alguns daqueles anos predominaram as greves por categorias, em outros as greves por empresas, além de algumas greves envolvendo mais de uma categoria e das já mencionadas greves gerais. Na cidade do Rio de Janeiro, apesar da forte presença do setor público, a maioria das greves acontecia no setor privado. Suas reivindicações eram dominadas pelas demandas por reajustes salariais e por respeito aos direitos trabalhistas, mas ocorreram também várias greves com demandas eminentemente políticas e algumas greves de solidariedade (que demonstravam elevado nível de comprometimento de classe entre os diferentes setores da classe trabalhadora). A combinação entre demandas econômicas mais diretas e reivindicações políticas mais amplas marcou também a primeira greve geral nacional, pois em julho de 1962 os trabalhadores pararam por um novo gabinete nacionalista, mas também em defesa da aprovação da lei do 13º salário, tendo sido relativamente bem sucedidos nas duas demandas (Melo, 2013).

Nenhuma greve era movida sem enfrentar resistências, não ape-

nas patronais, mas de um forte aparato repressivo estatal. Se é fato que a partir do segundo governo de Vargas, o Ministério do Trabalho contém a fúria intervencionista que marcara o governo Dutra e exigências como a do atestado de ideologia para concorrer às direções sindicais são retiradas, por outro lado, o aparato da polícia política e, em especial, seu “setor trabalhista”, desenvolvido na ditadura do Estado Novo, é mantido e mesmo aperfeiçoado nos anos 1950/60. Exemplos como o da “greve da paridade”, de 1960, no fim do governo “bossa nova” de JK, quando todo o comando de greve é preso, dirigentes sindicais são espancados e tropas militares ocupam portos e ramais ferroviários, são eloquentes para demonstrar os limites repressivos com os quais os movimentos grevistas tinham que se defrontar. Naquele momento o Ministro da Justiça ameaçou a decretação do Estado de Sítio e o Presidente da República assinou nota publicada pela imprensa, classificando a greve como ilegal e, em nítidos termos da Guerra Fria, definindo seus objetivos como portadores de um “manifesto cunho subversivo” (Mattos et al., 2003, p. 133).

A repressão policial, assim como os controles mais diretos que a estrutura sindical impunha aos sindicatos, foram claramente denunciados pelos sindicalistas mais combativos naquele período. Isso não significou, entretanto, uma rejeição em bloco à estrutura em si. Assim, o controle do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos e as restrições ao direito de greve foram condenados; já a unicidade sindical (registro legal de apenas um sindicato de categoria por região), o monopólio da representação (conforme o qual o sindicato representa, frente aos patrões e à justiça, toda a categoria e não apenas os associados) e o poder de tributação decorrente desse monopólio (o imposto sindical) eram não só aceitos como também, em certos casos, defendidos. Tome-se como exemplo a proposta do Encontro Sindical Nacional de fevereiro de 1961 que, em nome da Constituição, condenava “a ingerência governamental nas associações de classe, e o impedimento de quem vive de salários e vencimentos usar do exercício do direito de greve.” Diretamente, as resoluções rejeitavam “tanto o estatuto padrão como as normas para as eleições contrariam o que dispõe a Constituição Federal”, e defendiam a reforma da estrutura sindical, propondo “o res-

peito à liberdade e autonomia sindicais”, o que só poderia ser possível através de “um processo de modificações na estrutura sindical vigente, o qual deve ser feito de acordo com a vontade e as necessidades da classe operária brasileira.” No entanto, o encontro não defendia o fim da estrutura em bloco, propondo apenas “a libertação do burocratismo e controle do Ministério do Trabalho (prestação de contas, estatuto padrão etc.)”. O imposto sindical não era questionado, apesar de se propor a extinção do “Fundo Sindical” (20% da arrecadação do imposto que ia direto para o orçamento do Ministério do Trabalho). A própria lógica da unicidade sindical parece ser implicitamente defendida, a partir de afirmações como a de que “todas as modificações reclamadas não excluem, em hipótese alguma, o princípio básico para os trabalhadores, que é a unidade sindical” (Mattos, 2009, p. 97).

Nem a evidente disposição de lutas, nem tampouco um posicionamento político tão dúbio em relação à estrutura sindical, poderiam ser sustentados sem uma direção política minimamente articulada. Não temos aqui espaço para discutir as linhas de rumo das organizações partidárias surgidas do e/ou que procuravam representar o movimento da classe trabalhadora. De qualquer forma, é inegável que mesmo ilegal, o PCB teve papel decisivo nos rumos do movimento sindical do período, orientando desde a busca pela organização pela base nas comissões por local de trabalho até o estímulo à construção das organizações paralelas intersindicais. A linha partidária dos militantes comunistas de buscar alianças com os setores da esquerda trabalhista para dirigir os sindicatos começa a dar resultados mais expressivos, em termos nacionais, em agosto de 1960, quando no III Congresso Sindical Nacional as teses dos sindicalistas ligados a essas alianças são aprovadas por maioria significativa e se consolida em 1961, com a eleição da oposição “nacionalista” para a direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI) (Mattos, 1998, p. 125).

A estratégia política do PCB naquele período já foi exaustivamente estudada¹⁰, e envolvia, entre outros elementos, uma concepção

¹⁰ Para uma boa amostra do debate, ver a coletânea organizada por Mazzeo & Lagoa (2003).

de revolução por etapas, em que a realidade brasileira da época era entendida em termos de uma incompleta transição ao capitalismo, que estava a demandar uma “revolução democrático burguesa”, de cunho fundamentalmente anti-imperialista e antilatifundiário. Para tanto, seria necessário levar adiante uma aliança entre o proletariado e a imaginada “burguesia nacional”, supostamente interessada em um desenvolvimento capitalista autônomo, voltado para o mercado interno. É com base nesse desenho estratégico que os comunistas privilegiam, nos anos do governo Goulart, a luta pelas “reformas de base”, encampada de forma veemente pelo movimento sindical daqueles anos.

A influência desse programa político estratégico no movimento sindical seria explícita em momentos como o do IV Encontro Sindical Nacional, ocorrido em São Paulo, em agosto de 1962, entre as duas greves gerais daquele ano. No encontro, além de ratificarem a criação do CGT, os 3.600 delegados, representando 586 entidades sindicais, aprovaram um “Plano de Ação Imediata” que previa, além das demandas econômicas, uma “campanha de esforços pelas reformas de base”, que seria o centro da linha adotada pelo CGT nos dois anos seguintes (Mattos, 2009, p. 93).

Foi com base nesse plano estratégico que, em outubro de 1963, o sindicalismo mais combativo rejeitou a proposta do governo Jango de recorrer ao Estado de Sítio, para reprimir seus opositores (mas, provavelmente, também as forças sindicais representadas pelo CGT) (Mattos, 1998, p. 191-192). Porém, foi o mesmo programa que sustentou uma aposta na aliança com João Goulart, envolvendo a crença na capacidade de seu governo (e especialmente de seu “dispositivo militar”) de resistir às ameaças golpistas, então já evidentes, para promover as manifestações de apoio aos anúncios de avanços na direção das reformas de base, como o comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964.

O quadro aqui analisado nos deixa diante de uma evidente ascensão das lutas da classe trabalhadora urbana na conjuntura dos primeiros anos da década de 1960. Lutas de dimensões inéditas na história brasileira até então, porém limitadas tanto pelas amarras impostas pela

estrutura sindical oficial (ainda que não plenamente executadas pelos governos imediatamente anteriores ao golpe), quanto pelo horizonte estratégico de seu programa político reformista.

O SENTIDO DO GOLPE

Em seu estudo sobre a esquerda brasileira nos anos 1960/70, Jacob Gorender defendeu a tese de que o grau ascendente de lutas dos trabalhadores brasileiros nos primeiros anos da década de 1960 representou uma ameaça real à dominação de classes no Brasil, constituindo-se mesmo uma situação pré-revolucionária, na fase imediatamente anterior ao golpe de Estado:

Segundo penso, o período 1960-1964 marca o ponto mais alto das lutas dos trabalhadores brasileiros neste século, até agora [1987]. O auge da luta de classes, em que se pôs em xeque a estabilidade institucional da ordem burguesa sob os aspectos do direito de propriedade e da força coercitiva do Estado. Nos primeiros meses de 1964, esboçou-se uma situação pré-revolucionária e o golpe direitista se definiu, por isso mesmo, pelo caráter contrarrevolucionário preventivo (Gorender, 1987, p. 66-67).

A ideia da contrarrevolução preventiva é tomada de empréstimo, certamente, de Florestan Fernandes, em seu clássico *A revolução burguesa no Brasil*, cuja primeira edição é de 1975 (Fernandes, 2005). Porém, a obra do sociólogo paulista possui um cuidado maior na qualificação do grau de ameaça à ordem do capital envolvido nas lutas da classe trabalhadora nos primeiros momentos da década de 1960. Segundo Florestan Fernandes, os movimentos de massa antiburgueses do início da década de 1960, embora possuíssem uma ressonância ampla para além de seus quadros sociais imediatos, “estavam longe de representar um ‘perigo imediato’, pelo menos em si e por si mesmos” (Fernandes, 2005, p. 377). Por isso mesmo, o sentido da expressão “preventiva” adjetivando o caráter contrarrevolucionário da ação de classe que resulta no golpe é diretamente vinculado a outra adjetiva-

ção: “potencialmente”, associada à ideia de uma situação pré-revolucionária. Assim, segundo Fernandes:

Nunca chegou a existir uma situação pré-revolucionária tipicamente fundada na rebelião antiburguesa das classes assalariadas e destituídas. No entanto, a situação existente era potencialmente pré-revolucionária, devido ao grau de desagregação, de desarticulação e de desorientação da própria dominação burguesa, exposta ininterruptamente, da segunda década do século à “revolução institucional” de 1964, a um constante processo de erosão intestinal (Fernandes, 2005, 374-375).

A ação de classe dos setores burgueses que se aliaram aos conspiradores militares para derrubar o governo de João Goulart em 1964 revelava, portanto, o temor diante do potencial contrassistêmico (ainda que “potencial”) de um conjunto de mobilizações sociais dos trabalhadores urbanos e rurais. Um temor derivado da natureza autocrática da dominação de classes típica do capitalismo periférico e dependente, mas também das dificuldades internas às diferentes frações burguesas para construírem uma base estável de dominação, pautada pela hegemonia de um determinado projeto político que fosse capaz de revestir de consenso a coerção típica de qualquer forma de dominação estatal.

Carlos Nelson Coutinho assinalou a associação entre a noção da contrarrevolução – prolongada e preventiva – de Fernandes e o conceito de “revolução passiva” de Antonio Gramsci (Coutinho, 2003, p. 205)¹¹. Revoluções passivas, na análise de Gramsci, estão associadas a situações históricas em que as novas classes dominantes levam adiante projetos de modernização capitalista sem efetuar uma ruptura completa com os interesses dominantes anteriores, pois rejeitam o recurso à mobilização das massas, pelo temor da ação política das classes subalternas (Gramsci, 2002). As revoluções passivas surgem muitas vezes em meio (e também podem criar condições propícias) a

¹¹ Para uma discussão mais aprofundada do que o permitido neste capítulo sobre o conceito de revolução passiva e a análise da situação brasileira naquela conjuntura, ver Mattos (2009, p. 80-88).

situações sociais que adquirem o conteúdo de uma “crise orgânica”, ou “crise de hegemonia”:

que ocorre ou por que a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas [...], ou porque amplas massas [...] passaram subitamente da passividade política para a atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução (Gramsci, 2000, p. 60).

Percebe-se com essa passagem porque a noção de crise de hegemonia foi frequentemente empregada pelas análises sobre a conjuntura que culminou com o golpe de 1964. Pensado nesses termos, o papel da classe trabalhadora no início dos anos 1960 foi decisivo para que possamos compreender o golpe. Suas lutas são um fator essencial para entendermos a ação armada que, representando os interesses do grande capital e ancorada em todos os setores que se amedrontaram com as mobilizações da época, derrubou o governo Goulart e instalou um regime ditatorial que perduraria por mais de duas décadas.

Afirmar isso não significa negar os limites objetivos de tais lutas. Do ponto de vista organizativo, tais limites decorriam das travas impostas pela estrutura sindical corporativista (por mais hábeis que tenham sido os sindicalistas combativos de então em buscar flexibilizá-los), assim como dos obstáculos à livre organização partidária e à maior participação político-eleitoral. Do ponto de vista político estratégico, os limites se apresentavam na formulação mais influente, a do PCB, que acabou por vincular a luta política da classe trabalhadora a uma aliança com um interlocutor imaginário – uma burguesia nacional, cuja expressão política reformista se encarnaria na liderança do governo Goulart.

Permanecemos, até mesmo por isso, distantes de qualquer responsabilização da classe trabalhadora, suas lutas e organizações, pela derrubada de Goulart e instalação de uma ditadura, cujo sentido de classe último sempre foi gerar as condições para sua subordinação política mais efetiva, associada à ampliação de sua exploração econômica.

REFERÊNCIAS

COSTA, H. da. **Em busca da memória**: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra. São Paulo: Escrita, 1995.

_____. Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-1953). In: FORTES, A. et al. **Na luta por direitos**. Campinas: Unicamp, 1999.

COUTINHO, C. N. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: _____. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DREIFUSS, R. A. **1964**: a conquista do estado. Ação política, poder e golpe de classe. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERREIRA, J. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: _____. (org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. Sexta-feira 13 na Central do Brasil. **Nossa História**, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, n. 5, mar. 2004.

FIGUEIREDO, A. C. Intervenções sindicais e novo sindicalismo. **Dados**, Rio de Janeiro, n. 17, 1978.

_____. **Democracia ou reformas?** Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FIGUEIREDO, B. G. (org.). **Batistinha**: o combatente dos trilhos. Rio de Janeiro: CMF/AMORJ, 1994.

FORTES, A. et al. **Na luta por direitos**. Campinas: Unicamp, 1999.

FRENCH, J. **O ABC dos operários**. Conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950. São Paulo: Hucitec/Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 1995.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Cadernos do cárcere**, vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

IANNI, O. **O colapso do populismo no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

JAKOBY, M. A. **A organização sindical dos trabalhadores metalúrgicos de Porto Alegre no período de 1960 a 1964**. Dissertação de mestrado em História. Niterói: UFF, 2008.

LEAL, M. **A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)**. Campinas: Unicamp, 2011.

LEITE LOPES, J. S.; PESSANHA, E.; RAMALHO, J. R. Esboço de uma história social da primeira geração de sociólogos do trabalho e dos trabalhadores no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 33, São Paulo, 2012.

MATTOS, M. B. **Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1958)**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

_____. Os trabalhadores e o golpe de 1964: um balanço da historiografia sobre o golpe. **História e luta de classes**, Rio de Janeiro, n. 1, 2005.

_____. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MATTOS, M. B. et al. **Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Aperj/Faperj, 2003.

MAZZEO, A. C.; LAGOA, M. I. (orgs.). **Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX**. São Paulo: Cortez, 2003.

MELO, D. B. de. **Crise orgânica e ação política da classe trabalhadora brasileira: a primeira greve geral nacional (5 de julho de 1962)**. Tese de doutoramento em História. Niterói: UFF, 2013.

MENDONÇA, S. R. **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

REIS FILHO, D. A. O colapso do colapso do populismo, ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, J. (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS FILHO., D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. **O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru: Edusc, 2004.

_____. Ditadura, anistia e reconciliação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 171-186, jan./jun. 2010.

RIDENTI, M. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para pesquisadores. In: REIS FILHO., D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. **O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru: Edusc, 2004.

RODRIGUES, L. M. **Industrialização e atitudes operárias**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

SANDOVAL, S. **Os trabalhadores param: greves e mudança social no Brasil (1945-1990)**. São Paulo: Ática, 1994.

SANTOS, W. G. **Que Brasil é este?** Manual de indicadores políticos e sociais. Rio de Janeiro: IUPERJ/Vértice, 1990.

SILVA, F. T. da. **A carga e a culpa**. Operários das docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade. 1937-1968. São Paulo: Hucitec/Pref. Municipal de Santos, 1995.

SILVA, F. T.; COSTA, H. da. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes. In: FERREIRA, J. (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Cív. Brasileira, 2001.

TOLEDO, C. N. de. 1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 19, 2004.

WEFFORT, F. Origens do sindicalismo populista no Brasil – a conjuntura do após-guerra. **Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 4. abr./jun., 1973.

_____. Democracia e movimento operário: algumas questões para o estudo do período 45-64. 1ª Parte. **Revista de Cultura Contemporânea**, São Paulo, Cedec, 1978.

1964: A CIA E O GOLPE DE ESTADO

Luiz Alberto Moniz Bandeira*

Il problema della conquista e della difesa dello Stato moderno non è un problema politico, ma tecnico.¹

CURZIO MALAPARTE

Curzio Malaparte, nos anos 1930, observou, quando escreveu seu famoso livro *Técnica del colpo di Stato*, que a conquista e a defesa do Estado moderno não deixara de ser, naturalmente, um problema político. Mas o mérito de Curzio Malaparte foi ressaltar a questão da técnica do golpe, que se modificara e se tornara ainda mais complexa, no curso dos séculos, acompanhando a transformação da natureza do Estado (Malaparte, 2002, p. 47). Essa técnica se desenvolveu enormemente e ganhou maior dimensão, entretanto, durante a Guerra Fria, empregada pelos Estados Unidos, como instrumento de política exterior e ingerência nos assuntos internos de outros países, desde a criação da Central Intelligence Agency (CIA), em 1947. “We must learn to subvert, sabotage and destroy our enemies by more clear, more sophisticated and more effective method than those against us” (apud

* Professor titular aposentado de Ciência Política da Universidade Nacional de Brasília. Sobre 1964, entre outros: *O governo Goulart e as lutas sociais no Brasil* (8ª edição, São Paulo: Unesp, 2010) e *Presença dos Estados Unidos no Brasil* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973). E-mail: moniz-bandeira@t-online.de.

¹ “O problema da conquista e defesa do Estado moderno não é um problema teórico, mas técnico” (Malaparte, 2002, p. 31).

² A Commission on Organization of the Executive Branch, do governo Americano, foi estabelecida pela PL 80-162, de 27 de julho de 1947, sob a presidência de Herbert, e criou uma Task Force on National Security Organization dirigida por Ferdinand

Johnson, 1996, p. 60) – recomendou um documento secreto, anexado ao Doolittle Report para a Hoover Commission, em 1950.²

A CIA, sucessora do Office of Strategic Services (OSS), dedicou-se não apenas à coleta de dados, mas a vários tipos de operações de guerra psicológica e paramilitares, conhecidas como PP ou Kukage, que jamais deveriam ser atribuídas a ela ou ao governo dos Estados Unidos, e sim a outras pessoas ou organizações (Agee, 1975, p. 69-70). O ex-agente da CIA Philip Agee reconheceu, em seu livro *Inside the Company: Cia Diary*, que essas operações são arriscadas porque quase sempre significam intervenção, pois visam a influenciar, por meios encobertos, os assuntos internos de outro país com o qual os Estados Unidos mantêm relações diplomáticas normais, e a técnica consiste essencialmente na *penetration* (Marchetti, 1974, p. 36-37), buscando aliados desejosos de colaborar com a CIA. Daí que a regra mais importante na sua execução é a possibilidade de *plausible denial*, quer dizer, negar convincentemente a responsabilidade e cumplicidade dos Estados Unidos com o golpe de Estado ou outra operação, uma vez que, se fosse descoberto seu patrocínio, as consequências no campo diplomático seriam graves.

As operações de guerra psicológica implicam propaganda e divulgação, ou seja, campanha através da mídia, junto a diversas organizações estudantis, sindicatos, outros grupos profissionais e culturais, bem como junto aos partidos políticos, sem que a procedência das informações possa ser atribuída ao governo americano. Ela é efetivada, muitas vezes, por agentes da CIA estacionados na Embaixada Americana como diplomatas, ou homens de negócios, estudantes, aposentados, enquanto as operações paramilitares consistem na infiltração em áreas proibidas, sabotagem, guerra econômica, apoio aéreo e marítimo, financiamentos de candidatos nas eleições, suborno, assassinatos (*executive actions*) pela Division D, dentro do projeto conhecido como ZR/RIFL (Bamford, 2002, p. 479), treinamento e manutenção de pequenos exércitos (*covert actions*) etc. (Bamford, 2002, p. 69-72).

Eberstadt, que esboçara o projeto do Security Act of 1947. U.S. War Dept. Board on Officer-Enlisted Man Relationships. The Doolittle Report: The Report of the Secretary of War's Board on Officer-Enlisted Man Relationships. 27 May 1946.

Essas operações tipificam a técnica do golpe de Estado, que a CIA desenvolveu e aplicou no Brasil e em diversos países da América Latina nos anos 1960 e 1970, radicalizando artificialmente as lutas sociais, ao ponto de provocar o desequilíbrio político e desestabilizar governos (*spoiling actions*) que não se submetiam às diretrizes estratégicas dos Estados Unidos. “In some cases, a timely bombing by a station agent, followed by mass demonstrations and finally by intervention by military in the name of the restoration of order and national unity” – revelou Philip Agee, acrescentando que as operações políticas da CIA foram responsáveis por *coups*, que obedeceram ao mesmo padrão no Iraã em 1953 e no Sudão em 1958.

Os agentes da CIA e seus mercenários nativos, encarregados de promover “*hidden World War Three*” (Johnson, 1996, p. 38), executaram no Brasil, desde 1961, as mais variadas modalidades de operações políticas (PP), *covert action* e *spoiling action*, agravando a crise interna e induzindo artificialmente o conflito político à radicalização, muito além dos próprios impulsos intrínsecos das lutas sociais, das quais a comunidade empresarial norte-americana participava como segmento significativo de suas classes dominantes. A técnica consistiu em induzir radicalização das lutas de classes, mediante a guerra psicológica de atos de provocação, de modo a socavar a base de sustentação social do governo e que só lhe restasse o apoio da extrema esquerda. A consequência era a sua desestabilização. Como Philip Agee descreveu, essa técnica pode implicar a colocação de uma bomba-relógio acertada pelo agente da base, seguindo-se uma demonstração de massa (por exemplo, as Marchas da Família com Deus pela Liberdade) e, finalmente, a intervenção dos militares em nome da restauração da ordem e da unidade nacional (Agee, 1975, p. 79-82).

MUTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA CONTINENTAL

Apesar dos fatores domésticos que os possibilitaram, os golpes de Estado nos países da América Latina, após a Revolução Cubana, constituíram batalhas da *Terceira Guerra Mundial oculta*. Eles resultaram da mutação da estratégia de segurança continental promo-

vida pelo Pentágono, redefinindo as ameaças, com prioridade para o inimigo interno, e difundindo, através da Junta Interamericana de Defesa, particularmente as doutrinas de contra insurreição e de ação cívica. Quase todos os golpes de Estado na América Latina, durante os anos 1960 e 1970, configuraram, assim, um fenômeno de política internacional continental, mais do que de política nacional, interna, de Argentina, Peru, Guatemala ou Brasil. Evidenciou-o o fato de que a intervenção das Forças Armadas no processo político visou, sobretudo, a alterar diretrizes de política exterior e ditar decisões diplomáticas, conforme os objetivos estratégicos dos Estados Unidos, e ocorreram, geralmente, contra os governos que se recusavam a romper relações com Cuba.

Embora, nos anos 1960, as corporações multinacionais, em busca de fatores mais baratos de produção, não pudessem tolerar nos “novos países em industrialização” nenhum governo de corte social-democrático, que, sob a influência dos sindicatos, favorecesse a valorização da força de trabalho, e o presidente John F. Kennedy (1961-1963) condenasse formalmente os golpes de Estado e privilegiasse a democracia representativa como forma de evitar revoluções e combater o comunismo, os Estados Unidos trataram de enfraquecer e derrubar o governo do presidente João Goulart; não apenas por causa de algumas nacionalizações, mas, sobretudo, com o objetivo de modificar a política externa do Brasil, que defendia os princípios de autodeterminação dos povos e se opunha à intervenção armada em Cuba.

O que mais afetava, então, os interesses de segurança dos Estados Unidos no hemisfério não era exatamente a luta armada pró-comunista, como as guerrilhas na Venezuela e na Colômbia, mas sim o desenvolvimento da própria democracia naqueles países, onde o recrudescimento das tensões econômicas e dos conflitos sociais aguçava a consciência nacionalista, e os sentimentos antinorte-americanos passavam a condicionar o comportamento de seus respectivos governos. Em tais circunstâncias, conquanto Kennedy adotasse, como um dos pressupostos da *aliança para o progresso*, o princípio de não reconhecer governos que não obedecessem às normas do regime democrático-representativo, sua administração foi a que mais incentivou as Forças Armadas, percebidas

como a organização social mais estável e modernizadora, a participarem da política interna de seus respectivos países, através de “ações cívicas” e de contrainsurreição. Daí o surto militarista, com a propagação dos golpes de Estado, que tinham como principal fonte de inspiração a Junta Internacional de Defesa. Não sem motivo, o embaixador Ilmar Pena Marinho, chefe da Delegação do Brasil na OEA, manifestou sua preocupação com a possibilidade de que o Colégio Interamericano de Defesa, criado por pressão dos Estados Unidos e ao que Goulart se opôs, viesse a transformar-se em uma “academia de golpes de Estados”³, onde os estagiários e instrutores norte-americanos, a influenciar seus colegas latino-americanos, expressavam abertamente opiniões sobre a necessidade de criar-se um sistema permanente de ação coletiva, capaz de intervir onde quer que não se pudesse enfrentar, com recursos internos do próprio país, a ameaça comunista.

A política exterior do presidente João Goulart, ao defender a soberania e a autodeterminação de Cuba, obstaculizava os objetivos de Kennedy, que em 11 de dezembro de 1962 reuniu o Comitê Executivo do Conselho de Segurança Nacional para examinar a “ameaça comunista” no Brasil e a crise do seu balanço de pagamentos. Ao que tudo indica, naquela oportunidade, decidiu-se que os Estados Unidos suspenderiam totalmente qualquer financiamento ao governo Goulart, nada fazendo, como prorrogação de vencimentos, para aliviar as dificuldades de suas contas externas e só destinando recursos aos Estados, depois denominados *ilhas de sanidade administrativa*, cujos governadores eram militantes anticomunistas. No dia seguinte, ao falar à imprensa, Kennedy referiu-se duramente à situação do Brasil, declarando que uma inflação de 5% ao mês anulava a ajuda norte-americana e aumentava a instabilidade política. Segundo ele, uma inflação no ritmo de 50% ao ano não tinha precedentes, e os Estados Unidos nada podiam fazer para beneficiar o povo brasileiro enquanto a situação monetária e fiscal dentro do país fosse tão instável. Assim, publicamente, proclamou que o Brasil estava em bancarrota. E,

³ Telegrama n. 303, confidencial, da Delegação do Brasil junto à OEA, a) embaixador Ilmar Pena Marinho, Washington, 25 jun. 1962, AHMRE-B. Junta Interamericana de Defesa, América, 1961/1965.

ao receber em audiência, no dia 13, o senador Juscelino Kubitschek, ex-presidente do Brasil, e Alberto Lleras Camargo, ex-presidente da Colômbia, prognosticou que, não importando o que os EUA fizessem, a situação do Brasil devia deteriorar-se⁴.

A operação para eventualmente intervir no Brasil iniciou-se por volta de 1961. O Departamento de Estado, naquele ano, começou a solicitar ao Itamaraty vistos para cidadãos americanos; estes entravam no Brasil sob os mais diferentes disfarces (religiosos, jornalistas, comerciantes, agentes do *Peace Corps* etc.), dirigindo-se, na sua maioria, para as regiões do Nordeste. Em meados de 1962, da tribuna da Câmara Federal, o deputado José Joffily, do Partido Social-Democrático (PSD), denunciou essa operação; e, no princípio de 1963, o jornalista José Frejat, através de *O Semanário*, revelou que mais de 5 mil militares norte-americanos, “fantasiados de civis”, desenvolviam no Nordeste intenso trabalho de espionagem e desagregação do Brasil, para dividir o território nacional. Se a guerra civil eclodisse, segundo ele, a esquadra do Caribe estaria pronta para apoiar as atividades dos supostos civis americanos, com armas e tropas.

Comprovadamente, até 1963, o Itamaraty concedera mais de 4 mil vistos e recebera solicitação para mais 3 mil, cujo atendimento os militares nacionalistas brasileiros obstaram. Esse volumoso número de requerimentos causara tanta estranheza que levou o Itamaraty, certa vez, a interpelar o embaixador Gordon. A resposta foi evasiva. Ele declarou que apenas 2 mil americanos utilizaram efetivamente os vistos, sendo que os demais ficariam como reservas. Não era verdade. Mentiu. Cerca de 4.968, conforme as estatísticas oficiais de desembarque, chegaram ao Brasil apenas em 1962, batendo todos os recordes de imigração originária dos EUA e superando quase todos os números registrados durante os anos da Segunda Guerra Mundial, quando eles instalaram, oficialmente, bases militares em diversos estados do Nordeste. Aquele número baixou, em 1963, para 2.463, talvez em virtude de restrições do Itamaraty, mas ainda assim continuou acima da média de

⁴ Kennedy, John F. *Public papers*. Washington, DC: Government Printing Office, 1962, p. 871; *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13 fev. 1962; *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 14 fev. 1962.

entradas de norte-americanos em todos os anos anteriores e posteriores.

Esses americanos integravam as Forças Especiais, conhecidas como boinas-verdes, criadas para travar guerras de baixa intensidade (*low-intensity wars*) e treinar as forças nos diversos países onde houvesse a perspectiva de conflito armado. E, ao menos desde meados de 1963, a CIA e o Pentágono começaram a elaborar vários planos de contingência, denominados *Brother Sam*, a fim de intervir militarmente no Brasil, diante da eventualidade de João Goulart, como consequência da pressão econômica dos Estados Unidos, reagir e voltar-se à esquerda; não necessariamente comunista, mas sob a forma do autoritarismo ultranacionalista – algo no modelo de Getúlio Vargas ou Juan D. Perón, conforme a avaliação da CIA. E até o seu assassinato (*executive action*) foi planejado.

Em 10 de outubro de 1963, na mesma época em que o Grupo Especial do Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos autorizara novas operações de sabotagem em Cuba, os soldados do 1º Batalhão da Polícia do Exército brasileiro, sob o comando do major Ary Abrahão Ellis, vasculharam um sítio em Jacarepaguá (Rio de Janeiro), perto de uma propriedade de Goulart, e descobriram dez metralhadoras Thompson calibre 45, 20 carregadores, 72 caixas de cartuchos Remington Kleanbore 45, dez granadas Federal Blast Dispersion Tear Gas (CN) e um rádio transmissor Motorola, marcado com o símbolo do programa Ponto IV (mãos apertadas), da Embaixada dos Estados Unidos. O ministro da Justiça, Abelardo Jurema, declarou que as metralhadoras Thompson entraram clandestinamente no Brasil, pois nenhuma daquele tipo existia nas organizações de polícia nem no exército, cujos oficiais desconheciam todos aqueles modelos de armamentos, tão modernos que eram. E as investigações evidenciaram a existência de uma trama para a eliminação de Goulart e de seus filhos, bem como de muitos políticos e generais favoráveis ao governo. Não há dúvida de que a CIA estava por trás do complô.

O golpe de Estado que derrubou em 1964 o presidente João Goulart tipificou o conjunto das operações que a CIA desenvolveu e aprimorou, e com tais procedimentos a agência dos EUA conseguiu desestabilizar o governo e permitir a sublevação dos militares, a pre-

texto de restaurar a ordem e evitar o comunismo. A oposição tinha, decerto, uma dinâmica interna própria, determinada pelas contradições econômicas e sociais que se aguçaram no Brasil. Mas teriam os militares brasileiros que conspiravam contra Goulart desfechado o golpe de Estado para derrubar um governo legalmente constituído se não soubessem que contariam com o respaldo dos EUA? Teriam ousado empreender essa aventura, que poderia deflagrar uma guerra civil, se não estivessem seguros de que receberiam assistência militar de Washington, sob a forma de gasolina, armas, munições e até mesmo assessores, se necessário fosse? Seguramente, não. A afirmação do embaixador Lincoln Gordon de que a derrubada de Goulart foi realizada pelos militares brasileiros sem “apoio ou assessoria” dos EUA não corresponde à realidade. Não é consistente com os fatos. O embaixador Lincoln Gordon, como sempre, mentiu.

O EMBAIXADOR LINCOLN GORDON E O GOLPE DE 1964

Uma série de documentos desclassificados em 2004, por solicitação do National Security Archives, da George Washington University, com base no Freedom of Information Act (Foia), evidenciou a técnica que os Estados Unidos empregaram no Brasil, a fim de criar as condições políticas para a efetivação do golpe militar em 1964. O general Humberto Castelo Branco, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, era quem comandava, clandestinamente, a conspiração; e, em telegrama ao Departamento de Estados e às mais altas autoridades em Washington, inclusive John McCone, diretor da CIA, o embaixador Lincoln Gordon, em 27 de março, revelou que ele preferia atuar “only in case of obvious unconstitutional provocation”, e que por isso estava “preparing for a possible move sparked by a communist-led general strike, another sergeants rebellion, a plebiscite call opposed by Congress, or even a major governmental conter move against the democratic military or civilian leadership.”

O embaixador Lincoln Gordon pressionou Washington para que se envolvesse diretamente no golpe contra o governo de Goulart, respaldando o general Castelo Branco. “If our influence is to be brought to be-

ar help avert a major disaster here – which might make Brazil the China of the 1960s – this is where both I and all my senior advisors believe our support should be placed” – escreveu em telegrama ao Departamento de Estado, Casa Branca e CIA, datado de 27 de março de 1964⁵.

A fim de assegurar o sucesso do golpe, no mesmo telegrama, Lincoln Gordon recomendou que medidas fossem tomadas para que “uma entrega de armas clandestinas” fosse colocada à disposição dos que apoiavam Castelo Branco em São Paulo, e preparar “without delay against the contingency of needed overt intervention at a second stage.” Os telegramas desclassificados confirmam que a CIA empreendera “medidas camufladas” que incluíam

[...] covert support for pro-democracy street rallies (next big one being April 2 here in Rio, and others being programmed), discrete passage of word the U.S. Government deeply concerned at events, and encouragement [of] democratic and anti-communist sentiment in Congress, armed forces, friendly labour and student groups, church, and business.⁶

Esse telegrama evidencia, incontestavelmente, que as Marchas Família com Deus pela Liberdade (a primeira em 19 de março, em São Paulo) foram organizadas pela CIA, e que o governo dos Estados Unidos tinha um plano para, “num segundo estágio, a uma eventual necessidade de intervenção aberta [...]”.

Lincoln Gordon ainda reclamou o envio imediato de uma força naval para manobras no Atlântico Sul, a fim de estacioná-las em frente ao porto de Santos. E, em outro telegrama, datado de 29 de março, insistiu junto ao Departamento de Estado e a outras autoridades, entre as quais John McCone, diretor da CIA, para que fosse enviada secretamente uma variedade de armas, de modo que elas estivessem “pre-positioned prior any outbreak of violence” e pudessem ser “used

⁵ State Department, Top Secret Cable from Rio de Janeiro, 27 mai. 1964 – 2718342 – Immediate DIR CITE RIOD 3824 – IN48986. National Security Archives – Washington.

⁶ Ibidem.

by paramilitary units working with Democratic Military groups”. Também recomendou que Washington fizesse uma declaração pública para assegurar ao “large numbers of democrats in Brazil that we are not indiferente to the danger of a Communist revolution here” e sugeriu que, de modo a ocultar o papel dos Estados Unidos, as armas deviam ser despachadas via “unmarked submarine to be off-loaded at night in isolated shore spots in state of São Paulo south of Santos”⁷. Já então Goulart recebera a informação de que, por volta da meia-noite do dia 16 de julho de 1963, um submarino norte-americano, com o prefixo WZY-0983 e sob o comando de um sobrinho do general Mac Clark, provavelmente chamado Roy, desembarcou, no largo de Pernambuco, munições de guerra, entre as quais 750 bazucas, revólveres, espingardas e granadas, com o auxílio de alguns generais brasileiros reformados⁸. Estas armas se espalharam pela Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Norte e outros estados, sendo muitas de origem tcheca, dentro de um plano de provocação que visava a justificar, de acordo com o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar), a intervenção dos EUA no Brasil⁹.

O sítio pertencia a um amigo de Carlos Lacerda, governador do estado da Guanabara (então a cidade do Rio de Janeiro). O Inquérito Policial-Militar comprovou a “intenção criminosa” de vários colaboradores do governador Carlos Lacerda, que, sem dúvida alguma, não estava alheio à iniciativa, segundo o SFICI, que, em informe a Goulart, incriminou também os deputados estaduais da UDN Sandra Cavalcanti e Nina Ribeiro¹⁰.

Todas as alternativas foram excogitadas pela CIA e pelo embai-

⁷ Personal from Ambassador Gordon, Top Secret, 29 mar. 1964. National Security Archives.

⁸ Informe do Serviço Federal de Informação e Contrainformação (SFICI). Documentação de João Goulart. Essa documentação, que estava em poder do autor, foi doada ao CPDOC-FGV.

⁹ Informe do Serviço Federal de Informação e Contrainformação (SFICI). Documentação de João Goulart. Vide Moniz Bandeira (2001, p. 133-135).

¹⁰ Relatório do general Paulo F. Torres. DJG. Ver também *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 28 nov. 1963. Informe do SFICI a Goulart, s./d. DJG.

xador Lincoln Gordon, que, quatro dias antes do golpe, informou a Washington que “we maybe requesting modest supplementary funds for other covert action programs in then ear future”, e demandou o envio de petróleo e lubrificantes para facilitar as operações logísticas dos conspiradores e o deslocamento de uma força naval visando a intimidar as forças que apoiavam Goulart. Em 30 de março, a estação da CIA no Brasil transmitiu a Washington que, segundo as fontes em Belo Horizonte, “a revolutionby anti-Goulart forces will definitely get under way this week, probably in few days” e marcharia para o Rio de Janeiro¹¹. No mesmo dia 30, no momento em que Goulart discursava para os sargentos no Automóvel Club, o secretário de Estado Dean Rusk leu para Lincoln Gordon, por telefone, o texto do telegrama n. 1.296, informando-o de que, como os navios carregados de armas e munições não podiam alcançar o Sul do Brasil antes de dez dias, os EUA poderiam enviá-las por via aérea se fosse assegurado um campo intermediário, em Recife ou em qualquer outra parte do Nordeste, capaz de operar com grandes transportes a jato, e manifestou o receio de que Goulart, o deputado Ranieri Mazzilli, os líderes do Congresso e os chefes militares alcançassem naquelas poucas horas uma acomodação, fato que seria “deeply embarrassing” para governo norte-americano e “would leave us branded with an akward attemptat intervention”¹². No mesmo telegrama, Dean Rusk forneceu o *script* da encenação, de forma a disfarçar o golpe de Estado e a intervenção dos EUA, ao recomendar que:

It is highly desirable, therefore, that if action is taken by the armed forces such action be preceded or accompanied by a clear demonstration of unconstitutional actions on the part of Goulart or his colleagues or that legitimacy be confirmed by acts of the Congress (if it is free to act) or by expressions

¹¹ CIA, Intelligence Information Cable on “Plans of Revolutionary Plotters in Minas Gerais”, 30 mar. 1964.

¹² Text of State Department telegram 1296 to American Embassy, Rio de Janeiro, 30 mar. 1964, 9:52 p.m. (Washington time), in: Gordon, Lincoln. *Brazil's Second Chance: En route toward the First World*. Washington: Brook Institution Press. p. 68-70.

of the key governors or by some other means which gives substantial claim to legitimacy¹³.

Havia, decerto, vários grupos que conspiravam. O motim dos marinheiros, em 26 de março, constituiu a provocação que o general Castelo Branco esperava e, sem dúvida alguma, fora encorajado pela CIA, a fim de induzir a maioria dos militares a aceitar a ruptura da legalidade em face da quebra da disciplina e da hierarquia nas Forças Armadas. O golpe estava previsto depois da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, a ser realizada no Rio de Janeiro em 2 de abril. Mas o general Olímpio Mourão Filho, comandante da IV Região Militar, com sede em Juiz de Fora (Minas Gerais), precipitou os acontecimentos. De qualquer forma, era necessário que o golpe tivesse uma aparência de legitimidade, conforme Dean Rusk enfatizara, de modo que os EUA pudessem fornecer a ajuda militar aos sediciosos¹⁴. De seu rancho no Texas, no dia 31 de março, o presidente Lyndon B. Johnson, falando por telefone com o subsecretário de Estado e o secretário-assistente Thomas Mann, deu à luz verdade para que os Estados Unidos ativamente respaldassem o golpe contra o governo de Goulart. “I think we ought to take every step that we can, be prepared to do everything that we need to do” – Johnson ordenou e, em aparente referência a Goulart, acrescentou: “We just can’t take this one”¹⁵.

Quando Goulart saiu de Brasília, tentando organizar a resistência a partir do Rio Grande do Sul, o senador Auro Moura Andrade cumpriu literal e fielmente o roteiro prescrito: declarou a vacância da pre-

¹³ Text of State Department telegram 1296 to American Embassy, Rio de Janeiro, 30 mar. 1964, 9:52 p.m. (Washington time), in: Gordon, Lincoln. *Brazil's Second Chance: En route toward the First World*. Washington: Brook Institution Press. p. 69.

¹⁴ “Rusk continued by reading a long draft telegram to me, noteworthy for its emphasis on the need of legitimacy in any anti-Goulart movement to which we might provide military support” (Ibid, p. 68).

¹⁵ White House Audio Tape, President Lyndon B. Johnson discussing the impending coup in Brazil with Under secretary of State George Ball, 31 mar. 1964 This audio clip is available in several formats: Windows Media Audio – High bandwidth (7.11 MB) – Windows Media Audio – Low bandwidth (3.57 MB) MP3 (4.7 MB) – National Security Archives – Washington.

sidência da República, mesmo sabendo que ele, Goulart, não renunciara e continuava no Brasil, e empossou no cargo o deputado Ranieri Mazzilli, que, como presidente do Congresso, estava imediatamente na linha de sucessão. Aí, se resistência houvesse e a guerra civil irrompesse, ele poderia requerer a assistência dos EUA, com base no Acordo Militar, renovado através das notas reversais de 28 de janeiro de 1964. Mas não foi necessário. Resistência não houve. E Lincoln Gordon pôde declarar que estava “muito feliz” com a vitória da sublevação de Minas Gerais, “porque evitou uma coisa muito desagradável, que seria a necessidade da intervenção militar no Brasil”¹⁶. E continuou a insistir na plausible denial, isto é, em negar convincentemente a responsabilidade e a cumplicidade dos EUA com o golpe, norma esta pela qual os governos norte-americanos pautaram muitas vezes suas políticas de intervenção em outros países.

Com a vitória do golpe de Estado, Thomas Mann, na sexta-feira, 3 de abril, telefonou a Johnson e manteve seguinte conversação:

Thomas Mann: I hope you're as happy about Brazil as I am.

Lyndon Johnson: I am.

Thomas Mann: I think that's the most thing that's happened in the hemisphere in three years.

Lyndon Johnson: I hope they give us some credit, instead of hell.¹⁷

CONCLUSÃO

O golpe de Estado que derrubou o governo constitucional do presidente João Goulart triunfou em 1º de abril 1964 e, em homenagem ao Dia da Mentira, logo se denominou Revolução Redentora, antecipando a data para 31 de março, ao mesmo tempo em que, a pretexto de

¹⁶ “As confissões de Lacerda”. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 6 jun. 1977, p. 20.

¹⁷ O diálogo foi extraído das gravações publicadas por Beschloss, Michael (edit). *Taking Charge: the Johnson White House Tapes, 1963-1964*. Nova York: Simon & Schuster, 1997, p. 306.

defender a democracia, a destruía e implantava uma ditadura militar. E, com toda a razão, ao escrever sobre o golpe de Estado na França em 1848, em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, Karl Marx comentou, ironicamente:

[...] a sociedade é frequentemente salva todas as vezes que o círculo dos seus dominadores se restringe e um interesse mais exclusivo se sobrepõe. Qualquer reivindicação, ainda que da mais elementar reforma financeira burguesa, do liberalismo mais vulgar, do mais formal republicanismo, da mais trivial democracia, é ao mesmo tempo castigada como “atentado contra a sociedade” e estigmatizada como “socialismo”. Por fim, os pontífices da “religião e da ordem” são eles mesmo expelidos a pontapés de suas cadeiras de Pythi¹⁸ arrancados da cama no meio da noite e da névoa, colocados em camburões, lançados no cárcere ou enviados para o exílio, seu templo arrasado, sua boca lacrada, suas plumas partidas, sua lei rasgada, em nome da religião, da propriedade, da família, da ordem (Marx, 1982, p. 123).

Esse trecho de Marx sobre a França de 1848 parece descrever, exatamente, o que ocorreu no Brasil durante e logo após o golpe de 1964. Contudo, embora se recomende aos governantes, estadistas, povos preferivelmente o ensinamento através da experiência da história, como Hegel ressaltou, o que a experiência e a história ensinam é que os povos e governos nunca aprenderam qualquer coisa da história nem se comportam de acordo com suas lições (Hegel, 1994, p. 19). Nove anos depois da queda de Goulart, a CIA aplicou no Chile a mesma técnica para derrubar, em 1973, o governo constitucional do presidente Salvador Allende, mas fracassou quando, em março de 2002, articulou outro golpe para derrubar o presidente Hugo Chávez, na Venezuela.

¹⁸ Pythia foi a sacerdotisa de Apolo do oráculo em Delphi. O nome deriva-se de Python, o dragão que Apolo matou.

REFERÊNCIAS

AGEE, Philip. **Inside the Company:** Cia Diary. London: Allen Lane, 1975.

BAMFORD, James. **Body of Secrets:** Anatomy of the Ultra-Secret National Security Agency. Nova York: Anchor Book, 2002.

HEGEL, G. W. F. **Vorlesungen über die Philosophie der Weltgeschichte**, Band 1 (Die Vernunft in der Geschichte). Hamburg: Felix Mainer Verlag, 1994.

JOHNSON, Loch K. **Secret agencies:** U.S. intelligence in a Hostile World. New Haven-Londres: Yale University Press, 1996.

MALAPARTE, Curzio. **Tecnica del colpo di Stato**. Roma: Oscar Mondadori, 2002.

MARCHETTI, Victor; MARKS, John D. **The CIA and the Cult of Intelligence**. Nova York: Alfred A. Knopf, 1974.

MARX, Karl. **Der achtzehnte Brumaire des Louis Bonaparte**. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Werke**, Band 8. Berlin: Dietz Verlag, 1982.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **O governo João Goulart:** as lutas sociais no Brasil (1961-1964). Rio de Janeiro/Brasília: Revan/Editora UnB, 2001.

O MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO E O GOLPE MILITAR DE 1964¹

João Roberto Martins Filho*

Para entender o movimento estudantil do período anterior ao golpe é preciso perceber, de início, como o Brasil mudou em meio século. Acostumados a contar as matrículas na universidade brasileira na casa dos milhões, é difícil acreditar que em 1964 havia apenas 142.386 estudantes de ensino superior no país. E esse número era o resultado do expressivo crescimento das duas décadas anteriores, a partir da base extremamente restrita de 27.253 jovens acadêmicos existentes em 1945. Em menos de vinte anos as matrículas na universidade cresceram 12,5% ao ano, bem mais do que nos outros níveis de ensino – e numa proporção muito maior do que os 2,4% anuais do período 1932-1945 (Cunha, 1983, p. 93). O estudante universitário era membro de uma elite, mas surpreendentemente de uma elite inquieta e razoavelmente bem informada, proveniente basicamente dos extratos tradicionais da classe média, mas particularmente sensível às contradições vividas no pós-guerra por um país “subdesenvolvido” e cuja população vivia na maior parte em pobreza extrema, um país em ritmo vertiginoso de urbanização e industrialização, tomado por lutas políticas e ideológicas intensas e em busca de um lugar no mundo polarizado da guerra fria.

¹ Este artigo é uma versão sintética de um capítulo do livro *Movimento estudantil e ditadura militar, 1964-1968* (Campinas: Papirus, 1987), do mesmo autor.

* Professor de Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos, São Paulo. Sobre 1964, entre outros escreveu: *Movimento estudantil e ditadura militar, 1964-1968*, Campinas: Papirus, 1987 e *O palácio e a caserna. A dinâmica militar das crises políticas na ditadura*, São Carlos: Edufscar, 1995. E-mail: djrm@ufscar.br.

Tal como o país, a universidade vivia desde o início dos anos 1950 uma fase de profundas mudanças. Tanto no segundo governo Vargas (1950-1954), como no governo Juscelino Kubitschek (1955-1960), a política educacional favoreceu o surgimento de universidades públicas e gratuitas, por meio principalmente do agrupamento de institutos isolados já existentes. Como se sabe, a universidade não existiu no Brasil colonial, ao contrário do que correu nos países de colonização espanhola da América. As primeiras faculdades datam do período pós-independência e só nos anos 1930 surgiram no país as primeiras universidades: a de São Paulo e a do Brasil, esta sediada na capital federal, o Rio de Janeiro. A década de 1950 foi a fase por excelência de criação das universidades brasileiras. De tal modo, em 1964, 65% das faculdades pertenciam a instituições universitárias e 61,3% das matrículas eram feitas em universidades públicas (Cunha, 1983, p. 94). O crescimento do ensino superior atendeu à pressão das classes médias por ingresso nas faculdades, originária por sua vez das injunções do desenvolvimento urbano e industrial tardio, mas acelerado. Ainda assim, a procura pelo ensino superior excedia a oferta de vagas e a instituição dos vestibulares serviu para estabelecer um funil na entrada da escola superior.

A UNE

Nesse quadro mais geral, não é de surpreender que a universidade, arcaica e tradicional, nascesse em crise. Como veremos, logo se fez sentir nas faculdades certo mal-estar provocado pela consciência dos universitários de que eles constituíam uma elite privilegiada num país imerso em problemas centenários, cuja solução dependeria em grande parte dos profissionais saídos da escola superior. No final dos anos 1950, esse mal-estar acadêmico encontrará nas orientações da direção das entidades estudantis – diretórios centrais, uniões estaduais e união nacional – uma liderança capaz de ouvir suas expectativas ao mesmo em que as impulsionará num sentido mais radical.

Mas, aqui, é necessário fazer uma distinção importante: o movimento estudantil só adquire visibilidade política quando não se res-

tringe a suas lideranças e à cúpula de suas entidades. Nesse nível, a história do movimento se confunde com a história de agrupamentos políticos organizados, partidários ou não. No Brasil, a União Nacional dos Estudantes do período 1951-1956 esteve longe da imagem que a própria UNE construiu de si mesma: uma entidade representativa de um meio social que “sempre se posicionou ao lado do povo brasileiro em todas as suas lutas”, uma mitologia reforçada pelo livro de Artur José Poerner, *O poder jovem*, espécie de história oficial do movimento estudantil, cujas últimas edições foram patrocinadas pela UNE (Poerner, 1979). Ao contrário, na primeira metade dos anos 1950 as direções da UNE estavam próximas da União Democrática Nacional, a UDN, um partido liberal e elitista, inimigo visceral do varguismo e do trabalhismo. Desde 1955, porém, uma frente única de lideranças nacionalistas, comunistas, socialistas, cristãs e trabalhistas começa a se organizar como oposição, até alcançar a direção da entidade. No governo JK, surge uma nova UNE, uma UNE mais próxima da esquerda, uma UNE mais semelhante àquela que a UNE de hoje associa à UNE de sempre, desde sua fundação no final dos anos 1930.

A nova UNE foi bastante influenciada pela ascensão do ideário nacionalista, principalmente na forma que assumiu no seio do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB (Toledo, 1977). Ao mesmo tempo, no interior da aliança progressista que passou a dirigir a entidade, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) passava por importantes mudanças a partir de 1958, quando definiu a estratégia de Frente Única nacionalista e democrática que apontava como principais inimigos o imperialismo norte-americano e o latifúndio e defendia o desenvolvimento capitalista como fundamentalmente progressista, passando a propugnar a via pacífica para a revolução brasileira (Martins Rodrigues, 1983). Essas modificações abriam caminho para a atuação com outras forças progressistas no meio universitário.

Mas a corrente política que mais bem expressaria os novos rumos da UNE não era comunista e atea, mas religiosa e humanista, mais familiarizada com o meio estudantil de classe média e portadora desde o início de uma sensibilidade particular às expectativas do estudante médio. Este encontraria na Juventude Estudantil Católica (JEC)

um canal para a expressão de suas inquietudes sociais e políticas, uma porta de entrada para a militância mais avançada na Juventude Universitária Católica (JUC). Essas organizações se beneficiavam da estrutura da Igreja Católica e do catolicismo predominante no meio estudantil brasileiro. A radicalização posterior de parte dessas organizações, até a fundação da Ação Popular (AP), em 1963, estremeceu, mas nunca cortou completamente tais vínculos. Em meados dos anos 1950, os setores estudantis católicos foram o fator decisivo para o surgimento da UNE progressista (Uchôa Cavalcanti, 1978, p. 67-71; Beozzo, 1984).

O ideário dessas organizações provinha de teóricos humanistas católicos, como o padre francês Lebret, que visitou o Brasil nessa época, e se caracterizava por uma preocupação com a realidade social e um compromisso com a mudança, a partir da vivência cristã do mundo, fora das alternativas polarizadas do comunismo ateu e do capitalismo materialista. Nas lutas cotidianas da UNE, os católicos progressistas influenciaram e foram influenciados pelos grupos tradicionais de esquerda. Fortalecidos pelo consistente crescimento de seus quadros na década de 1950 e pela eficácia de sua proposta de militância num mundo em visível mudança, os grupos em tela não tardaram a entrar em conflito com uma hierarquia católica ultraconservadora e anticomunista.

No final dos anos 1950, os católicos progressistas começam a expressar a necessidade de um ideário que explicitasse sua personalidade política, com aquilo que se chamou então de “ausência de soluções cristãs para os problemas do mundo”, numa perspectiva centrada na pessoa humana, comprometida com o meio social em que vivia (Gómez de Souza, 1984, p. 155). Sua ala esquerda passa a defender um “ideal econômico” – opção pelo desenvolvimento com a perspectiva de superação do capitalismo – e um “ideal político”, entendido como a defesa de um sistema partidário efetivamente comprometido com as “classes menos favorecidas”, democratização interna dos partidos, política externa independente etc. (Souza Lima, 1979, p. 79 e ss.). Procurando amalgamar ideias de Marx a uma matriz doutrinária cristã, a esquerda católica estava assim preparada para atender às inquietações do meio universitário católico, ao mesmo tempo em que abria caminho para um diálogo com os comunistas.

Munida dessas ideias, articulada com o meio social universitário e experiente nas manobras de cúpula, a esquerda cristã ascenderia à direção da UNE nos anos iniciais da década de 1960, firmando pé firmemente no comando dessa e de outras entidades estudantis antes, no momento e depois do golpe de 1964, formando gerações de jovens militantes cuja influência se estende até hoje. No 24º Congresso da UNE, em 1961, o primeiro a registrar com nitidez as repercussões da Revolução Cubana de 1959, elege Aldo Arantes como presidente da entidade nacional dos estudantes. No ambiente polarizado da época, a Igreja conservadora reagiu com a proibição da participação dos membros da JUC de se candidatarem à direção das entidades estudantis e com a expulsão de seu mais famoso militante, Aldo Arantes. No congresso de 1962, a esquerda cristã elege Vinícius Brant para a presidência da UNE e coloca outros quatro membros na diretoria de dez estudantes (Lima e Arantes, 1984, p. 31 e ss.). Nas gestões de Arantes e Brant, essa corrente encontrou na luta pela reforma universitária sua maior bandeira (Poerner, 1979, p. 188 e ss.). O alvo da reforma do ensino superior seria a criação de uma universidade voltada para os objetivos da “Revolução Brasileira”, uma universidade “a serviço do povo” (Cunha, 1983, p. 232).

A UNE liderou em maio de 1962 a inédita greve em defesa de um terço da representação estudantil nos órgãos de direção das universidades, preparada pela agitação promovida pela UNE-Volante que percorreu todas as escolas superiores do país e pelas atividades do Centro Popular de Cultura, o CPC, capitaneadas por jovens artistas e intelectuais vinculados ao PCB (Berlinck, 1984, p. 38 e ss.). O acontecimento ficou conhecido na história oficial do movimento como a “greve do 1/3”. Segundo os ex-dirigentes Haroldo Lima e Aldo Arantes,

A greve foi praticamente total, atingindo a maior parte das 40 universidades brasileiras que, na época, contavam com mais de cem mil estudantes. Foi a greve estudantil mais ampla até então ocorrida no país. No seu curso, os estudantes permaneceram em mobilização permanente, realizaram assembleias, seminários para debate dos problemas da faculdade, passeatas (Lima; Arantes, 1984, p. 22).

O movimento marcou efetivamente o apogeu da representativi-

dade da UNE no pré-golpe. Para Marialice Foracchi, a greve foi “sob todos os títulos, a mais representativa das greves estudantis” (Foracchi, 1977, p. 252). Com o lema “A UNE veio para unir”, a caravana da UNE-volante realizou cerca de 200 assembleias em todo o país, atingindo diretamente significativo número de estudantes. A paralisação em si teve amplo apoio. Entretanto, diante das resistências encontradas no seio dos conselhos universitários, a paralisação perdeu o rumo e se arrastou por mais de três meses, mudando no seu curso o foco de pressão dos órgãos de governo universitários para o Congresso Nacional. Depois de ver sancionada sua continuidade pelo encontro nacional da UNE em julho, a greve se esgotou lentamente. O insucesso teve visíveis reflexos no estudantado, mas não abalou a liderança estudantil, que adquiriu a partir daí dinâmica própria. Dessa maneira, o golpe encontraria “vanguarda” e “massas” dissociadas. A partir de fins de 1962, a esquerda católica foge para a frente, afastando-se de seu meio social por excelência: a universidade.

O SURGIMENTO DA AP E A RADICALIZAÇÃO DA UNE

De maio a julho de 1962, o movimento estudantil universitário encontraria sua bandeira mais característica: a luta pela modernização, abertura e democratização da universidade, reivindicações que dependiam da ação do Estado. O fracasso da greve do 1/3, porém, exigiria um lento trabalho de reconstrução da confiança dos estudantes na ação política. Mas os tempos não eram favoráveis à ponderação, nem à reflexão. Na conjuntura de polarização vivida pelo país naqueles anos, a luta pela reforma universitária era apenas um aspecto da luta pelas “reformas de base”, onde ressaltava o movimento pela reforma agrária. Voluntarista, idealista, vanguardista e impaciente, a esquerda cristã no comando da UNE passa a atuar no nível das cúpulas, firmando-se como um dos atores mais radicais da luta pelas reformas, passando a ter inclusive vínculos diretos com o Ministério da Educação no governo Goulart.

No Congresso da UNE de julho de 1963, a frente de esquerda, sob a hegemonia da nova organização, derrota os setores liberais por

679 votos a 55 (Lima; Arantes, 1984, p. 34; Gómez de Souza, 1984, p. 183). No interior da frente vitoriosa, o PCB tenta sem sucesso manter a UNE voltada para as lutas especificamente estudantis, enquanto a AP se entusiasma com a ideia de que a luta pela reforma universitária deveria ser travada “mais fora da universidade que dentro dela” (Cunha, 1983, p. 246).

No início de 1963 tinha sido criada a Ação Popular (AP), quase que um resultado natural da radicalização dos jucistas. O manifesto de fundação do novo grupo político, conhecido como “Documento-base”, defendia que os quadros da AP deveriam concentrar sua militância no movimento operário, para “levar a massa às organizações sindicais”, e no movimento camponês, onde a esquerda cristã efetivamente conseguiu criar bases, navegando a maré da onda de fundação de sindicatos rurais. O movimento estudantil era aí definido como “não prioritário”. Voltado para o futuro, o “Documento-base” sequer mencionava a greve nacional ocorrida no passado próximo (Souza Lima, 1979, p. 143). Na prática, a UNE da AP engajou-se integralmente nas lutas da frente popular e nacionalista, passando a ser parceira frequente do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) nas manifestações do período. A cúpula estudantil defendeu o voto no presidencialismo no plebiscito de 1963, solidarizou-se com greves, ajudou a fundar a Frente de Mobilização Popular e, após o recuo de Goulart no tema do Plano Trienal, mergulhou de cabeça na campanha das “Reformas já!”.

O documento de fundação da Ação Popular revelava uma corrente política ainda marcada pelo personalismo cristão radicalizado. “A eficácia (da Revolução) é a chama interna comunicada de homem para homem”, dizia o texto. No contexto da guerra fria, os cristãos deveriam procurar uma terceira via entre o comunismo e o capitalismo, em busca de um socialismo com face humana. O processo histórico era visto como tendendo ao “reconhecimento das consciências”, que tenderia à libertação, à universalização e à socialização. Como apontou um estudioso, nessa visão “a esperança fora da história transforma-se na crença na possibilidade da utopia” (Kadt, 1970, p. 86). O marxismo só criaria raízes na AP depois do golpe, mas o idealismo nunca deixaria seus militantes.

No lado oposto do espectro político, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), um dos núcleos centrais da articulação das forças de direita que preparavam meticulosamente o golpe, voltou suas baterias contra a UNE e apoiou a criação de movimentos com o Movimento Anticomunista (MAC), a Frente da Juventude Democrática (FJD) e o Movimento Estudantil Democrático (MED). Incapazes de atrair os jovens estudantes para suas fileiras, esses grupos logo passaram a planejar atentados a bomba contra entidades estudantis, como quase ocorreu por ocasião do congresso da UNE de 1963, em Santo André (SP). Sob o pseudônimo de Sônia Seganfredo, o IPES publicou o livro *UNE, instrumento de subversão* (Dreifuss, 1981, p. 282-290).

A UNE, como as demais forças de esquerda, negou apoio a Jango quando este propôs a aprovação do estado de sítio em fins de 1963. José Serra, presidente da entidade nacional dos estudantes, na sequência de discursos cada vez mais radicais que pronunciou nos últimos meses do regime, atacava tanto Goulart quanto os golpistas e o embaixador americano, que atuavam cada vez mais abertamente em conjunto. Anos depois, Serra diria que Jango tentou impedi-lo de falar no Comércio de 13 de março de 1964, antessala do golpe. No entanto, logo depois de sua posse, Goulart fora o primeiro presidente a visitar com todo seu ministério a sede da UNE, no ano de 1961 (Santos, 1980, p. 10). Tal como outros atores no cenário político brasileiro daquela fase agitada, confusa e dramática, a UNE vivia as contradições típicas do regime que depois chamou de populismo.

A UNE, OS ESTUDANTES E O GOLPE

Qual foi a atitude da UNE e das principais entidades estudantis, por um lado, e do conjunto dos estudantes universitários, por outro, diante da crise final do regime e da eclosão do golpe militar? Para responder a essa questão é preciso compreender que os setores sociais majoritários na universidade brasileira naquela quadra histórica – a chamada classe média – não tiveram uma postura unificada diante da polarização política e ideológica no final de 1963 e primei-

ros meses de 1964. Não há dúvida, por um lado, de que a multidão de 500 mil pessoas que se manifestou a 23 de março desse ano em São Paulo contra o governo Goulart e seus rumos “comunizantes” e o um milhão de pessoas que saiu às ruas no Rio para comemorar o sucesso do golpe eram majoritariamente de classe média. Essas manifestações expressaram a eficácia da estratégia de doutrinação e propaganda dos grupos golpistas, que passaram a apresentar o governo Goulart como pronto a instalar uma ditadura comunista ateia no Brasil. Para isso, contou-se com a ativa participação de padres, bispos e cardeais, difusores nos púlpitos e homilias da imagem de um Brasil à beira do caos, e prestes a se tornar uma ditadura de tipo cubana ou soviética. Foi uma época de grande politização, mas também uma fase de fanatismo e irracionalidade.

Mais especificamente, participaram ativamente da campanha, liderada pelo IPES e pelo IBAD e doutrinariamente alimentada pelos militares – com sua doutrina da *guerre révolutionnaire*, importada dos coronéis da guerra argelina (Martins Filho, 2008) – organizações de mulheres católicas e entidades profissionais que representavam as classes médias tradicionais. No entanto, como se veria depois do golpe, o autoritarismo desses últimos grupos expressava mais um caráter de crise que uma disposição permanente a apoiar uma ditadura de direita. Já os setores mais proletarizados da classe média – funcionários públicos de baixo escalão, bancários, professores – dividiram-se entre o apoio à mobilização golpista e a simpatia com o movimento reformista. Por fim, como mostrou Décio Saes, os setores modernos e tecnocráticos da classe média parecem ter mostrado uma tendência mais permanente a apoiar a ditadura (Saes, p. 409-504).

E os estudantes, como se posicionaram depois do fim da greve nacional de 1963? Certamente, não se postaram firme e amplamente nas trincheiras antigolpistas, reiterando uma posição genericamente simpática às lutas populares, como quer a mitologia estudantil até hoje cultivada pela UNE. Por outro lado, é difícil acreditar que a maioria dos estudantes aderiu com entusiasmo ao clima anticomunista que preparou o golpe. Talvez o mais correto seria dizer que o meio universitário se dividiu, como sua classe de origem. Além disso, é fundamental retomar aqui a

distinção acima apresentada entre vanguarda e massas. Vale dizer, as posições defendidas pela direção da UNE não podem ser confundidas com as do estudante médio, nem mesmo com as de todas as entidades estudantis. A UNE e a parcela mais militante do meio estudantil foram, como vimos, integrantes ativas da frente nacionalista e popular. A expressão mais conhecida dessa tendência foi a participação de grupos inconformados de estudantes nas tentativas frustradas de resistência ao golpe.

Em diversas cidades, houve reuniões estudantis à espera de armas para fazer frente ao movimento militar (Caso, 1976, p. 22-23). No primeiro de abril de 1964, a UNE decretou uma greve geral, esperando atingir todo o país, para impedir o golpe “que está sendo pretendido pelas forças de direita, para deporem o Presidente Goulart” (*Memorex*, 1978, s/p). Enquanto o movimento golpista avançava, as escolas mais ativas transformavam-se em polos de mobilização para os que esperavam diretrizes dos partidos e organizações populares. Foi o caso das faculdades de Filosofia da USP e da então Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Faculdade Nacional de Direito, na mesma instituição. Como as armas não vieram, os jovens se dispersaram num estado de espírito de surda revolta e profunda decepção, o que alguns anos depois explicaria a adesão de parcela da juventude aos grupos de resistência armada.

É mais difícil perceber o que ocorreu no nível da massa estudantil. A divisão da classe média nos momentos finais da crise de 1963-64 parece ter atuado no sentido de aproximar do movimento golpista setores estudantis que participaram da greve do 1/3 e que logo depois do golpe se radicalizariam à esquerda na luta contra a ditadura militar. Esse processo transpareceria na eleição de chapas que a história oficial da UNE chamaria de “direita estudantil” para a direção de entidades estudantis importantes como as uniões estaduais de Pernambuco, Minas e Bahia e, especialmente, a crucial União Metropolitana dos Estudantes (UME) do Rio de Janeiro, tradicional termômetro do humor político dos universitários. A nosso ver, essas mudanças não foram aleatórias, mas consequência da estratégia da esquerda cristã, que escolheu concentrar-se na grande política e esqueceu-se da universidade. Depois do golpe, o regime acalentou esperanças de continuar

a contar com o apoio das entidades momentaneamente contrárias ao governo Goulart. Por isso elas não foram proibidas de funcionar, ao contrário do que aconteceu com as entidades mais identificadas com o movimento nacionalista e popular. Em suma, nos meses anteriores ao golpe, parcelas significativas do meio estudantil parecem ter se afastado da esquerda.

Esse recuo foi registrado nos próprios documentos das entidades. Alguns anos depois do golpe, no auge das manifestações de 1968, a situação da Universidade de São Paulo no momento do golpe foi assim descrita pelo jornal da União Estadual dos Estudantes (UEE) paulista: “Na Faculdade de Filosofia de São Paulo, quinhentos universitários continuaram organizados clandestinamente durante alguns meses. Mas, isolados da massa, descobriram que falavam num deserto” (*Jornal da UEE*, 1968).

Não por acaso, o ex-presidente da UNE na gestão de 1966-67, Jean Marc von der Weid relatou as condições no meio estudantil universitário no Rio de Janeiro, no momento do golpe: “Não fui o único estudante a apoiar, ingênua e ativamente, o governador Carlos Lacerda e o golpe contra o que pensávamos ser uma ameaça às liberdades. Em dois anos, verificamos – eu e minha classe média – que a democracia já era e que havíamos apoiado a implantação da ditadura”.

REFERÊNCIAS

BEOZZO, José Oscar. **Os cristãos na universidade e na política**. Petrópolis: Vozes, 1984.

BERLINCK, Manoel Tosta. **Centro Popular de Cultura da UNE**. Campinas: Papirus, 1984.

CASO, Antonio. **A esquerda armada no Brasil: 1967-1971**. Lisboa: Moraes, 1976.

CUNHA, Luiz Antônio C. R. da. **A universidade crítica**. São Paulo: Francisco Alves, 1983.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado** – ação política, poder e golpe de classe. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

FORACCHI, Marialice. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

GÓMEZ DE SOUZA, L. A. **A JUC**: os estudantes católicos e a política. Petrópolis: Vozes, 1984.

KADT, Emanuel de. **Catholic radicals in Brazil**. London/Oxford: Oxford, 1970.

LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. **História da Ação Popular**: da JUC ao PC do B. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento estudantil e ditadura militar**: 1964-1968. Campinas: Papirus, 1987.

_____. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 67, p. 39-50, jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092008000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 jan. 2014.

MARTINS RODRIGUES, Leôncio. O PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, Boris. (Org.), **História Geral da Civilização Brasileira** – O Brasil Republicano, t. 3, v. 3. São Paulo: Difel, 1983.

POERNER, Arthur. **O poder jovem**. 2. ed. revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SANTOS, Nilton et al. **História da UNE**: depoimentos de ex-dirigentes. São Paulo: Livramento, 1980.

SOUZA LIMA, Luiz Gonzaga. **Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1979.

TOLEDO, Caio N. **ISEB**: fábrica de ideologias. São Paulo: Ática, 1977.

UCHÔA CAVALCANTI, Pedro Celso; RAMOS, Jovelino (Coord.).
Memórias do exílio. São Paulo: Livramento, 1978.

PERIÓDICOS

Jornal da UEE, São Paulo: Gestão Nova UEE, 1968.

Memorex (elementos para uma história da UNE), São Paulo: DCE da USP e Edições Guaraná, 1978.

1964: ESQUERDAS, DEMOCRACIA E GOLPISMO¹

Caio N. de Toledo*

REVISÕES SOBRE O GOLPE DE 1964

Nos últimos dez anos, alguns autores têm afirmado que as esquerdas e o governo João Goulart (1961-1964) deveriam também ser responsabilizados pela derrocada da democracia brasileira em 1964. Expostas em livros, artigos, entrevistas e seminários acadêmicos, estas formulações têm sido amplamente difundidas pela grande mídia na medida em que são convenientes na luta ideológica que liberais e conservadores travam no Brasil contemporâneo contra o pensamento e a ação política das esquerdas.

Não obstante sejam críticos do golpe de 1964, esses ensaístas têm afirmado que, no início dos anos 1960, todos os atores relevantes do processo político estavam comprometidos com o *golpismo*. Asseguram tais autores que, por não terem firmes compromissos com os valores democráticos, tanto os militares e as organizações políticas de direita como os setores políticos e os movimentos sociais de esquerda se preparavam para desfechar um golpe de Estado. Embora não deixem de responsabilizar a direita pelo golpe vitorioso, essas teses confluem com as dos ideólogos civis e militares da dita-

¹ Versão ampliada de artigo publicado na revista *Crítica Marxista*, n. 19, Rio de Janeiro, 2004.

* Professor aposentado pela Universidade Estadual de Campinas. Sobre 1964, entre outros, escreveu *O governo Goulart e o golpe de 64* (18. ed. São Paulo: Brasiliense, 2014) e organizou *1964: o golpe contra a democracia e as reformas* (3. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2014). E-mail: cntoledo@terra.com.br.

dura que continuam alardeando as propostas “antidemocráticas” e “golpistas” das esquerdas brasileiras².

Sumarizemos estas formulações *revisionistas*.

Numa entrevista, um historiador paulista afirmou existir uma identidade política entre todos os atores acima mencionados: “O que une ambos os lados é que todos querem chegar ao poder por golpe, seja os militares, seja Brizola e mesmo Jango, no caso para continuar no poder. Tanto é assim que o golpe veio” (Villa, 2004b). Num artigo de jornal, Marco Villa (2004c, p. 3) opinou:

Em meio ao golpismo, a democracia sobrevivia aos tram-bolhões. Defendê-la era, segundo a esquerda golpista/re-volucionária, comungar com o liberalismo burguês, ou, de acordo com a direita, com o populismo varguista. Atacada por todos [sic] flancos, acabou destruída, abrindo as portas para duas décadas de arbítrios e violências.

Por sua vez, o historiador Jorge Ferreira afirmou também que, nos tempos de Goulart, havia um reduzido compromisso das esquerdas brasileiras com a defesa de valores democráticos. Reivindicando a realização de reformas sociais e econômicas, “a qualquer preço”, as esquerdas, inclusive, aceitavam adotar “soluções não democráticas” desde que fossem realizadas as mudanças sociais radicais. Nas palavras do autor, direita e esquerdas se equivaliam em matéria de posições antidemocráticas:

A questão central era a tomada do poder e a imposição de projetos. Os partidários da direita tentariam impedir as alterações econômicas e sociais, sem preocupações de respeitar as instituições democráticas. Os grupos de esquerda exigiam

² No texto, emprego a noção “direita” no singular posto que suas distintas organizações e entidades se identificavam, politicamente, na defesa e preservação da ordem capitalista e no combate às reformas sociais reivindicadas no pré-1964; em contrapartida, as esquerdas se distinguiam, não apenas por seus objetivos na cena política como também por suas diferentes posições ideológicas (entre elas, estavam o nacionalismo reformista, a social-democracia, o humanismo cristão, o socialismo revolucionário, o comunismo da 3ª Internacional, o trotskismo etc.).

as reformas, mas também sem valorizar a democracia [...]. A primeira sempre esteve disposta a romper com a legalidade, utilizando-a para defender seus interesses econômicos e privilégios sociais. As (esquerdas, CNT), por sua vez, lutavam pelas reformas a qualquer preço, inclusive com o sacrifício da democracia (Ferreira, 2004a)³.

Ferreira não emprega o termo “golpismo” para identificar as posições “não democráticas” das esquerdas no pré-1964; no entanto, esta prudência terminológica não o impediu de afirmar que: “[...] de uma posição defensiva e legalista em 1961, as esquerdas adotaram (no governo João Goulart, CNT) a estratégia ofensiva e de rompimento institucional”. A noção não é utilizada, mas a ideia do “golpismo” domina a cena com o agravante de que foi o conjunto das esquerdas – não apenas alguns de seus setores – que estavam dispostas a romper com a legalidade institucional. Na visão do autor, as esquerdas – com exceção do moderado Partido Comunista Brasileiro (PCB) – estavam representadas pela atuação “revolucionária” de Brizola e por lideranças “sindicais, camponesas, estudantis, dos subalternos das Forças Armadas, grupos marxistas-leninistas, políticos nacionalistas” (Ferreira, 2004a)⁴.

Deve-se observar, fato por ele reconhecido, que a análise de Ferreira está apoiada em obra de Argelina Figueiredo, editada em 1994. Embora também deixe de utilizar a noção crítica “golpismo”, Figueiredo entende que, no pré-1964, as esquerdas privilegiaram a realização de reformas “maximalistas” ou “radicais” em detrimento da preservação das instituições democráticas. Em suas palavras,

(havia um, CNT) fraco compromisso com a manutenção das regras democráticas, tanto por parte da direita como da

³ Em “O comício revisto”, publicado na revista *Nossa História* (Rio de Janeiro, n. 5, 2004). O artigo é uma versão abreviada de outro texto, publicado em livro em coautoria com outra pesquisadora sobre o golpe de 1964: Delgado, Lucilia; Ferreira, Jorge. *O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁴ Na perspectiva de Ferreira, as “esquerdas radicalizadas” estavam reunidas na *Frente de Mobilização Popular* que tinha Leonel Brizola como seu principal dirigente.

esquerda. A direita, sempre pronta a romper com a democracia, mostrava fidelidade às regras democráticas, quando essas serviam para defender seus interesses e manter seus privilégios, como no caso da reforma agrária. A esquerda, com frequência, mostrava-se disposta a apoiar soluções não democráticas para atingir as reformas propostas (Figueiredo, 1997)⁵.

Por sua vez, Leandro Konder, empregando a expressão omitida nos textos de Ferreira e Figueiredo, afirma que “o golpismo, entranhado nos costumes e na cultura política da sociedade brasileira, se manifestava também no campo da esquerda” (Konder, 2004)⁶. Konder não hesita opinar que o “golpismo” da esquerda se manifestava, por exemplo, pelo apoio do então secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro, Luiz Carlos Prestes, à proposta da reforma da Carta de 1946 a fim de facultar a reeleição de Goulart. Para o autor, “dadas as circunstâncias (exiguidade dos prazos e inexistência de consenso, CNT), a proposta era, certamente, golpista”. Embora nenhuma argumentação seja elaborada na entrevista concedida a uma publicação marxista, Konder conclui: “Assim, a reação contra o golpismo do campo da esquerda resultou no golpe da direita”. Literalmente, pois, o golpe da direita teria sido uma *reação* a uma iniciativa golpista vinda do “campo da esquerda”.

A opinião do historiador Alberto Aggio é, talvez, a que melhor sintetiza o *revisionismo* sobre o golpe de 1964:

Ambos os lados, de fato, conspiravam contra a democracia representativa e preparavam um golpe contra suas instituições: a direita para impedir o avanço e a consolidação das reformas; a esquerda para eliminar os obstáculos que se antepunham a esse processo [...] o golpismo, concepção e prática já arraigada na direita brasileira se combinava dra-

⁵ O livro de Argelina Figueiredo que está na origem de algumas teses revisionistas sobre 1964 é *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política de 1961-1964* (São Paulo: Paz e Terra, 1993).

⁶ Distinguindo-se de alguns autores aqui mencionados, Konder jamais renegou suas posições teórico-ideológicas. Em minha opinião, as formulações equivocadas de sua entrevista em nada comprometem o conjunto de sua obra crítica e de orientação marxista.

maticamente com a ausência de tradição democrática da esquerda, levando a uma confrontação que seria fatal para a democracia (Aggio, 2002)⁷.

Como evidências da assimilação das teses revisionistas no atual debate político sobre o pré-1964, acredito que as formulações de dois intelectuais paulistas são esclarecedoras. Entrevistados em 2004, por ocasião do 40º aniversário do golpe, o filósofo José Arthur Giannotti e o sociólogo Leôncio Martins Rodrigues – que, durante a ditadura militar, se distinguiram nos meios intelectuais na defesa de posições democráticas – não foram amenos em suas críticas às esquerdas⁸.

Nas palavras de J. A. Giannotti, “em 64, não houve um conflito entre uma ideia democrática e uma ideia autoritária, como os dois lados tentaram fazer crer, mas duas formas de autoritarismo”. Por sua vez, L. M. Rodrigues, num autêntico “exercício contrafactual”, não hesitou afirmar que o *pior* poderia acontecer caso fosse vitorioso o “golpismo” da esquerda brasileira: “venceu a direita e o golpe representou um terrível retrocesso; se vencesse a esquerda, haveria outro retrocesso, talvez pior, aprofundando o modelo populista”⁹.

Por sua vez, o historiador Boris Fausto, em artigo jornalístico, coincidiu com as opiniões dos dois acadêmicos da USP sobre o pouco apreço à democracia que haveria entre todas as forças políticas no pré-1964:

⁷ Sem poder desenvolver o argumento, julgo que as opiniões de Konder e Aggio se afinam com os trabalhos teóricos do eurocomunismo que defendem a tese da “democracia como valor universal”. A crítica dessa perspectiva teórico-ideológica pode ser conhecida em Toledo, Caio N. de. A modernidade democrática da esquerda: adeus à revolução? *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 1, 1994.

⁸ *O Estado de S. Paulo*, “Caderno Especial”, 31/03/2004.

⁹ A expressão “exercício contrafactual” é do pesquisador Demian Melo ao comentar o prognóstico do cientista político da USP. In: “A crise orgânica dos anos sessenta e a luta dos trabalhadores brasileiros: das greves pela Legalidade à derrota de 1964”, *Seminário Internacional Gramsci e os movimentos populares*, UFF, 2010. Registre-se que, na perspectiva do sociólogo da USP e Unicamp, o aprofundamento da democracia “populista” – mesmo conhecendo o “terrível retrocesso” representado por 1964 – seria mais desastroso para a sociedade brasileira.

na conjuntura daqueles primeiros anos da década de 60, os atores políticos, sindicais ou militares, com raras exceções, ignoraram a democracia como um valor a ser preservado, apesar das difíceis circunstâncias. A equivocada percepção nos setores do governo e da esquerda de que a democracia era só um instrumento a serviço de ideais maiores de reforma ou revolução social favoreceu o clima de exceção e engrossou os setores da direita conspirativa que, desde a renúncia irresponsável de Jânio, viam na “purificação da ordem pública” a saída inexorável para a crise (Fausto, 2004).

Na mesma direção, um autor de volumosa obra sobre a ditadura militar – que, na juventude, esteve vinculado ao PCB – imaginou que no pré-1964 estaria em curso um “golpismo” da parte de João Goulart:

havia dois golpes em marcha. O de Jango viria amparado no “dispositivo militar” e nas bases sindicais, que cairiam sobre o Congresso, obrigando-o a aprovar um pacote de reformas e a mudança das regras do jogo da sucessão presidencial (Gaspari, 2002).

Em suma, hoje no debate político e historiográfico, não são apenas os ideólogos civis e militares de direita que responsabilizam as esquerdas e o ex-presidente João Goulart pela crise política que culminou no golpe; estudiosos e ensaístas do campo democrático também colocam as esquerdas e o governo Goulart no banco dos réus.

AS FALÁCIAS DAS TESES REVISIONISTAS

Para os autores acima mencionados, todas as principais forças políticas ativas na conjuntura de 1964 – que “não morriam de amor pela democracia” – eram “golpistas”: ou seja, tanto os “vitoriosos” (a direita civil e os militares) quanto os “perdedores” (o presidente João Goulart e setores de esquerdas).

Tendo em vista os objetivos imediatos deste texto, detenhamo-nos sobre os chamados “perdedores” em 1964. Quais as evidências

empíricas e as provas documentais que esses autores oferecem para comprovar o “golpismo” do governo João Goulart, de Leonel Brizola, das Ligas Camponesas e do Partido Comunista Brasileiro? Qual o significado, a extensão e a natureza do chamado “golpismo” das esquerdas brasileiras? Tiveram as esquerdas, durante o regime liberal-democrático, iniciativas e efetivas ações golpistas semelhantes àquelas que, comprovadamente, tiveram a direita brasileira? No pré-1964, quais os recursos materiais e simbólicos que possuíam as esquerdas quando comparados aos da direita civil e militar?

Inicialmente, examinemos o caso do governo João Goulart. Teria esse governo cogitado e agido na direção de um golpe de Estado?

Durante o parlamentarismo e nos poucos meses sob o regime presidencialista, o governo Goulart sofreu sistemática e acirrada oposição: do Congresso Nacional (hegemonizado por partidos conservadores e antirreformistas); de governadores de importantes Estados da federação (São Paulo, Guanabara, Minas Gerais, Paraná etc.); de setores importantes da “sociedade civil” (empresariado industrial e rural e banqueiros); da alta hierarquia da Igreja católica; da embaixada e agências do governo dos EUA. Não seria, pois, razoável imaginar que o presidente da República – aconselhado por “radicais de esquerda” – tivesse cogitado a ideia de um golpe de Estado?¹⁰ Afinal, com o Congresso fechado ou tutelado, as reformas sociais e econômicas não poderiam então – via decretos governamentais –, serem realizadas?

¹⁰ Em outubro de 1963, pressionado pela alta hierarquia militar, Goulart solicitou ao Congresso a aprovação de um decreto que impunha ao país o “Estado de sítio”. A grave “comoção interna” que justificava o pedido se referia a uma provocadora entrevista de Carlos Lacerda (UDN), governador do estado da Guanabara, a um jornal norte-americano onde, além de ofender os ministros militares, pregou abertamente o golpe de Estado. Nesse episódio, a direita e as esquerdas, desconfiadas das intenções de Goulart, negaram apoio à proposta de Goulart. Hesitando, João Goulart acabou retirando o pedido feito ao Congresso.

Duas observações podem ser aqui feitas: valendo-se de dispositivo constitucional, que previa a decretação da medida de força, Goulart, contudo, submeteu a proposta à aprovação do Congresso. Não tendo sido bem-sucedido, voltou atrás e retirou o pedido. Um governante determinado a desferir um golpe de Estado – como apoio dos altos comandantes militares –, aceitaria passivamente a negativa do Congresso sem reagir de forma enérgica?

Não era isso o que a direita, à época, alardeava pela mídia quando lembrava o golpe que instituiu o *Estado Novo*, promovido por Vargas, o patrono político de João Goulart?

Ora, passados 50 anos, nem mesmo um simulacro de documento de conspiração ou um “plano golpista” – como tinha sido o *Plano Cohen* em 1937 – foi descoberto pelos militares golpistas. Deve-se ainda ressaltar que todos os setores progressistas – a saber, os militares nacionalistas e democratas (vários deles vinculados ao chamado “dispositivo militar” de Goulart); os quadros civis (ex-ministros, parlamentares e governadores de Estado que apoiavam o presidente da República); o conjunto das organizações de esquerda (legais e extra-legais); as entidades nacional-reformistas (entre elas, Comando Geral dos Trabalhadores, Ligas Camponesas, União Nacional dos Estudantes, Frente Parlamentar Nacionalista e Instituto Superior de Estudos Brasileiros etc. – tiveram seus arquivos apreendidos e investigados pela ditadura militar. Igualmente, frequentes e sistemáticos Inquéritos Políticos Militares (IPMs), durante a ditadura militar, vasculharam as vidas pessoais e as atividades de lideranças políticas e organizações nacionalistas e de esquerda. No entanto, até o presente, nenhum documento apreendido pelos aparelhos da inteligência repressiva comprovou supostos planos “golpistas” ou “continuístas” de João Goulart¹¹. Nem mesmo os serviços de segurança estadunidenses (CIA, Departamento de Estado, Embaixada dos EUA no Brasil etc.), que colaboravam ativamente com os militares brasileiros, apresentaram quaisquer indícios do propalado “golpismo” do governo.

Teriam as pesquisas de Marco Villa e Elio Gaspari – críticos das intenções “não democráticas” de Goulart – descoberto provas documentais consistentes sobre a “tentativa golpista” de Goulart?

No livro dedicado a João Goulart, Villa faz apenas duas vagas alusões aos propósitos “continuístas” do governante. Para o autor,

¹¹ Por sua vez, na extensa coletânea que publicou 214 depoimentos de militares em defesa da “Revolução de 1964”, nenhuma prova material foi também oferecida a respeito do suposto golpismo palaciano. Cf. Motta, Aricildes de Moraes (Coord.). *31 de março: o movimento revolucionário e sua história*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003.

uma delas viria de “setores brizolistas”, rompidos politicamente com o presidente da República. A outra “evidência” seria um memorando do embaixador do EUA no Brasil, Lincoln Gordon, enviado a Washington; por esse documento, o governo LyndonJohnson era informado que Goulart estava “envolvido numa campanha para conseguir poderes ditatoriais”¹². Ou seja, todas as “provas” de Villa contra Goulart se resumem em duas *suspeitas*: uma de adversários políticos, outra de um renhido inimigo ideológico que tramava o golpe de 1964.

Por sua vez, Gaspari mencionou o chamado “dispositivo militar” como um dos atores políticos que apoiaria a “ação golpista” de Goulart contra o Congresso Nacional. Ora, como ficou amplamente evidenciado, o “dispositivo militar” de Goulart – exaltado em verso e prosa pelas lideranças nacionalistas da época – mostrou-se que era uma autêntica ficção; no exato momento em que dele se exigia uma firme ação na defesa da ordem constitucional, sua fragilidade ficou amplamente evidenciada. Poderia então Goulart ter planejado um golpe de Estado com forças de comprovada incompetência política e ineficácia organizacional?

De outro lado, como interpretar a completa falta de comando político de Goulart ao deixar de defender a legalidade democrática ameaçada pelas forças sediciosas vindas de Minas Gerais? Sabendo que, na madrugada de 31 de março, os revoltosos não tinham ainda o total apoio da alta oficialidade e marchavam de forma desorganizada, seria muito provável que poderiam ser neutralizados com uma simples ação de intimidação por parte de aviões da Aeronáutica. Como se sabe, Goulart recusou a sugestão feita a ele por oficiais da Aeronáutica; sob o pretexto de não desejar ver o país dividido por uma “guerra civil”, preferiu a capitulação e o exílio. Figura com semelhante perfil psicológico e político poderia, dias antes, estar envolvido na articulação de um golpe de Estado?

Diante da ausência de documentos e evidências sobre o “golpismo” do presidente da República, não se pode senão dar razão ao jornalista político Jânio de Freitas, que, recentemente, ponderou: “quaisquer que

¹² As alusões estão às p. 190 e 191 do livro *Jango. Um perfil (1945-1964)* de Marco Villa (2004a). Embora inexistam provas, as desqualificações à figura de Goulart não faltam no livro: entre elas, um “homem de sorte”, político “vazio de realizações e de ideias” etc.

sejam os erros atribuíveis a João Goulart, com ou sem possível razão, entre eles não está ato algum de traição à democracia” (Freitas, 2013)¹³.

No entanto, insinuam as teses revisionistas que, além de Goulart, alguns setores das esquerdas também estariam planejando um golpe. Para um dos autores citados, Leonel Brizola, chefe nacional dos chamados *Grupos dos Onze*, também conspirou contra o regime democrático.

“Provas”? Ei-las: os longos discursos de Leonel Brizola transmitidos pela Rádio Mayrink Veiga, no Rio de Janeiro, e seus artigos “radicais” em jornais de pequena circulação. Sabe-se que o deputado federal, em *O Panfleto* (autêntico jornal da “imprensa alternativa”) era eloquente na defesa das reformas, atacava com vigor os políticos conservadores da UDN e PSD e incentivava a organização dos *Grupos dos Onze*¹⁴. “Evidência” também do “golpismo” do nacionalista teria sido a sua inflamada fala no comício de 13 de março de 1964; nesse dia, apelou para a “derrogação do Congresso” e pediu a convocação de uma *Assembleia Nacional Constituinte*; em seu cálculo, julgava Brizola que o novo Congresso, com uma composição majoritariamente popular, poderia elaborar uma nova Carta Constitucional que viabilizasse as reformas de base radicais e as medidas econômicas nacionalistas.

Para o historiador Jorge Ferreira, o radicalismo de Brizola – questionado naquele momento pelo moderado PCB – tinha o endosso de pequenos “grupos revolucionários” (entre eles, Ação Popular, Política Operária, facções do PCB e das Ligas Camponesas e políticos da Frente Parlamentar Nacionalista). Na defesa das reformas,

¹³ De forma simbólica, o Senado brasileiro, passados quase 50 anos, aprovou um projeto que anulou a sessão do dia 2/4/1964 que, ao declarar vago o cargo da presidência da República, havia legitimado o golpe de 1964.

¹⁴ Em seu livro, Villa (2004a) também especula em relação ao “golpismo” do cunhado de Goulart, Leonel Brizola: “Esperavam (os brizolistas, CNT) formar 100 mil Grupos dos Onze no prazo de seis meses e, aí, sim, poder ter condições de também articular um golpe com apoio dos sargentos e marinheiros”. Igualmente sem oferecer nenhuma prova factual, o coronel Jarbas Passarinho faz coro com o historiador na frágil acusação a Brizola (*O Globo*, 30/3/2004).

afirma Ferreira, todos eles propunham “soluções radicais”:

Se ele era radical, sectário, intolerante, fazia pregações revolucionárias e defendia a ruptura institucional, era porque as esquerdas eram igualmente radicais, sectárias, intolerantes, pregavam a revolução (sic) e defendiam a ruptura institucional¹⁵.

As *Ligas Camponesas* também fazem parte do suposto roteiro golpista. Afinal, os camponeses nas suas marchas, comícios, no plenário do Congresso nacional bem como em seus panfletos e faixas não brandiam radicais e ameaçadoras palavras de ordem como “Reforma agrária, na lei ou na marra” ou “Força aos gorilas”? Sabemos que após as ocupações de alguns latifúndios improdutivos, os jornais e as revistas da época alardeavam em suas manchetes que uma “guerra camponesa” estava em curso no Nordeste do país¹⁶.

Seria preciso lembrar, contudo, que os *Grupos dos Onze* tinham uma frágil estrutura organizacional, eram em número reduzido grupos e

¹⁵ O que o autor não leva em conta é o fato de que a “ação radical” de Brizola se resumia aos seus discursos no Congresso, comícios e microfones da Rádio Mayrink Veiga, Rio de Janeiro (cujas ondas sonoras tinham um alcance apenas regional). A respeito de Brizola, citemos dois testemunhos de insuspeitos jornalistas políticos brasileiros. Clóvis Rossi, que jamais poderia ser taxado de “esquerdista”, observou: “O fato é que, nos tempos de Brizola, como hoje em dia, quem tem de provar que é democrática, na América Latina, é muito, muitíssimo, mais a direita do que a esquerda” (Rossi, 2004). Por sua vez, dias após a morte de Brizola, Jânio de Freitas, observou: “ninguém teve a vida mais esmiuçada pelos Inquéritos Policiais Militares, às dezenas, algumas investigações por mais de dez anos; nenhum governador foi jamais tão espiado, grampeado, seguido, investigado quanto Brizola quando governador do Rio – e nada, nunca foi encontrado sequer vestígio de improbidade” (Freitas, 2004). Não se poderia acrescentar aqui que nenhum vestígio de ação golpista de Brizola teria sido encontrado nos IPMs?

¹⁶ São lembrados alguns vibrantes discursos de Julião. Na mesma direção de outros, proferidos em praças públicas, no dia 31 de março de 1964, no plenário do Congresso ameaçou: “[...] resolvi frequentar mais esta Casa, porque a minha no Nordeste já está arrumada. Se amanhã alguém tentar levantar os gorilas contra a Nação, já podemos dispor [...] de 500 mil camponeses para responder aos gorilas” (apud Wanderley, 1979). No comício do dia 13 de março, uma faixa se distinguia das demais pela sua radicalidade: “Força para os gorilas!”.

estavam destituídos de qualquer poder de fogo? Não seria ocioso recordar ainda que essa incipiente organização era embrionária e minoritária dentro do conjunto das esquerdas, além de sua pequena representatividade política no pré-1964? Semelhantemente aos *Grupos dos Onze*, as *Ligas Camponesas* eram dotadas de quadros precários e de recursos financeiros reduzidos para a realização de suas atividades e mobilizações além de serem controvertidas no conjunto das esquerdas¹⁷.

Como o golpe amplamente demonstrou, as *Ligas* e os *Grupos dos Onze* não explodiram um único rojão contra os sediciosos golpistas; a explicação imediata desse fato é simples: estes setores reformistas não tinham armas nem munições. De outro lado, também ficou evidenciado que as candentes ameaças de Francisco Julião e as “pregações revolucionárias” de Brizola foram, a rigor, autênticas bravatas ou meros “fogos de artifício”; não tiveram elas qualquer eficácia em termos de arregimentação e organização política dos setores populares e dos trabalhadores rurais e industriais.

Vejamos o caso de Prestes e do PCB. As críticas à liderança maior do PCB – partido que não tinha existência legal na “democraciarealmente existente” no país – se concentram sobre alguns fatos ocorridos às vésperas do golpe. Em duas ocasiões, o secretário-geral do partido, Luiz Carlos Prestes, teria afirmado que, caso ousassem desfechar o golpe, as forças de direita teriam suas “cabeças cortadas”...¹⁸ É também relatado que, numa entrevista a uma emissora de TV na cidade de São Paulo, no início de 1964, Prestes

¹⁷ Moniz Bandeira observa que em 1962, “[...] militantes das Ligas Camponesas haviam sido presos porque, aparentemente, faziam treinamento de guerrilha em uma fazenda no interior de Pernambuco”. Além de frágil e inconsistente, este experimento de preparação para a luta armada não teve apoio nem qualquer sequência na estratégia das esquerdas no pré-1964. Para o autor, “uma política aventureira e irresponsável, à qual os dirigentes do PCB se opuseram, por considerar que ela, objetivamente, adquiria o caráter de provocação” (Moniz Bandeira, 1978).

¹⁸ Em fevereiro de 1964, em Moscou, Prestes declarou sem hesitação: “Se a reação arrastar o Brasil para um confronto de classes sociais, [...] estará levando nosso povo para a batalha que culminará com a implantação de um governo socialista. Em outras palavras, se a direita levantar a cabeça, nós a cortaremos de imediato. Os reacionários poderão cometer loucuras, mas mesmo as loucuras deles têm limites” (Magalhães, 2012).

teria apoiado a proposta de uma Constituinte a ser convocada antes da eleição presidencial prevista para 1965.

Sobre as “cabeças cortadas”, há de se convir que a expressão foi empregada num contexto claramente defensivista. A partir de fins de 1963, o golpe estava nas manchetes dos jornais e no cotidiano do debate político. A direita não apenas o conclamava (no rádio, na TV, nos jornais de grande circulação) como também forças paramilitares – com auxílio de governadores de oposição a Goulart – agiam ostensivamente de forma coercitiva ao impedir manifestações públicas convocadas por lideranças e setores nacionalistas e de esquerda. Assim, diante de uma iminente ameaça golpista, era compreensível que, de forma eloquente, uma liderança política a repudiasse em seu discurso. No entanto, formulada em um contexto político de ânimos exaltados, a cortante metáfora de Prestes, certamente, foi despropositada na medida em que contribuiu para o acirramento da luta política e ideológica.

Em relação à proposta de uma Constituinte, razão tem a historiadora Marly Vianna quando observou que “a convocação de uma Constituinte, que implica amplíssima mobilização política nacional e eleições mais gerais, pode ser vista como um equívoco naquele momento, mas é impossível identificar golpismo nela” (Vianna, 2004). Afinal, a ideia da convocação de uma Assembleia Constituinte é sempre cabível e legítima em qualquer democracia política; a sua efetivação, certamente, dependerá da capacidade dos partidos e movimentos sociais concretizá-la na luta política. Se naquela conjuntura a proposta era politicamente equivocada ou contraproducente, é, contudo, desmesurado afirmar que ela tinha um caráter “golpista”.

Seria preciso argumentar que golpes de Estado não se confundem com o debate e a defesa de uma proposta política dentro e fora do Congresso? Afinal, golpes de Estado não se concretizam apenas por meio de discursos inflamados; tropas e armas pesadas de combate frequentemente também são requeridas para que ações deste tipo sejam bem-sucedidas. Como aconteceu em 1964, devemos também observar que recursos financeiros, extensa contrapropaganda pela mídia, apoio de setores importantes da sociedade civil (empresários,

Igreja etc.), respaldo político internacional etc. também são decisivos para a derrubada de regimes constitucionais¹⁹.

Afora as palavras inflamadas em discursos e manifestações públicas, no pré-1964, quais outros recursos detinham as esquerdas brasileiras em suas ações políticas? No Congresso, os setores nacional-reformistas sempre foram minoritários comparados aos partidos liberais-conservadores (Partido Social Democrático e União Democrática Nacional); tinham reduzida influência na educação política e ideológica do grande público posto que os grandes jornais, rádios, TV's e editoras eram controlados pelas classes dominantes; não recebiam recursos financeiros de empresários nacionais e estrangeiros para suas campanhas eleitorais; não tinham apoio e simpatia dos setores religiosos etc. Em contrapartida, como os fatos evidenciaram, foram os setores de direita que tinham o respaldo da grande mídia na campanha antirreformas de base; eram privilegiados com recursos financeiros dos empresários nacionais e multinacionais para a eleição de seus representantes (executivos estaduais e bancadas no Congresso e assembleias legislativas)²⁰, recebiam apoio da Igreja católica e de setores religiosos ultraconservadores bem como tinham a simpatia e incentivo das agências de inteligência norte-americanas.

Imputar posições golpistas às esquerdas na conjuntura de 1964 é, pois, um evidente exercício de natureza contrafactual. A rigor, todos os autores aqui mencionados – tais como os ideólogos golpis-

¹⁹ Sobre este ponto, hoje são contundentes as provas da participação dos governos dos EUA na preparação e apoio ao golpe vitorioso. Se o envolvimento da administração Lyndon Johnson, via “Operação Brother Sam”, é amplamente conhecida, documentos recentes revelam que o governo de John Kennedy, em outubro de 1963, cogitou uma intervenção militar para derrubar o “governo de esquerda” brasileiro (*Folha de S.Paulo*, 2014).

²⁰ Os governos estaduais hostis ao governo Goulart – definidos então como “ilhas de sanidade administrativa” pela Embaixada dos EUA no Brasil – eram privilegiados com robustas ajudas financeiras de agências de fomento desse país; neste sentido deve-se destacar o programa chamado de “Aliança para o Progresso”. Entre as “ilhas” estavam os executivos de São Paulo, Guanabara, Minas Gerais e Paraná. Provas documentais revelam que, por meio do *Instituto Brasileiro de Ação Democrática* (IBAD), deputados e senadores liberais e conservadores receberam significativos recursos financeiros para suas campanhas eleitorais em 1962.

tas (civis e militares) – não apresentam quaisquer documentos que comprovem planos e complôs conspiratórios de setores de esquerda visando a desestabilização do regime político; mais importante do que isso, os autores acima não mencionam uma única ação objetiva das esquerdas – durante todo período de vigência da Carta de 1946 – que, efetivamente, atentou contra a democracia liberal existente no país²¹.

Aceitável como uma especulação intelectual, contudo, a hipótese que consiste atribuir “golpismo” às esquerdas e a Goulart não tem valor historiográfico²². Na batalha das interpretações ainda em curso no debate político, esse tipo de especulação, contudo, não é inocente na medida em que tem efeitos na batalha das interpretações sobre o golpe de 1964.

Como fica evidenciado, os autores revisionistas apenas especulam e dão asas à imaginação; interpretam bravatas de lideranças de esquerdas como se fossem inequívocas consignas anunciando o “as-salto final ao poder”. Por detrás das bandeiras dos operários, das foices empunhadas nas passeatas das *Ligas Camponesas*, dos incendiários discursos dos subalternos das Forças Armadas bem como das canções, peças teatrais e filmes “radicais” do Centro Popular de Cultura da UNE os revisionistas parecem enxergar perigosos atos pré-insurrecionais. Como no relato mítico, confundem a nuvem com Juno.

²¹ Não é o que pensa, porém, Jorge Ferreira. Para ele, os editoriais de *Panfleto* seriam peças decisivas para demonstrar a existência de um “projeto ofensivo e de poder” das esquerdas: “Afinal, o jornal e a Frente revelam que as esquerdas (sic), durante o governo Jango, elaboraram um projeto ofensivo e de poder e que, na luta pelas reformas, desqualificaram as instituições liberais-democráticas fundadas pela Constituição de 1946” (Ferreira, 2010). O autor parece desconhecer que a circulação de *Panfleto* estava praticamente circunscrita ao estado da Guanabara. Além da retórica radical de Brizola, é possível admitir um “projeto ofensivo” de um grupo de esquerda, sabendo que estava ele destituído de sólidas bases organizacionais, recursos financeiros e armas para um confronto ao poder?

²² Razão têm dois autores quando questionam os autores que aventam a hipótese do golpe desferido pelas esquerdas: “Um sofisma hipotético que não cabe a um historiador. Não nos cabe imaginar, nem fazer elucubrações sobre as possibilidades hipotéticas, mas sim, tentar compreender e interpretar o processo histórico” (Lameira; Konrad, 2009).

Embora alguns dos ensaístas não empreguem a noção “golpismo”, acabam todos eles confluindo com a frágil afirmação de Konder para quem “a reação contra o golpismo do campo da esquerda resultou no golpe da direita”. Esta conclusão implica dar, pois, razão aos ideólogos de direita que repetem à exaustão que a “Revolução de 1964” nada mais foi do que um *contragolpe* ou um *golpe preventivo*. Ou seja, para evitar que o “pior” acontecesse no país (a “abolição da propriedade”, a “revogação das liberdades políticas”, “o totalitarismo ateu e comunista” etc.), impunha-se a “Revolução redentora de 1964”. Estas formulações têm sido ainda hoje expostas em publicações militares (livros, revistas e blogs de entidades de oficiais da reserva) (Motta, 2003).

Em síntese, a afirmação do “golpismo das esquerdas” tem efeitos ideológicos precisos; de imediato, ajuda a reforçar as versões difundidas pelos defensores do golpe civil-militar de 1964. Além disso, contribui para legitimar a ação golpista vitoriosa ou, na melhor das hipóteses, atenua o papel dos militares e dos setores da sociedade civil que, definitivamente, foram os responsáveis pela supressão da democracia política em 1964. A direita civil e os militares golpistas, com o inestimável apoio da grande mídia brasileira, não podem senão aplaudir a “revisão historiográfica” proposta por autores do campo democrático.

O PAPEL E AS RESPONSABILIDADES DAS ESQUERDAS

Contrariamente às interpretações acima, é possível sustentar que o golpe de 1964 foi o coroamento das iniciativas de setores políticos e militares que – desde os anos 1950 e de forma sistemática²³ – se opunham à consolidação e ao alargamento da democracia

²³ Citemos alguns fatos: em 1950, conservadores e liberais questionaram a posse de Vargas na presidência da República; em 1954, pressões de setores militares e políticos provocam sua renúncia e o suicídio; em 1955, veto da UDN e conservadores à posse de Juscelino Kubitschek; em 1961, impedimento da posse de Goulart pelos ministros militares e imposição a “toque de caixa” do parlamentarismo. A rigor, um autêntico “golpe branco”, pois a reforma da Constituição ocorreu durante uma crise ins-

política no Brasil; no curto período do mandato presidencialista de Goulart, estes setores passaram a questionar radicalmente a realização das chamadas “reformas de base” (econômicas, sociais e políticas) e as propostas de cunho nacionalista que visavam disciplinar a entrada do capital estrangeiro e o controle da remessa de lucros abusivos do país.

No quadro político-ideológico da chamada “guerra fria”, as entidades e os aparelhos ideológicos do grande empresariado nacional e multinacional, de forma enviesada, interpretaram que as propostas governamentais de reformas de base – apoiadas por mobilizações políticas e sociais das camadas populares e dos trabalhadores (rurais e urbanos) – poderiam implicar transformações políticas e econômico-sociais semelhantes àquelas que estariam ocorrendo na Cuba socialista.

O golpe de 1964 não foi um raio em céu azul. Desde a posse do Goulart na presidência da República, seu governo foi, no plano político e ideológico, concebido e tramado pelas entidades liberais, grupos conservadores e alta hierarquia das Forças Armadas. Entre outros fatores e motivações, estes atores se unificavam pelo caráter antipopular de suas convicções (contrárias a uma democracia com ampla e ativa participação popular), pelo antirreformismo social, pela incontestada aceitação da supremacia econômica, militar e ideológica dos EUA, pelo radical anticomunismo etc.

Não se pode contestar que os setores nacionalistas e de esquerda – PCB (Prestes), Frente de Mobilização Popular (Brizola), *Ligas Camponesas* (Francisco Julião), Comando Geral dos Trabalhadores, o Movimento dos cabos e subalternos das Forças Armadas, a UNE etc. – e o presidente da República, João Goulart²⁴, tiveram parcela de responsabilidade no aguçamento e agravamento da crise política que

titucional. Rigorosamente, o governo presidencialista de Goulart começou em janeiro de 1963, após a fragorosa derrota eleitoral do regime parlamentarista.

²⁴ Confrontando-se abertamente com a alta hierarquia militar e a direita, alguns gestos e atitudes de Goulart, nos últimos dias de março, pareciam revelar, como interpretou um ex-aliado de Brizola, que o presidente optava pelo “suicídio político” (Schilling, 1979).

culminou no golpe de Estado. Afinal, tal como os agentes políticos liberais e conservadores, os setores de esquerda também eram, na primeira metade dos anos 1960, ativos protagonistas de um intenso debate político e de uma acirrada luta ideológica.

Num momento de extrema polarização do cenário político em que a direita, a partir de fins de 1963, passou a defender abertamente a derrubada do governo constitucional, os grupos de esquerda e setores nacional-reformistas – digladiando-se acirradamente – foram incapazes de se unificar numa ação contra o “inimigo comum”. Ou seja, as esquerdas e os grupos nacionalistas não foram capazes de construir acordos políticos e alianças sociais com setores progressistas não golpistas. A tentativa quase desesperada de Goulart, no início de 1964, de constituir a chamada *Frente Ampla* (liderada pelo ministro progressista San Thiago Dantas) foi minada por radicalismos verbais de todas as espécies e matizes. A chamada “política de conciliação” do executivo foi radicalmente condenada por alguns setores de esquerda, particularmente aqueles vinculados à liderança de Brizola; este fato fragilizou ainda mais o governo Goulart, hostilmente repudiado pelo conjunto das forças de direita.

Por outro lado, habituada e acomodada às antessalas do poder, as lideranças de esquerda foram ineficazes no trabalho de organização política dos setores populares e trabalhadores na resistência ao golpe que, desde fins de 1963, se anunciava no horizonte político. É de se convir, pois, que a retórica radical dessas forças políticas contribuiu para ampliar a conspiração da direita civil e unificar os setores golpistas das três armas militares.

Surpreendendo civis e setores das Forças Armadas, a ação golpista não encontrou a menor resistência dos setores democráticos; de forma meridiana, ficou evidenciada a fragilidade política e organizativa das esquerdas e setores nacionalistas brasileiros. O *esquerdismo*, assim, contribuiu para a contundente derrota dos setores democráticos e nacional-reformistas. Mas, do ponto de vista teórico e político, é inaceitável confundir *esquerdismo* com “golpismo”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1964, as esquerdas foram derrotadas politicamente²⁵. No entanto, ao contrário do julgamento desqualificador que fazem os autores revisionistas, as esquerdas não deveriam ser condenadas pela atuação que tiveram no sentido de lutar pelas reivindicações dos movimentos sociais de trabalhadores (operários, trabalhadores rurais e camponeses), dos subalternos das Forças Armadas, dos estudantes, de intelectuais, de artistas etc.

Como lembrou um ensaísta, nos tempos de Goulart, o Brasil começava a ficar “irreconhecivelmente inteligente” na medida em que – por meio das iniciativas dos setores de esquerda – o país assistia a um inédito e intenso confronto de projetos político-ideológicos, era palco de um rico debate cultural e via crescer a participação de novos protagonistas na vida política do país (Schwarz, 1978). Em outro texto e na mesma direção, Schwarz (1999, p. 174) observou:

Não será exagero dizer que de lá para cá boa parte da melhor produção em cinema, teatro, música popular e ensaísmo social deveu o impulso à quebra meio prática e meio imaginária das barreiras de classe, esboçada naqueles anos, a qual demonstrou um incrível potencial de estímulo [...] Hoje não é fácil explicar aos alunos a beleza e o sopro de renovação e justiça que na época se haviam associada à palavra democracia (e socialismo).

Nos tempos de Goulart, as esquerdas contribuíram para o aguçamento da consciência política de setores da classe trabalhadora (urbana e rural), para o avanço da luta ideológica de classes e para o alargamento do debate cultural crítico e criador; este conjunto de fa-

²⁵ As esquerdas na conjuntura de 1964 estavam representadas por diferentes organizações políticas e movimentos sociais; por não ter existência legal, o PCB atuava dentro do “grupo compacto” do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); outras organizações de esquerda e movimentos sociais reformistas eram o PCdoB, Política Operária, Ação Popular, Comando Geral dos Trabalhadores, União Nacional dos Estudantes, Ligas Camponesas, Grupo dos Onze etc.

tos tornou a conjuntura de 1964 um momento privilegiado e singular em toda nossa história republicana.

Neste sentido, afirmo ser despropositado acusar de “golpistas” aqueles que – paralelamente à luta pelas mudanças socioeconômicas –, defendiam reformas políticas importantes que poderiam tornar menos excludente a democracia existente; entre estas reivindicações estavam a extensão dos votos aos analfabetos e aos subalternos das Forças Armadas, a irrestrita liberdade partidária, a ampliação da liberdade de organização sindical, a revogação da Lei de Segurança Nacional, a eliminação de dispositivos jurídicos que afetavam as atividades das mulheres, o fim das discriminações religiosas e raciais etc. Nesta quadra histórica do país, as esquerdas se empenhavam no sentido de que, com amplas reformas (econômicas, sociais, políticas, educacionais etc.), se concretizasse no Brasil aquilo que Florestan Fernandes (1980), de forma sintética, prognosticava: a “transição de uma democracia restrita para uma democracia de participação ampliada”.

Na batalha das interpretações sobre 1964, é compreensível, pois, que os defensores da ditadura militar continuem demonizando a ação das esquerdas, responsáveis pela “agitação política”, “acirramento da luta de classes” e “conturbação da paz social”; afinal, esses ideólogos nada mais fazem do que justificar o golpe e a ditadura militar implantada para “salvar” e “pacificar o país”. Estranhável, contudo, é o fato de autores, críticos do golpe de 1964, questionarem o empenhado engajamento das esquerdas na luta pela realização das reformas sociais em profundidade.

A respeito desta última problemática, cabe reconhecer que o debate teórico entre democracia e reformas não foi aqui desenvolvido.

Na forma de uma breve nota, pois, registremos que, para a maioria dos autores mencionados, a democracia liberal não deixa de ser, nas sociedades contemporâneas, o modelo ideal de regime político; com exceção de Konder, todos eles acreditam que a plenitude democrática de uma sociedade se concretiza quando estão efetivadas as instituições representativas do liberalismo burguês. Nenhum deles parece reconhecer que, em quaisquer sociedades capitalistas, as democracias

liberais são política e socialmente excludentes; estes autores, pois, discordam do pensamento de esquerda para quem, na ordem capitalista, inexistia a possibilidade de uma democracia com ampla participação popular e, no limite, da concretização da soberania popular.

Embora defendessem a legitimidade das reformas sociais e econômicas no capitalismo brasileiro, todos estes ensaístas entendem que as mudanças deveriam estar condicionadas à preservação das “instituições liberais representativas”. Em outras palavras, as reformas de base reivindicadas pelas esquerdas e setores nacional-reformistas não deveriam ter uma natureza e uma extensão que poderiam comprometer a democracia liberal existente no país.

Não abrindo mão desses pressupostos teórico-ideológicos, esses autores designavam como “não democráticos” os setores de esquerda que se empenhavam pela realização de reformas em profundidade. No entanto, para as esquerdas apenas extensas reformas de base e profundas mudanças sociais poderiam permitir a emergência de uma democracia substantiva no país; ou seja, de uma democracia política em que as liberdades e os direitos não estariam revestidos dos formalismos típicos dos Estados e regimes políticos vigentes na ordem capitalista.

REFERÊNCIAS

AGGIO, A. et al. **Política e sociedade no Brasil (1930-1964)**. São Paulo: Ed. Annablume, 2002.

FAUSTO, Boris. O golpe de 1964 e a democracia. **Folha de S.Paulo**, 2 abr. 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0204200410.htm>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

FERNANDES, Florestan. **Brasil em compasso de espera**. São Paulo: Hucitec, 1980.

FERREIRA, Jorge. O comício revisto. **Nossa História**, Rio de Janeiro, n. 5, 2004a.

_____. A estratégia do confronto. A Frente de Mobilização Popular. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004b. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882004000100008&script=sci_arttext>. Acesso em: 2 mar. 2014.

_____. Panfleto, as esquerdas. **Varia História**, Belo Horizonte. v. 26, jul./dez. 2010.

DELGADO, Lucília; FERREIRA, Jorge. **O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FIGUEIREDO, Argelina. Democracia e reformas: uma conciliação frustrada. In: TOLEDO, Caio N. de. **1964. O golpe contra as reformas e a democracia**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

FOLHA DE S.PAULO. Kennedy cogitou ação armada para depor João Goulart. 7 jan. 2014.

FREITAS, Jânio de. Velho Briza, diziam. **Folha de S.Paulo**, 23 jun. 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2306200411.htm>>. Acesso em: 2 mar. 2014.

_____. Jango em Brasília. **Folha de S.Paulo**, 14 nov. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/janiodefrees/2013/11/1371208-jango-em-brasilia.shtml>>. Acesso em: 4 abr. 2014.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KONDER, Leandro. Vaca fardada. **Margem Esquerda. Estudos marxistas**, São Paulo, n. 3, 2004.

LAMEIRA, Rafael; KONRAD, Diorge. O Golpe de 1964 no Brasil: problematizando discursos políticos e historiográficos, **Estudos Historicos** – CDHRP, maio 2009. Disponível em: <http://www.estudioshistoricos.org/edicion_1/rafael-fantinel.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2014.

MAGALHÃES, Mário. **Marighella**. O guerrilheiro que incendiou o mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MONIZ BANDEIRA. **O governo João Goulart**. As lutas sociais no Brasil: 1961-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MOTTA, Aricildes de M. (Coord.) **31 de março**: o movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003.

ROSSI, Clóvis. Brizola e a democracia. **Folha de S.Paulo**, 23 jun. 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opinioao/fz2306200404.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

SCHILLING, Paulo. **Como se coloca a direita no poder**. I Os protagonistas. São Paulo: Global, 1979.

SCHWARZ, Roberto. **O pai de família e outros estudos**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

_____. **Sequências brasileiras**, São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

TOLEDO, Caio N. de Toledo. A modernidade democrática da esquerda: adeus à revolução? **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 1, 1994. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo285Artigo1.2.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2014.

VIANNA, Marly. 40 anos depois. **Folha de S.Paulo**, 22 abr. 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opinioao/fz2204200410.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

VILLA, Marco Antonio. **Jango**. Um perfil (1945-1964), São Paulo: Globo, 2004a.

_____. Entrevista. **Folha de S.Paulo**, 13 mar. 2004b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1303200421.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

_____. O caldeirão da turbulência. **Folha de S.Paulo**, 1º abr. 2004c.

p. 3. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opinioao/fz0104200410.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

WANDERLEY, M. de Nazareth et al, **Reflexões sobre a agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

EDITORIA EM DEBATE

Muito do que se produz na universidade não é publicado por falta de oportunidades editoriais, quer nas editoras comerciais, quer nas editoras universitárias, cuja limitação orçamentária não permite acompanhar a demanda existente. As consequências dessa carência são várias, mas, principalmente, a dificuldade de acesso aos novos conhecimentos por parte de estudantes, pesquisadores e leitores em geral. De outro lado, há prejuízo também para os autores, ante a tendência de se pontuar a produção intelectual conforme as publicações.

Constata-se, ainda, a velocidade crescente e em escala cada vez maior da utilização de recursos informacionais, que permitem a divulgação e a democratização do acesso às publicações. Dentre outras formas, destacam-se os *e-books*, artigos *full text*, base de dados, diretórios e documentos em formato eletrônico, inovações amplamente utilizadas para consulta às referências científicas e como ferramentas formativas e facilitadoras nas atividades de ensino e extensão.

Os documentos impressos, tanto os periódicos como os livros, continuam sendo produzidos e continuarão em vigência, conforme opinam os estudiosos do assunto. Entretanto, as inovações técnicas assinaladas podem contribuir de forma complementar e, mais ainda, oferecer mais facilidade de acesso, barateamento de custos e outros recursos instrumentais que a obra impressa não permite, como a interatividade e a elaboração de conteúdos inter e transdisciplinares.

Portanto, é necessário que os laboratórios e núcleos de pesquisa e ensino, que agregam professores, técnicos educacionais e alunos na produção de conhecimentos, possam, de forma convergente, suprir suas demandas de publicação como forma de extensão universitária, por meio de edições eletrônicas com custos reduzidos e em divulgação aberta e gratuita em redes de computadores. Essas características, sem dúvida, possibilitam à universidade pública cumprir de forma mais eficaz suas funções sociais.

Dessa perspectiva, a editoração na universidade pode ser descentralizada, permitindo que várias iniciativas realizem essa convergência com autonomia e responsabilidade acadêmica, editando livros e periódicos de divulgação científica conforme as peculiaridades de cada área de conhecimento no que diz respeito à sua forma e conteúdo.

Por meio dos esforços do Laboratório de Sociologia do Trabalho (LASTRO), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que conta com a participação de professores, técnicos e estudantes de graduação e de pós-graduação, a Editoria Em Debate nasce com o objetivo de desenvolver e aplicar recursos de publicação eletrônica para revistas, cadernos, coleções e livros que possibilitem o acesso irrestrito e gratuito dos trabalhos de autoria dos membros dos núcleos, laboratórios e linhas de pesquisa da UFSC e de outras instituições, conveniadas ou não, sob a orientação de uma Comissão Editorial.

Os editores

Coordenador

Ricardo Gaspar Müller

Conselho editorial

Adir Valdemar Garcia	José Carlos Mendonça
Ary César Minella	Laura Senna Ferreira
Fernando Ponte de Sousa	Maria Soledad E. Orchard
Iraldo Alberto Alves Matias	Michel Goulart da Silva
Jacques Mick	Paulo Sergio Tumolo
Janice Tirelli Ponte de Sousa	Valcionir Corrêa

Outros lançamentos de 2014

**A cultura do trabalho em
Jaraguá do Sul:
um estudo sobre as trabalhadoras
da indústria têxtil-vestuarista**
Melissa Coimbra

**Antes de junho: rebeldia, poder e
fazer da juventude autonomista**
Leo Vinicius

**Cartas de Paulo Leminski:
*Sinais de Vida***
Joacy Ghizzi Neto

**Gramsci, transição social e
educação: notas para
uma reflexão crítica**
Paulo Sergio Tumolo

**Investidor responsável ou
retorno sustentável?
Uma análise sobre o Índice de
Sustentabilidade Empresarial**
André Schneider Dietzold

**O assalto aos cofres públicos
e a luta pela comunicação
democrática no Brasil**
Itamar Aguiar

**Projeto e revolução:
do fetichismo à gestão,
uma crítica à teoria do design**
Iraldo Matias

Caio Navarro de Toledo. Graduado em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP) e doutor em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, de Assis (SP), campus da Unesp. Professor aposentado pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Escreveu sobre 1964, entre outros, *O governo Goulart e o golpe de 64* (18. ed., Brasiliense, 2014) e *1964: o golpe contra a democracia e as reformas* (org., 3. ed., Editora da Unicamp, 2014). Membro da Comissão da Verdade e Memória “Octávio Ianni” da Unicamp e um dos editores do blog marxismo21. E-mail: cntoledo@terra.com.br

Caio Navarro de Toledo

1964: O GOLPE CONTRA A DEMOCRACIA E AS REFORMAS

Os ensaios que compõem este livro abordam diferentes aspectos da conjuntura política e social que desembocou no golpe de Estado que pôs termo à democracia política de 1946 e impediu a realização das reformas socioeconômicas reivindicadas, nos anos 1950 e 1960, por amplos e significativos setores da sociedade brasileira.

Todos os autores estão convencidos de que, nos “tempos de Goulart”, o Brasil começava a ficar “irreconhecivelmente inteligente” na medida em que nele ocorria um rico debate político, inéditas experiências culturais e uma crescente participação de novos protagonistas na vida social do país.

A ditadura militar que resultou do golpe de 1964 implicou um amplo e incomensurável retrocesso econômico, político e cultural da sociedade brasileira.